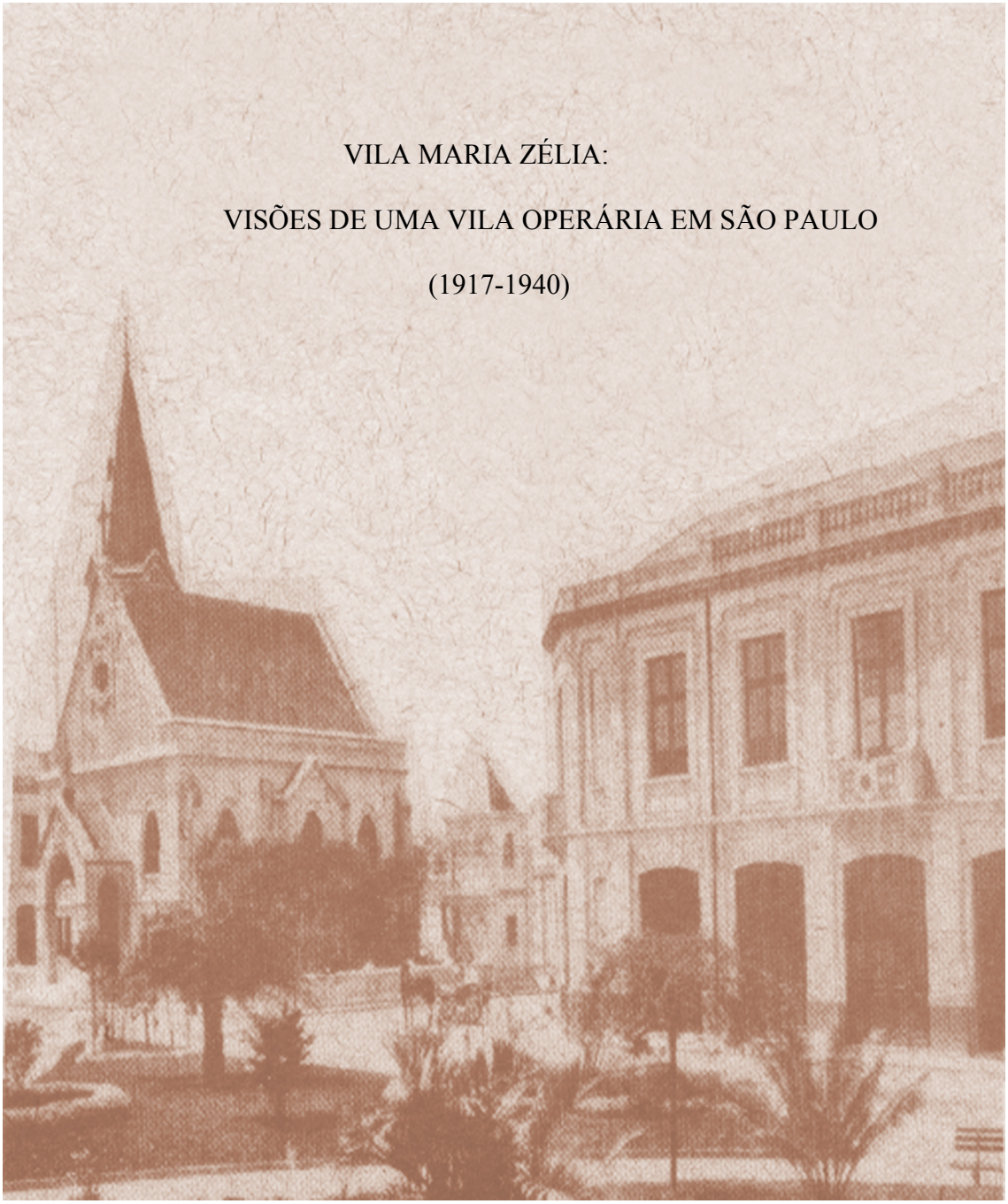
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
USP



# VILA MARIA ZÉLIA:
# VISÕES DE UMA VILA OPERÁRIA EM SÃO PAULO
# (1917-1940)

VANDERLICE DE SOUZA MORANGUEIRA

São Paulo
2006

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE HISTÓRIA ECONÔMICA

# VILA MARIA ZÉLIA :
# VISÕES DE UMA VILA OPERÁRIA EM SÃO PAULO
# (1917-1940)

VANDERLICE DE SOUZA MORANGUEIRA

São Paulo
2006

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE HISTÓRIA ECONÔMICA

# VILA MARIA ZÉLIA :
# VISÕES DE UMA VILA OPERÁRIA EM SÃO PAULO
# (1917-1940)

**VANDERLICE DE SOUZA MORANGUEIRA**

**Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Econômica objetivando a obtenção do Título de Mestre em História, sob a Orientação da Professora Dra. Esmeralda Blanco Bolsonaro de Moura.**

# SUMÁRIO

Índice das Ilustrações .....2

Resumo .....7

Abstract .....8

**INTRODUÇÃO** .....9

**CAPÍTULO 1 – HIGIENIZAÇÃO E REURBANIZAÇÃO DE SÃO PAULO: a questão da moradia e as Vilas operárias.**

1.1. Considerações preliminares ..... 13

1.2. A cidade e a divisão Social: "Guerra" contra cortiços ..... 15

1.3. Vilas operárias: a solução ideal? ..... 31

1.4. A Lei e a Vila operária ..... 52

**CAPÍTULO 2 – PALCO DE UM " SONHO" REAL**

2.1. Algumas palavras introdutórias**...**..... 76

2.2. O Cenário: Vila Maria Zélia..... 77

2.3. Os personagens: Street, operários e a Igreja ..... 85

2.4. Como se Vivia na Vila Maria Zélia .....115

2.5. A Escola na Vila Maria Zélia ..... 121

2.6. O Lazer na Vila Maria Zélia .....130

**CAPÍTULO 3 - AS VÁRIAS VISÕES DA MARIA ZÉLIA**

3.1. Introduzindo as Visões sobre Street e a Vila Maria Zélia. ..... 143

3.2. Street, a legislação trabalhista e a Imprensa ..... 145

3.3. Recordações de D.Cinta ..... 172

**CONSIDERAÇÕES FINAIS** ..... 181

**LOCAIS DE PESQUISA** .....188

**FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS** ..... 189

# INDICE DAS ILUSTRAÇÕES

Figura nº. 1 – Projetos de moradias populares 35
Figura nº. 2 – Tipos de Vilas 42
Figura nº. 3 _ Vista parcial Vila Maria Zélia 1919. 76
Figura nº. 4 – Vista Vila Maria Zélia 1919 77
Figura nº. 5 – Prédio da Escola dos Meninos. 78
Figura nº. 6 – Jardineira da CNTJ 79
Figura nº. 7 – Capela da Vila Maria Zélia 80
Figura nº. 8 – Maria Zélia Street 84
Figura nº. 9 - Casa destinada a moradia dos solteiros (2006) 84
Figura nº10 - Street e os operários em uma festa na Vila (1919) 87
Figura nº11 - Casa de Campo do Casal Street (1919) 87
Figura nº12 - Noivado de D. Zélia e Jorge Street (1897) 91
Figura nº13 - Festa Religiosa na Vila Maria Zélia (1919).... 111
Figura nº14 - Recreios das Crianças no Jardim da Infância (1919) 122
Figura nº15 - Uma das salas da Escola dos Meninos (2002) 124
Figura nº16 - Jorge Street 145
Figura nº17 - Banner em Homenagem a D.Cinta (2004) 173
Figura nº18 - Prédio da Escola das Meninas – Ruínas (2006)..... 182
Figura nº19 - Armazém I – Ruínas (2006) 182
Figura nº20 - Casa na Vila Maria Zélia – Ruínas (2006 182
Figura nº21 - Armazém II – Ruínas..... 182
Figura nº22 - Casa aspectos originais 1(2006)..... 183
Figura nº23 - Casa aspectos originais 2 183
Figura nº24 - Residência Sr. Raul 183
Figura nº25 - Antiga casa do prefeito da Vila 183
Figura nº26 - Moradores da vila 184
Figura nº27 - Casa onde foi gravada cenas do Filme O Corintiano 186

**Este trabalho é dedicado**
à Sra. Cinta Ramos Amantea, que vivenciou, na cidade de São Paulo, a condição operária e, principalmente, a condição de moradora de uma vila operária.

## AGRADECIMENTOS

Parece um sonho quando se chega à conclusão de um trabalho dessa natureza. Trabalho este, que apresenta duas características: primeira, o longo tempo que se leva para a sua concretização. E, segunda, ele jamais é fruto do esforço de uma única pessoa! Apesar, de que, nunca é demais registrar, que os erros que porventura contenha são de minha inteira responsabilidade!

A todas estas pessoas, que me acompanharam de diferentes maneiras, ao longo desta caminhada, deixo aqui registrado o meu "Muito Obrigada"!

Em especial:

A Deus, pela oportunidade que me concedeu, colocando em meu caminho pessoas maravilhosas, que contribuíram para o meu crescimento pessoal e acadêmico, através de críticas e sugestões.

Aos meus familiares, cujo apoio foi de fundamental importância para a conclusão deste trabalho. Meus pais (João e Lúcia) e meus irmãos (Maria José, Odair, Valdecir e Cleusa), que, durante todo esse período, tiveram que conviver com as minhas inquietações. Aos sobrinhos Jefferson, Matheus e Renatha, que permearam minha vida mestranda, com suas traquinagens. Com isso, me fizeram gargalhar, até mesmo em momentos em que a tensão era grande demais!

A minha Orientadora, Profª. Dra. Esmeralda Blanco Bolsonaro de Moura, pela sua paciência, dedicação e, principalmente, pela orientação segura num tema para mim tão abrangente! Sou-lhe especialmente grata pela amizade, pelo estímulo intelectual e pela grande contribuição para que eu conseguisse sanar os obstáculos na experiência da investigação! Com certeza, sem ela, este trabalho jamais teria chegado ao fim! Sua persistência revelou-se fundamental! Sou-lhe extremamente grata por isto!

Aos professores Dr.André Motta e Dr. Marcos A. Silva, pela leitura atenta, pela rica argüição e pelos valiosos comentários durante o exame de qualificação.

À Profª Dra. Maria Auxiliadora Guzzo Decca, por me despertar o interesse no tema investigado.

À Profª Dra. Ruth Ribeiro de Lima, amiga, pelo apoio, incentivo e carinho nos momentos de desânimo.

Aos funcionários do Arquivo Edgard Leuenroth, da UNICAMP, nas pessoas de Mario, Emerson e Ema; do Arquivo do Estado de São Paulo; e do Arquivo da Cúria Metropolitana, principalmente aos Srs. Jair e Roberto. A delicadeza no trato com o pesquisador é marca registrada de todos eles!

Aos atendentes da Biblioteca Mario de Andrade e aos bibliotecários da Universidade de São Paulo, das Bibliotecas da Faculdade de Saúde Pública, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas e também da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo.

Aos amigos Marcelo, Fabio, Cleide, Célia, Reinaldo, Rose, Rosângela, Claudia, Paulo Bonfim e Ricardo pela paciência, mesmo em seus momentos de lazer, em me ouvir discorrer, incontáveis vezes, sobre as vilas operárias. E igualmente ao Prof. Dr. Francisco Cabral Alambert Junior, pelo afeto e interesse em conversar comigo sobre o tema aqui enfocado.

A amiga Dolores pelo seu apoio e suas palavras de incentivo, fundamentais nos momentos de incerteza e desanimo.

A Lílian Vituzzo que cuidou carinhosamente da revisão do inglês, num momento em que o tempo era precioso e escasso.

A minha prima Márcia Jane Godoy que colaborou na seleção e finalização da parte iconográfica, onde a imagem não apenas enriquece o trabalho, mas permite um outro olhar.

Ao amigo Antonio Carlos Teixeira Martins, por não somente incentivar a realização deste sonho, mas pela sua vibração em cada etapa realizada, contribuindo das mais diversas maneiras.

Aos amigos que fiz na Vila Maria Zélia, que não somente fizeram com que eu me apaixonasse pelo tema, além de contribuírem com conhecimento, simpatia e dedicação. Inclusive, não mediram esforços para que chegassem às minhas mãos: folhetos, jornais, livros e vídeos, no intuito de me familiarizar com todo o período de existência da vila operária aqui investigada. Em especial, cito os Srs. Raul Volpi Motta, Edélcio Pinto e a Sra. Gilda Motta.

À Sra. Rosaura, pela autorização para que eu pudesse utilizar as entrevistas acolhidas com sua genitora, Sra. Cinta Ramos Amantea, que já não está entre nós e a quem dedico um carinho todo especial. Foi ela quem me concedeu a oportunidade de adentrar no mundo operário e compartilhar seu carinho e entusiasmo pela Vila Maria Zélia!

À amiga Tamy Valéria de Moraes Furlotti, cujo apoio foi fundamental, não só auxiliando na pesquisa, como também na leitura dos originais, quando contribuiu com diversas sugestões. Além disso, dividiu comigo os momentos de alegrias e incertezas desta pesquisa.

Também:

À DIEN — Diretoria de Ensino — de Diadema, nas figuras de Maria Ignes e Ademir, que sempre me trataram com muita afeição, procurando sanar minhas dúvidas e me incentivando.

À Lourdes Helena, amiga, que, com muito carinho e entusiasmo, fez a revisão do texto do Relatório de Qualificação.

E, por último, Ao Governo do Estado de São Paulo que, por intermédio de uma bolsa de estudo, deu-me suporte financeiro para realizar as pesquisas de campo tão necessárias para o aprofundamento da temática em pauta.

## RESUMO

Este trabalho visa fornecer um panorama de diferentes visões sobre a Vila Maria Zélia, localizada em São Paulo, importante vila operária do início do século XX, considerada um marco no binômio indústria – operário paulistas da época. Tida como exemplo de instituição não somente no Brasil, mas em algumas partes do mundo. Foi idealizada por Jorge Street , visto de diversas maneiras, que vão da crítica ao elogio. Procuraremos fazer uma explanação sobre as diversas visões dessa vila operária, passando pela ótica da imprensa, do poder público, da medicina e de uma de suas moradoras.

**PALAVRAS CHAVES:**

*Vila Operária, Operário, moradia, Higienização, Reurbanização.*

***ABSTRACT***

This job must provide a view of different visions about Vila Maria Zélia located in São Paulo, of the XX century beginning, which is very considerated in the São Paulo ´s worker industry by the time. Like a model of institution not only in Brazil but in some parts of the world it was idealized for the founder Jorge Street and it has been seen for different ways from bad to good. We will look forward to explain of the different visions of this worker´s village going through the press untill the government power from medical and one person who lives in there.

***KEY WORDS*** **:**

Laboring Village, laborers, Housing, Hygienic cleaning, Worldlingo

# INTRODUÇÃO

A abordagem central de nosso trabalho volta-se para a problemática da moradia na cidade de São Paulo nas primeiras décadas do século XX, mais particularmente, para as vilas operárias.Assim, foi selecionada a Vila Maria Zélia, construída por Jorge Street em 1912, situada no Bairro do Belenzinho em São Paulo, que é tida como um exemplar excepcional do binômio indústria-vila operária, característico da primeira fase da industrialização paulistana. Nosso foco consiste em mostrar aspectos do viver na vila, como o trabalho, o lazer, a educação entre outros. Ao penetrar no interior da vila e no interior dos lares, procuraremos desvendar seu avesso, mostrando as expectativas de seus moradores, suas dificuldades, como se relacionavam com a vila, como foram recebidos nela, como se integraram a ela.

Procuraremos fazer um grande passeio pelo universo da vila, o porquê da sua construção, de que forma foi construída, passando também pela discussão da questão médica relacionada a hábitos e moradia saudáveis, á separação do espaço entre ricos e pobres na área urbana, á formação dos bairros operários.

Além disso, procuraremos mostrar a atuação do poder público na questão da habitação, o que inclui a criação das leis que procuravam regulamentar a vida dos moradores da cidade de São Paulo, os espaços do trabalho, do lazer e até do próprio lar no que tange sobretudo aos hábitos de higiene. Sempre que possível, o poder público procurava atuar em favor dos mais abastados, pois estes tinham condições de pagar altos impostos, atuando somente em casos extremos a favor da população pobre.

O período escolhido para análise é o final do século XIX e início do século XX, pois constitui um momento importante nas discussões sobre a questão da

moradia em São Paulo. A Vila escolhida por sua vez, foi a Vila Maria Zélia no Belenzinho, bairro operário de São Paulo.

Ao mergulharmos na historiografia a respeito percebemos que o tema foi analisado, incluindo as formas de habitação dos moradores paulistanos e seu reflexo na estrutura urbana do município de São Paulo. Raquel Rolnik na obra *Cada um no seu lugar* faz uma análise dos diferentes tipos de moradia no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, enfatizando as diferenças entre ricos e pobres, as relações de poder entre o empresário - dono da vila e o operário-inquilino, as leis que regiam essas relações[1]. Em estudo pioneiro *A fábrica do Sonho*, Palmira Petratti Teixeira faz uma análise da trajetória de vida do Industrial Jorge Street, situando a Vila Maria Zélia, no âmbito das relações entre este e seus operários. [2]

Obra bastante significativa sobre esse período é a dissertação de Conceição Varon - *E a história se repete; Vilas operárias e os conjuntos residenciais dos Iaps no Rio de Janeiro*, mostrando o porquê das vilas operarias serem construídas, os motivos pelos quais não deram certo, a construção dos Iaps e o fato dos pobres não terem uma moradia adequada até hoje.[3] Eva Blay, em *Vilas operárias eu não tenho onde morar* analisa basicamente a mesma trajetória só que para São Paulo confrontando desde documentos oficiais, mapas, bibliografias, relatórios e até entrevistas com moradores de algumas vilas operárias. [4]

Além disso, *A Vida Fora das Fábricas, de Maria Auxiliadora Guzzo Decca,* analisa as condições de vida dos operários paulistanos, seu cotidiano no lar e no trabalho e as formas de controle exercidas pelo empresariado e pelo poder público. A autora baseia-se em fontes documentais diversas como: relatórios, jornais, estatísticas, inquéritos. Sua obra é de extrema importância para este trabalho, pois nos permite compreender as condições de vida dos moradores operários dentro das

---

[1]**ROLNIK, Raquel**. **Cada um no seu Lugar. São Paulo. Inicio da industrialização: Geografia do poder**. Dissertação de mestrado. USP. São Paulo. 1981.

[2] **TEIXEIRA**, Palmira Petratti. **A Fábrica do Sonho (trajetória do industrial Jorge Street),** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990.

[3] **VARON**, Conceição de Maria Ferraz – **E a história se repete: Vilas operárias e os conjuntos residenciais dos IAPS -** Dissertação de Mestrado apresentada a FAU-USP, SP. 1989. Mimeo.

[4] **BLAY**, Eva A. – **Eu não tenho onde morar: vilas operárias na cidade de São Paulo**. SP. Nobel, 1985.

vilas e fora delas, permitindo através de várias prismas visualizar um panorama mais detalhado do todo. [5]

Incorporando estas abordagens nosso estudo procura focalizar a Vila Maria Zélia em outros aspectos ainda. No primeiro capitulo é feita uma descrição dos tipos de habitação: os cortiços e vilas, as dificuldades e a interferência do saber médico e do poder público a respeito, a legislação urbana e trabalhista. No segundo capitulo a Vila Maria Zélia é abordada em seus aspectos físicos, assim como em relação ao cotidiano de seus moradores. O Terceiro capitulo discute as várias visões sobre a vila, isto é, dos jornais operários e de outros jornais, a opinião de uma ilustre moradora D. Cinta que viveu na vila por mais de 80 anos.

É importante antecipar porque a ocupação urbana em São Paulo, seguiu caminhos próprios. Diferente do Rio de Janeiro, onde grande parte do século XIX e as primeiras décadas do seguinte, assistiram aos habitantes tomarem conta do território de muitas maneiras, São Paulo sofreu um processo de urbanização rápida e cambiante, onde a mobilidade das pessoas e de suas moradias era constante. A princípio, as transformações do tecido urbano da cidade nas últimas décadas do século XIX, pressionadas pelo crescimento demográfico intenso, dificultaram a construção de comunidades semelhantes.

As dificuldades encontradas na pesquisa foram muitas, mas não nos fizeram desanimar: num primeiro momento, o objeto de nossa pesquisa era a educação nas escolas da Vila Maria Zélia, mas os registros de alunos, cadernos, diários, atas e outros documentos do período, perderam-se no tempo ou simplesmente foram parar num cesto de lixo qualquer, impossibilitando assim o acesso a essa documentação. Num segundo momento decidimos pela história oral com a intenção de entrevistar moradores que viveram na vila nessa época ou seus descendentes, mas a ausência de pessoas vivas dispostas a falar sobre o passado, a dificuldade em localizar descendentes, nos fez mais uma vez recuar. Não abandonamos por completo a história

---

[5] **DECCA**, Maria Auxiliadora Guzzo de - ***A Vida fora das fábricas : O Cotidiano operário em São Paulo ( 1920-1934)*** – Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1987.

oral, pois o depoimento de uma moradora ilustre D.Cinta muito colaborou com o nosso estudo, sendo, no entanto, utilizado como um complemento e não como a principal fonte da pesquisa.

Além disso, optamos por utilizar os jornais do período, principalmente o Jornal do Commercio , além de A Plebe , O Estado de São Paulo e outros menos relevantes e espaçados quanto a periodicidade.

A nossa ótica também teve sua mudança, passando a ser as várias visões sobre a Vila Maria Zélia, sendo que o período estudado (1917-1940), coincide com sua inauguração e com o começo de sua descaracterização com a venda do terreno a Goodyear, o fechamento da Fábrica e o abandono de muitos de seus equipamentos como a escola, o armazém, o salão de bailes etc.

Os conflitos existentes e tão criticados no passado, continuam a existir no presente, como a briga entre os moradores da Vila em relação a forma que se dará á restauração, á ocupação do espaço. Alguns moradores querem á restauração, mas sem interferência no seu espaço privado na vila, mas esse espaço é também público. O limite entre o público e o privado gera conflitos, pois enquanto uma parte aceita as modificações e a abertura do espaço ao público, outra parte questiona a sua privacidade.

A grande família que é a Vila Maria Zélia, em muitos momentos se divide, seus membros divergem sobre o destino da vila, confrontam-se mesmo que tenham como objetivo comum , a restauração . O que seria melhor, a construção de um museu do trabalho ou uma escola profissionalizante? É necessário aparar as arestas e procurar o melhor caminho, que beneficie toda a comunidade e contorne os transtornos que isso possa causar possibilitando um bem maior aos envolvidos, à comunidade da Vila Maria Zélia e ao público a que se destina, um caminho que busque de fato preservar esse lado da história da cidade de São Paulo.

# 1 - HIGIENIZAÇÃO E REURBANIZAÇÃO DE SÃO PAULO : a questão da moradia e as vilas operárias

## 1.1 – Considerações preliminares

Nas décadas finais do século XIX, transformações econômicas e sociais propiciaram, em algumas cidades brasileiras, as condições necessárias para a industrialização e para um desenvolvimento urbano acelerado. A partir desse momento, instalou-se em São Paulo, um parque industrial incipiente e, em decorrência, uma crescente classe operária urbana, processo acompanhado da diversificação do comércio. Beneficiada pelos recursos gerados com a expansão da lavoura no interior do Estado, a cidade de São Paulo absorveu um contingente de mão-de-obra derivado do projeto imigrantista, cujo foco principal residia em garantir trabalhadores para a cafeicultura, apresentando crescimento demográfico considerável na passagem para o século XX.

Esse crescimento demográfico estaria relacionado com o processo modernizador da cidade de duas formas: ao mesmo tempo em que representaria uma oferta permanente de mão-de-obra barata para a indústria e para o setor de serviços, seria acompanhado de sérios desdobramentos econômicos e sociais, um deles relacionado à falta de moradia e às questões referentes à saúde pública.

Do ponto de vista da estrutura ocupacional, a população paulistana era composta em grande parte, por operários, a maioria dos quais, imigrantes. É importante apontar, no entanto, a presença também de trabalhadores nacionais, muitos deles mestiços e negros, ocupados nas mais diversas funções na cidade, principalmente junto ao comércio e a atividades informais.

Esses segmentos sociais eram considerados pelo poder público e sobretudo pelos profissionais da Medicina, como "classes perigosas". [6]

O procedimento em relação às chamadas classes perigosas passou pela delimitação entre bairros ricos e pobres, sugerida na própria legislação sanitária e urbana e pela questão da moradia.

Nas primeiras décadas do século XX, a divisão da cidade nesse sentido já é visível. Enquanto os bairros ricos ocupavam a parte alta, como Higienópolis (e, posteriormente, Avenida Paulista e jardins), os pobres ocupavam as partes baixas próximas às várzeas, constituindo os bairros operários, tais como, Brás, Mooca, Belém, Bom retiro. As zonas populares, que englobavam de operários a pessoas apontadas como "marginais" ficavam geralmente às margens das ferrovias. Estas passavam a meia encosta, acima do nível das várzeas, em áreas até então não habitadas e atraíram armazéns, fábricas e moradias populares, já que eram baratas, sujeitas a inundações periódicas. Por volta de 1890 todas as regiões populares, exceto Bexiga e Liberdade, eram várzeas pantanosas.

Alguns bairros de São Paulo, como Brás, Barra Funda e Bela Vista, eram tidos como locais de transmissão de muitas doenças, entre elas, varíola, febre tifóide, etc. Esses horrores eram retratados pela imprensa da época, principalmente a anarquista, mas Telarolli Junior cita uma matéria do Jornal *O Estado de São Paulo,* de 1894, da qual consta a descrição feita em um relatório do Inspetor Sanitário do Brás mostrando os horrores de suas ruas esburacadas e o esgoto a céu aberto, conforme destaque abaixo :

> *" ... ruas esburacadas , com lama formada pelas águas do esgoto doméstico, chegando algumas vezes a impedir o trânsito ,faltando arruamento, guias e abaulamento em muitas delas. ..."* [7]

---

[6] Ver **CHALOUB,** Sidney. ***Cidade Febril: Cortiços e epidemias na corte Imperial.*** São Paulo, Companhia das Letras, 1996

[7] **TELAROLLI JUNIOR.** op. cit., p.136.

Telarolli nos mostra que a crescente imigração em grande parte sediada no Brás, era considerada responsável pelo grande número de casas de cômodos e cortiços e por seus desdobramentos, caso das próprias epidemias.

### 1.2 – A cidade e a divisão social: "Guerra" contra os cortiços

A preocupação com a habitação no Brasil é antiga e desde os tempos mais remotos relaciona-se com a questão higiênica e sanitária, presente na imprensa e nos discursos de autoridades públicas, resultado dos surtos epidêmicos que assolavam o país. Na segunda metade do século XIX, as pessoas com baixo poder aquisitivo residiam em habitações precárias, mais acessíveis ao seu orçamento e que, por sua vez, localizavam-se próximas aos locais de trabalho. Esse problema vai se agravando em progressão geométrica, acompanhando o descontrolado crescimento populacional.

Para o poder público, estas habitações eram uma "chaga oculta no coração da cidade", chamando a atenção para a necessidade de providências urgentes a respeito e revelando que seus habitantes não tinham como viver dignamente. Essas habitações eram em sua maioria cortiços, mas havia também casinhas, hotéis-cortiço, entre outras. Cada uma dessas moradias tinha suas características próprias, características que o poder público preocupou-se em descrever com a intenção de diferenciá-las:

> ***Cortiço*** ***"*** *é uma habitação coletiva, que ocupa uma área no interior do quarteirão: quase sempre um quintal de um prédio onde há estabelecida uma venda ou tasca qualquer. Um portão lateral dá entrada por estreito e comprido corredor para um páteo com 3 e 4 m de largo nos casos mais favorecidos, com janelas e portas de pequenas casas enfileiradas, que se abrem*

*para o páteo . A casa não tem mais de 3 metros de largura, 5 a 6 de fundo e altura de 3 a 3,50m, com capacidade para 4 pessoas no máximo"*[8].

***Casinha*** *: "como prédio independente, com frente para a rua pública e apenas considerada cortiço pelo seu destino e espécie de construção. Pequena e insuficiente para a população que abriga, não oferecem garantia alguma pelo que respeita a higiene. O soalho vem ventilação e assentado sobre o solo, o forro sem ventilador, os cômodos pequenos e ainda subdivididos por biombos que os fazem ainda mais escuros, as paredes sujas e ferido o reboco que deixa perceber a má* [9]*qualidade da alvenaria. No fundo uma área exígua, mal ladrilhada ou cimentada com um ralo para esgoto e uma latrina ordinária sem abrigo. A cozinha , quando não é ao lado da latrina, está assentada junto do aposento de dormir e então as condições de asseio são as mais precárias possíveis (...)"*

*"**O hotel cortiço** é uma espécie de restaurante onde a população operaria se aglomera à noite para dormir, já em aposentos reservados, já em dormitórios comuns". São quartos pequenos, abrigando muitos "operários sem família".*[10]

*"**Prédios de sobrados convertidos em cortiços** através de divisões e subdivisões dos aposentos primitivos; onde se alojavam numerosas famílias não*

---

[8] **BLAY**, Eva A. – op. cit**.** 1985, p. 67.

[9] Relatório da Comissão de Exame e Inspeção das Habitações Operarias e Cortiços no cortiço de Santa Efigênia 1893 in Relatório do Intente Municipal, p. 43 apud **DECCA,** Maria Auxiliadora. *Indústria, Trabalho e cotidiano*.op.cit. p.48.

[10] Idem, p. 7-8.

> *são senão casas de dormida e que se adicionam alguns cômodos para comuns : uma sala com vários fogões improvisados para o gozo de todos, uma latrina pessimamente instalada, e compridos corredores com iluminação insuficiente."*[11]
>
> *"**Vendas com cômodos nos fundos** - As vendas quase todas contem nos cômodos do fundo aposentos para aluguel e estes, de ordinário, nas piores condições de asseio, posição e capacidade."*[12]

Aluízio de Azevedo, em "O Cortiço", utilizou-se da figura desse tipo de habitação coletiva para representar a própria sociedade do Rio de Janeiro do final do século XIX. De forma figurada, todas as camadas representativas da sociedade carioca estão presentes no conhecido romance. Ambientado na capital federal, o enredo permite perceber as relações humanas e as condições de moradia desse microcosmo do Brasil do final do Império e início da República. Como afirma Ligia Vassalo:

> *"Em suma, o uso do espaço urbano pelos personagens de O Cortiço permite configurar a obra de Aluísio de Azevedo como um romance de localização especificamente carioca. Nele, são flagradas a cidade e a sociedade em estado de mutação, quando se adpta para o ambiente urbano a dicotomia de Casa Grande e Senzala, agora traduzida pelos contrastes simbolizados pela oposição entre cortiço e sobrado. Assim, a preocupação com a veracidade, própria do realismo - naturalismo, fornece um painel da cidade, em momento de profunda transformação social, cultural, humana. O romance é um documentário não só sobre a acumulação de capital como também sobre a cidade do Rio de*

[11] Ibidem p.8.
[12] Ibidem p.8.

*Janeiro, através da vida, trabalho, moradia e lazer de seus habitantes, sejam eles pertencentes às camadas aristocráticas ou às populares.''*[13]

Essas habitações coletivas destinadas à classe pobre eram insalubres, sem higiene, constituindo focos de disseminação de doenças que punham em risco as mais diversas classes sociais. Em função disso, constituía um grave problema na opinião sobretudo dos chamados higienistas, tendo em vista o crescente número de epidemias. Em conseqüência, o projeto de higienizar a cidade, desodorizar o espaço urbano, eliminando a sujeira, a imundície, que se tornavam uma ameaça também para os ricos palacetes e sua população. [14]

A moradia operária em sua maioria, não dispunha, da necessária infra-estrutura, como esgoto e instalações sanitárias. Seus habitantes, em sua maior parte, imigrantes europeus que não tinham o costume da higiene diária do corpo e do espaço, eram apontados como tendo um odor repugnante. Afinal, viviam em cortiços ou casas de cômodo, onde um único banheiro era utilizado por várias famílias e onde a falta de água encanada muitas vezes comprometia a higiene.

A maior parte das críticas aos cortiços estava relacionada à questão da higiene e às epidemias. O comentário de VARON [15] sobre o Rio de Janeiro o

---

[13] **VASSALO**, Ligia. ***O Cortiço e o Rio de Janeiro*** in revista Ipotesi, Juiz de Fora, Universidade Federal de Juiz de Fora, V.4 nº. 1- Jan./Junho 2000. p. 30.

[14] **RAGO**, Luzia Margareth. **Do Cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985**,** p.165.

1[5] **VARON**, Conceição. op.cit.p.124. Inclusive este comentário tem por base o texto de ABREU, Mauricio. Da Habitação ao Habitat: uma interpretação geográfica da evolução da questão da habitação popular no Rio de Janeiro (1850-1930) Texto apresentado no Seminário Habitação Popular no Rio de Janeiro: Primeira República, realizado na Fundação Casa de Rui Barbosa, em 25 e 26 de Junho de 1984, p.9

qual os discursos mostravam que a falta de higiene e as constantes epidemias espantavam os investidores estrangeiros e passavam uma péssima imagem da cidade no exterior, prejudicando o comércio e a indústria, é válido também para São Paulo.

Um outro fator de crítica, no que diz respeito tanto a São Paulo como ao Rio de Janeiro, segundo as autoridades públicas, estava na degradação moral que caracterizava essas habitações coletivas que, no seu entender, destruíam o pudor, o bom caráter e até a inocência da infância.

Os pareceres de médicos e engenheiros do Rio de Janeiro, em fins do século XIX apontavam os hábitos e modos de vida das camadas pobres não só como responsáveis pela propagação das epidemias, mas como locais relacionados à criminalidade, conforme destaque do Conselho Superior de Saúde Pública em 1886:

> *" A Vida em comum facilitada por esta solidariedade espontânea das classes pobres que, para se defender na luta pela vida, se congregam e mesmo se amontoam em casas quase em ruína, em porões, em cortiços , carecidos dos mais elementares requisitos higiênicos e fonte de muitas moléstias, como é causa de múltiplos delitos... Em geral essa população é constituída por gente de inferior cultura. E entre esses de espírito simples, tolerantes, desprezam os mais necessários preceitos de decoro e respeito mutuo, e a intimidade vão ligando numa trama apertada as mais diversas mentalidades, bem como aproximando as vezes as mesmas tendências. Resultando desta massa heterogênea a criminalidade, a prostituição, a doença e mantendo baixo o nível moral e físico desta gente."*

E ainda :

> *" Diminuir o numero de moradores nas casas destinadas aos pobres é providência útil e hygiênica, e é por isto que certas medidas policiais e municipais conviriam ser adoptadas. Como é sabido, é nas estalagens e cortiços que vivem aglomeradas as centenas de vagabundos, capoeiras, etc. que impestam moralmente esta cidade.* [16]

Percebemos, portanto, que o poder público considerava necessário intervir na habitação operária, pois, na medida em que ela se tornasse mais higiênica, a contaminação da cidade com suas doenças – em sua avaliação, tanto físicas, quanto morais - seria evitada. Também acreditava que tornaria o trabalhador mais comportado e produtivo, se o mantivesse longe do perigo da promiscuidade, o que o afastaria dos vícios. Na opinião do poder público, a pobreza estava associada às doenças e à imoralidade, conforme exemplificamos abaixo com uma das teses sanitaristas:

> *" (...) O melhoramento das casas de operários tem um fim não só material, mas também político e moral. (...) Cumpre não esquecer que quase sempre antes de ser seduzido pela taverna, o operário é afastado da casa pela escuridão, tristeza e insalubridade dos seus aposentos. O desregramento terá perdido seus mais poderosos auxiliares quanto taes aposentos forem claros, sãos cômodos e asseados. " Eis porque uma habitação de espaço agradável , bem arejada e iluminada, asseiada e dotada de dustribuição relativamente confortável, influe sobre a moralidade e bem estar da família."*

---

[16] Parecer do Dr. José Maria Teixeira, p. 21 apud **ROLNIK** , Raquel**.** *A cidade e a Lei: Legislação, Política Urbana e Territórios na Cidade de São Paulo*. São Paulo, Studio Nobel, Fapesp. 1997. p. 41.

> *" O ar viciado pela respiração pulmonar e cutânea veiculando matérias muitas vezes em vias de decomposição, aterado ainda por emanações provenientes das cozinhas ou de compartimentos de descuidado asseio, no fim de certo tempo, não será só suficiente, mas também prejudicial e perigoso"*[17]

A idéia higienizadora pretendida pelo Estado não diria respeito apenas à cidade, mas também à área rural, como foi brilhantemente retratado através do personagem de Monteiro Lobato, Jeca Tatu, cuja transformação dar-se-ia através das medidas de higiene implementadas no campo. Jeca é o homem do campo transformado e feliz, pois através da ciência, da medicação, das medidas higiênicas, como o uso de sapato, lavar as mãos, selecionar os alimentos que come, torna-se um homem saudável. O homem do campo, Jeca Tatu no caso, sai da miséria, deixa de ser doente e torna-se trabalhador, influenciado pelo movimento médico sanitário, deixando de ser indolente e preguiçoso.

Monteiro Lobato ao modificar seu personagem – o Jeca Tatu - mostra que suas idéias foram influenciadas por seu amigo Arthur Neiva, higienista, que bebia nas fontes das teorias advindas da Europa, segundo as quais o clima, o espaço geográfico e a raça determinavam a evolução e a posição social dos indivíduos. [18]

A grande influencia da Ciência no pensamento de Lobato e na transformação de seu personagem Jeca Tatu pode ser resumida pela frase: "*O Jeca não é assim, está assim*". Todo o pensamento de Lobato nessa época está centrado na questão médico-sanitária, onde através do personagem mostra que o trabalhador não é preguiçoso, apenas está doente, por isso não trabalha.

> *" (...) O Nosso problema, verificado que foi o mau estado da população nativa, é simples e uno: sanear é forçoso, preliminarmente, convencemos o país da sua*

---

[17] **PRATA**, F. Horta. **Higiene da Habitação**. Tese de doutoramento. Bahia, 1918, apud Rago. op. cit. p.168.
[18] WWW. Achegas. net. **SANTOS**, Ricardo - Lobato, Os Jecas e a Questão Racial no Pensamento Social Brasileiro. 2003..p.3

*doença; e em seguida fazer dessa idéia o programa de todos os governos, a idéia fixa de todos os particulares. Tudo mais rola para plano secundário. Sanear é a grande questão. "Não há problema nacional que não se entrose nesse". (LOBATO, 1957 a 272)"...*[19]

Na argumentação de Chaloub,

*"(...) para os nobres deputados, a principal virtude do bom cidadão é o gosto pelo trabalho, e este leva necessariamente ao hábito da poupança que, por sua vez, se reverte em conforto para o cidadão. Desta forma, o indivíduo que não consegue acumular, que vive na pobreza, torna-se suspeito de não ser um bom trabalhador."*

*(...) O maior vício possível em um ser humano é o não trabalho, a ociosidade, segue-se que aos pobres falta a virtude social mais essencial; em cidadãos nos quais não abundam a virtude, grassam os vícios, e logo, dada a expressão 'classes perigosas e viciosas', vemos que as palavras 'pobres' e 'viciosas' significam a mesma coisa para os parlamentares."* [20]

Podemos concluir que os parlamentares consideravam os pobres uma classe viciosa, mas não todos, somente aqueles que não tinham um trabalho digno e hábitos entendidos como honestos. Assim, os pobres representavam um "perigo" tanto em nível dos hábitos, portanto da moralidade, quanto em nível da saúde.

---

[19] Idem. p. 4
[20] **CHALOUB**, Sidney. op.cit . p. 24.

Voltando à questão da habitação, em todos os discursos da época, seja nos jornais operários, seja nos documentos do poder público, fica claro que as habitações coletivas nas quais viviam os trabalhadores eram inadequadas, fétidas e deveriam ser eliminadas, fazendo-se necessária a construção de moradias adequadas e higiênicas para a população pobre. Mas, embora mórbidas, essas habitações não deixavam de ser uma enorme fonte de lucros para seus proprietários, alguns das classes abastadas.

Essa realidade era clara, no que diz respeito tanto ao Rio de Janeiro quanto a São Paulo, como podemos ver :

> *"Será possível que, para a municipalidade desta cidade, tenha mais valor os lucros fabulosos , que auferem os proprietários de cortiços que infectam esta infeliz capital do que a saúde e a vida de seus habitantes. "*[21]

Para poder resolver o problema das epidemias e desodorizar o espaço era necessário criar indivíduos sadios, o que exigia, na opinião de médicos e autoridades públicas, hábitos saudáveis e habitações que os favorecessem, ou seja, locais limpos, bem ventilados, bem iluminados que contribuíssem para a boa saúde dos moradores. Não só os trabalhadores pobres, mas as prostitutas, os loucos e os negros eram analisados e observados, pois neles identificava-se a origem das epidemias e da imoralidade.

Apesar de toda essa preocupação por parte dos higienistas, durante algumas décadas, as condições de moradia da classe trabalhadora permanecem iguais, seja pela resistência dos trabalhadores a essa desinfecção, seja pela falta de interesse das camadas dominantes em melhorar as condições de vida da classe pobre[22]. As

---

[21] **ELIA,** Francisco Carlos de Fonseca. **A habitação Popular no Rio de Janeiro.** Comunicação apresentada no Seminário sobre Habitação Popular no Rio de Janeiro: Primeira República. Fundação Casa de Rui Barbosa. Rio de Janeiro, Junho de 1984. p.28 apud **VARON,** op.cit.. p. 125.
[22] **RAGO,** Margareth – op.cit. p. 171.

autoridades sanitárias continuam retratando a imundície das habitações populares, dos presídios, hospícios, bordéis e denunciam também a ineficácia das políticas sanitaristas, o que para Rago configura um *"desinteresse dos dominantes e ou resistência popular mediante autoridade pública "* [23].

Em São Paulo, na intenção de acabar com as doenças e suas causas, o Código de Posturas de 1886, incluiria medidas que definiam como deveriam ser as moradias operárias, com um capítulo tratando somente desta questão, portanto em conformidade com o projeto de saneamento da cidade. A partir disso, o poder público constituiu uma comissão para inspecionar e observar as habitações das classes trabalhadoras, em especial os cortiços, o que teria continuidade com o Código Sanitário do Estado em 1894.

O alvo dos higienistas é inicialmente o espaço público, praças e terrenos baldios, com o objetivo de livrá-lo da imundície e desinfetá-lo, visando a uma cidade mais bonita, urbanizada e arborizada. Porém, é justamente nas áreas centrais que se localizam os grandes cortiços e casas de cômodos, batendo de frente com esses objetivos, tornando-se impossível, no seu entendimento, embelezar a Capital, sem cuidar das moradias operárias. A higienização do espaço público desdobra-se para o espaço privado, ou seja, para a moradia dos operários, considerada como já foi dito, o principal foco de epidemias e doenças. [24]

As palavras de Rago nos dão a dimensão dessa invasão do espaço privado:

> *"... ( ) Os médicos higienistas, portanto percebem-se como as autoridades necessárias e competentes para vistoriar minuciosamente a habitação e os bairros populares, incentivando o asseio e impondo autoritariamente a execução de medidas higiênicas.*
> *O controle global da população pobre da cidade, seja nos lugares públicos, seja no espaço doméstico,*

[23] **Idem.** p. 172.
[24] **Idem** p.164.

> *por parte destes especialistas, se funda na crença generalizada de que a "casa imunda", o cortiço e a favela constituem focos onde se originam os surtos epidêmicos, os vícios e os sentimentos de revolta. E o mal deve ser extirpado pela raiz. ".* [25]

Através da análise da ação higienista fica claro que as medidas higienizadoras e a invasão do espaço doméstico ocorrem porque, para as autoridades públicas, a causa da imundície e das doenças não só está centrada no tipo de moradia das camadas populares, mas principalmente na pobreza. Essa idéia é compartilhada por Rago, que faz a síntese do discurso higienista:

> *"(...) São as casas imundas o berço do vício e do crime.*
>
> *O socialismo destruidor e pernicioso para o progresso de uma nação encontra nesses antros das grandes cidades uma atmosfera favorável para seu engrandecimento.*
>
> *Os indivíduos que vivem na miséria e abrigados aos pares, em cubículos escuros e respirando gases mefíticos, que exalam de seus próprios corpos não asseados, perdem de uma vez os princípios da moral e atiram-se cegos ao crime e ao roubo de forma a perderem sua liberdade ou a ganharem por essa forma meios de se alimentarem ou dormirem melhor."* [26]

Assim, os cortiços são vistos tanto como um problema para o controle social dos pobres quanto como uma ameaça para as condições higiênicas, sendo

---

[25] **RAGO**. Margareth . op. cit.. p. 164.

[26] Relatório apresentado à administração Sanitária do Estado pelo inspetor sanitário Evaristo da Veiga no Relatório apresentado ao Sr.Dr. Presidente do Estado de São Paulo pelo Dr. Cesário Motta Junior , em 28/03/1894 , p.92 in RAGO.op.cit., p.164-165.

estabelecida uma série de exigências para impedir que os mesmos se tornassem focos de epidemias, tais como, efetuar os reparos e melhoramentos necessários e mesmo propor e providenciar demolições.

No Rio de Janeiro ou em São Paulo, a eliminação dos cortiços não era tão simples, pois esbarrava na falta de moradias para as camadas pobres e nos proprietários dessas "casinhas", que perdiam o ganho com seu patrimônio em caso de demolição. Para tentar driblar a lei que impedia a construção de novos cortiços, essa palavra era substituída por outros nomes. Tentavam também de resolver o problema das medidas exageradas dos inspetores da higiene através de protestos e passeatas.

Os donos dos cortiços eram em sua maior parte, os moradores dos palacetes. Ao mesmo tempo em que investiam nos cortiços, preocupavam - se com a ameaça que a falta de higiene nos corpos e nas casas significava para si mesmos, o que representava uma contradição. Afinal, temiam a perda de lucros, mas também temiam as epidemias. Custa saber qual das duas preocupações era mais urgente para os proprietários.

A repressão aos cortiços e casas de cômodos se intensificou após a elaboração do Código Sanitário. A partir disso, a vila operária passava a ser considerada como ideal, como moradia apropriada para os pobres, devendo localizar-se fora das áreas urbanas. Acreditava-se que a habitação destinada a abrigar uma única família eliminaria os focos de insalubridade, a degeneração moral e as doenças.

Fica claro que estava ocorrendo uma divisão dos espaços, separando a moradia da elite e dos operários, divisão que o Código Sanitário buscava legitimar. Através dessa legislação ficava estabelecido como deveriam ser as casas: todas deveriam ser arejadas, pintadas, os assoalhos trocados, etc.

Caso essas medidas não fossem cumpridas, as moradias seriam destruídas, como ocorreu no Distrito de Santa Efigênia em 1894, que teve vários prédios e casas demolidas e seus proprietários nada puderam fazer. As leis higienistas eram rigorosas e, na maioria das vezes, não previam indenização para os imóveis

destruídos e nem espaço para reclamações. As reclamações ocorriam, mas o poder dos inspetores sanitários acabava por prevalecer. A lei não dava limite para os inspetores, que muitas vezes eram arbitrários: mandavam edificar uma reforma no cortiço e, mesmo que muitas vezes o prazo para fazê-lo ainda não tivesse se esgotado, voltavam ao lugar, dando ordens para que tudo fosse demolido. Os conflitos eram intensos, mas a legislação concedia todo o poder aos inspetores sanitários e nenhuma brecha para recursos e contestações. Conforme relata Chaloub sobre o Rio de Janeiro,

> *"(...) O fato, porém é que o regulamento sanitário concentrava poderes demais nas mãos dos doutores da Inspetoria de Higiene, e estes, devidamente incentivados pelo ministro, não se fariam de rogados. Além disso, é certo que os critérios utilizados pelos cientistas da Higiene na avaliação das condições sanitárias dos cortiços tinham poucas chances de agradar a proprietários e inquilinos ameaçados de despejo. O mais complicado da situação é que os cidadãos que se considerassem lesados não tinham a quem apelar ;*
>
> *(...) Segundo a interpretação de alguns dos burocratas que acompanhariam os acontecimentos dos meses seguintes, nem o ministro do interior – a quem a Inspetoria de Higiene estava subordinada – podia revogar uma ordem de fechamento de estalagem determinada pelos esculápios."*[27]

O regulamento da Inspetoria da Higiene não permitia recursos referentes às interdições ou multas dos cortiços, nem mesmo ao ministro do interior, por um erro em sua elaboração. Por sua vez, quando o poder público recebia manifestações de repúdio às ações dos sanitaristas não havia o que fazer. Isso era de tal

---

[27] **CHALOUB**. Sidney. op. cit. p..47. Em tempo esculápios era a denominação atribuída aos médicos da época.

forma absurdo que os inspetores sanitários se consideravam vitoriosos. Transcrevemos, abaixo, um trecho do comentário sobre o recurso de um "corticeiro" relacionado às arbitrariedades dos inspetores, respondido por um auxiliar da inspetoria, onde este se mostra irônico, prepotente e arrogante, arrasando o Ministério do Interior:

> *"(....) Basta à leitura do parágrafo V. do artigo 83 do Regulamento Sanitário para chegar-se à evidência de que não cabe, na espécie, recurso para a S.Exa, o Snr. Ministro do Juízo ou resolução do Inspetor Geral de Higiene, o qual somente por não dispor de elementos de força para tornar efetivo o fechamento de prédios (...) dada à resistência , recorre ao governo o qual providencia para que os prédios sejam fechados (...) Enquanto vigorarem as disposições regulamentares aludidas, outra não pode ser a sua interpretação."* [28]

Voltando a São Paulo, apesar da longa discussão sobre o assunto e das medidas tomadas para a resolução do problema, a precariedade da habitação nas décadas de 10 e 20 manteve-se nas décadas de 30 e 40, ou seja, pouca coisa mudou na habitação das famílias operárias paulistanas, conforme relata pesquisa sobre o padrão de vida nos bairros de Pinheiros, Cambuci, Ipiranga, Bela Vista, realizada nos anos de 1932 e 1934:

> *"(...) Para terminar essas considerações diremos mais que: a maior parte das famílias estudadas vive em casa de aluguel, isto é, 76% do total, sendo que os restantes têm casa própria ou cedidas eventualmente; das casas, umas 40%, não tem mais de dois dormitórios, sendo o número médio de moradores por*

[28] **Idem,** p. 50.

> *casa de 5,2; em 22% das casas não há banheiro, nem mesmo chuveiro. (...)"*[29]

Vemos que apesar de todas as tentativas para eliminar os cortiços ou diminuí-los, com os relatórios da inspetoria da Higiene mostrando suas condições degradantes, os mesmos continuavam existindo e outros novos surgiam. Isso se deve ao fato de a fiscalização ser ineficiente e a Câmara Municipal, por vezes apoiar proprietários de cortiços, com os quais muitos de seus membros se relacionavam.

Os cortiços não só não deixaram de existir, sendo ainda encontrados em grande número em toda a cidade, inclusive no Centro, alvo principal das campanhas por uma habitação higiênica, não diferindo muito, em sua forma e condições, com os do passado.

Em 1925, elabora-se um projeto de reforma do Serviço Sanitário Estadual, de natureza médico-sanitarista o qual, entre outras coisas, estabelecia que :

> "*A Educação Sanitária se fará de modo a impressionar e convencer os educandos a implementarem hábitos de higiene... (e)... visará de modo especial à higiene individual, a pré-natal, a infantil e a da idade escolar... para imprimir ou desenvolver hábitos de higiene"* [30]

O intuito dessa reforma era combater as causas das doenças, por isso começava a educar o indivíduo com normas de higiene para preveni-las. Essa reforma previa ainda campanhas educativas e de vacinação, bem como combate ao meio ambiente causador de muitas epidemias, como a da malária.[31]

---

[29] **P. Souza et aliii, "** *Inquérito sobre alimentação popular em um bairro de São Paulo*". revista do Arquivo municipal, (17):130.) apud **DECCA,** Maria A.G**.** *Indústria , Trabalho e Cotidiano . Brasil- 1889 a 1930.* São Paulo: Atual, 1991 p. 52.

[30] **MASCARENHAS**, R.S. op.cit. p. 92

[31] **MERHY**, Emerson. op. cit. p.. 99

A educação sanitária estava centrada nos centros de saúde e propunha o seguinte:

> *".Dispensar aos doentes tratamento medicamentoso nos casos restritamente previstos no regimento interno do serviço.*
> *.De uniformizar o tratamento adequado de Doenças Transmissíveis.*
> *.De criar principalmente oportunidade para a educação sanitária dos pacientes e das respectivas famílias. A Educação Sanitária será ministrada ao individuo isoladamente ou em grupos... e professada nos centros de Saúde...(e)... em visitas domiciliares ... e sempre que operar fora do serviço do Centro, fará propaganda intensiva das vantagens da população em freqüentá-los..."* [32]

Essa não foi a primeira reforma efetuada, tendo apresentado mudanças em relação á anterior, de 1917. Nesta, a perspectiva predominante era a bacteriológica. Nesse caso, as ações sanitárias visavam vigiar e controlar o meio externo, no sentido de garantir a sua higiene, o que seria realizado utilizando-se basicamente de instrumentos coercitivos (polícia sanitária, campanha sanitária).

Em 1925, prevalece a perspectiva médico sanitária, segundo a qual, as ações sanitárias visavam à consciência do indivíduo, sendo revestidas de um caráter impositivo, mas com um cunho predominantemente educativo/consensual. [33]

Na primeira forma acreditava-se que livrando o indivíduo sadio do contato com o doente e agindo no meio do contágio (cortiços) , acabar- se- ia com as doenças. Conforme a segunda dever-se-ia educar o indivíduo e este, através da prática de hábitos de higiene saudáveis , estaria evitando as doenças. Em ambas, as doenças,

---

[32] **MASCARENHAS, R.S.** op.cit. p.92.
[33] **MERHY**, Emerson. op. cit. p. 102

eram tidas como transmitidas pelos pobres, pelas classes operárias e que viviam em precárias condições de vida.

### 1.3 – Vilas operárias: a solução ideal?

A partir dessas constatações o poder público começava a incentivar um novo tipo de habitação, que seria mais adequado ao proletariado, mais higiênico e barato, a vila operária.

Essa preocupação em melhorar o padrão de habitação da camada pobre passava a ser a tônica de discursos das autoridades médicas e públicas, de empresários, da imprensa. Assim, com diferentes abordagens, diversos segmentos sociais defendiam a necessidade de moradias mais higiênicas e adequadas às camadas pobres. Atuavam no sentido de incentivar a construção de uma moradia ideal para o operariado. Essa solução seria a construção das vilas operárias.

Eram muitas as divergências sobre quem devia construir as vilas operárias, se o poder público ou a iniciativa privada. Mas apesar de todo esse conflito, uma coisa é certa, a vila era vista como necessária para aliviar os problemas relacionados à habitação das camadas pobres e reivindicadas no interior da própria classe operária. Se, por um lado, a vila operária sujeitava o trabalhador aos interesses patronais, por outro lado significava morar perto do trabalho, ter casa e emprego garantido e um salário certo, bem como romper com as condições degradantes dos cortiços e das casas de cômodos.

O poder público vinha realizando esforços para incentivar os empresários a construir habitações higiênicas e saudáveis, como as vilas operárias, em áreas pouco povoadas, caso das leis municipais de 1900, 1901, 1908[34]. Mas os objetivos esperados não foram alcançados, provavelmente devido a muitas exigências e à demora para a concessão do benefício, normalmente dois anos, ressaltando os contemporâneos que o discurso da Câmara, na prática, não

[34] **LAVIOLA**. Marlene. op.cit., p.166.

funcionava adequadamente. Exemplo dessa situação, a manifestação do Vereador Piedade, em discurso datado de 7 de Junho de 1919, relatando que decorridos onze anos da promulgação da lei nº. 1098, não havia sido registrada nenhuma concorrência para a construção de casas para os operários. [35]

A solução havia sido proposta mas, restava agora saber como fazer, de que forma atrair o capital privado para implementá-la e qual o modelo de habitação mais adequado para a construção das vilas.

O governo autorizou concursos para a construção de vilas ou habitações operárias, tanto terrenos municipais quanto em áreas desapropriadas, propondo uma série de facilidades para isso:

> *1. A concessão durara os anos precisos para a reversão do capital;*
>
> *2. O poder público garante a renda de 10% sobre a quantia orçada e efetivamente dispendida com a construção;*
>
> *3.Isenção de todos os direitos municipais e estaduais sobre prédios;*
>
> *4. Concessão de privilégios de transporte por ônibus ou diligências se não for possível à concessão de linha de bondes, desde o centro da cidade até a sede da vila operária;*
>
> *5.. Fixação e revisão anual do preço dos alugueis pelo poder municipal;*

[35] Anais da Câmara, v. 1919, p.111-119 apud **LAVIOLA**. op. cit., p.168 .

*6. Os operários poderão adquirir por compra a prazo os prédios de sua habitação, precedendo aprovação da Câmara. "* [36]

Essas facilidades criadas pelo governo tinham como objetivo incentivar o capital privado a construir habitações operárias melhores do que os cortiços, mais higiênicas, mas ainda longe de serem confortáveis e ideais. Percebemos que os cortiços eram mais rentáveis aos seus proprietários, mas o governo estava disposto a abrir mão dos impostos e até implantar melhorias, como o serviço de bondes por exemplo, valorizando áreas em favor da construção das vilas. Caso contrário, o governo teria que gastar muito mais para erradicar as epidemias que assolavam a cidade, além de considerar a provável valorização do preço da mão-de-obra, suscetível à morte em condições insalubres.

Desta forma bairros como Higienópolis, Jardim América, Campos Elíseos transformaram-se em redutos das elites, ficando os bairros centrais destinados para os ricos e os mais afastados para os pobres. Com isso, houve uma super valorização dos bairros centrais através da lei de zoneamento, em detrimento dos bairros pobres.

Essa estratégia permitiu uma super valorização dos terrenos, mesmo que fossem casas velhas e por outro lado aumentou o preço dos alugueis. Mais uma vez o trabalhador operário pagou a conta, pois tinha que encontrar uma maneira de pagar uma moradia, que se tornava cada vez mais distante e cara. Essas denúncias não apareciam na imprensa ou na polícia, pois todos tinham interesse nessa especulação imobiliária. Posteriormente, a imprensa operária começou a denunciar essas irregularidades, colocando-se contra a construção de vilas operárias, pois via nessa medida uma forma de lucro capitalista.

Apesar de toda essa discussão o problema da moradia para o operariado continuava sem solução. Em 1914 procurava-se uma solução para a crise, que no entendimento do poder público era a construção de vilas higiênicas pela prefeitura, visando alugar ou vender para os operários. De imediato, este se

[36] **BLAY.** Eva A. op.cit., p. 76

comprometia a construir quatro ou cinco vilas nas áreas industriais. [37] Considerava-se que as casas construídas pelo poder público seriam mais baratas para a população, pois não visavam o lucro e poderiam ser construídas em grande quantidade de uma única vez.

No governo de Washington Luis foi lançado um concurso de moradias econômicas, que deveria atender os seguintes requisitos:

> *"As moradias devem compreender dois compartimentos habitáveis, dos quais um servindo de cozinha, refeitório e permanência diurna (destinando a casal sem filhos). Estas moradias devem poder transformar-se em três ou quatro compartimentos habitáveis destinadas respectivamente a casal sem filhos de um sexo ou de sexos diferentes."*[38]

Dos projetos apresentados, oito foram premiados, sendo que estes nada mais eram do que palacetes em miniatura. A prefeitura, apesar de ter escolhido o modelo de moradia operária mais viável e higiênico, não executou nenhum dos projetos aprovados. Podemos ver que os projetos não deram certo por dois motivos: por um lado eram muito sofisticados para as condições da classe operária, por outro lado a prefeitura não possuía recursos necessários a tais obras. [39]

---

[37] **O Estado de S. Paulo.** 18/08/1914, p.5

[38] Edital do concurso publicado no relatório do prefeito W.Luis á Câmara Municipal em 1916, juntamente com a publicação dos projetos vencedores. apud **ROLNIK,** Raquel. **Cada um no seu lugar.** op.cit. p. 110

[39] **Idem**, p.112

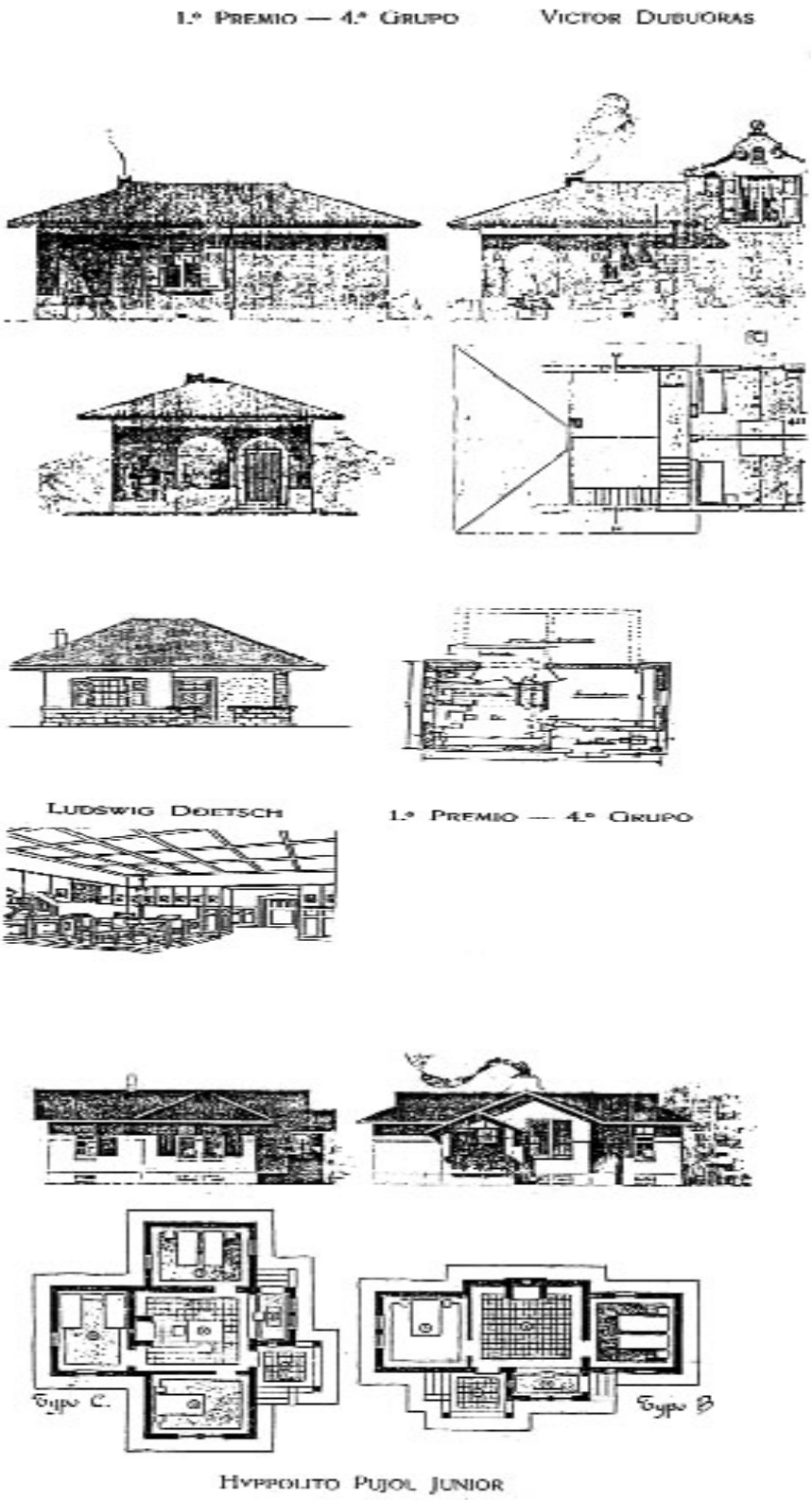



**Figura 1 - projetos para moradias populares –**
**Fonte Rolnik, Raquel . Cada um no seu lugar... p. 111-112**

De um lado, existia toda uma preocupação da Câmara em construir habitações higiênicas para as camadas mais pobres, porém percebemos que o real motivo era atrair a pobreza para as áreas mais distantes, urbanizar o centro da cidade, melhorar aquelas áreas com infra-estrutura e comércio, pois grande parte das pessoas que compunham a Câmara eram fazendeiros, políticos, que tinham propriedades nessas áreas e queriam uma valorização desses espaços. Por outro lado, toda a preocupação com as habitações higiênicas e até a proibição de construir cortiços vinha de encontro à valorização do centro, tanto em São Paulo como no Rio de Janeiro. Dessa forma, pouco se fez de fato para resolver o problema da habitação operária, pois esta se chocava com os interesses da elite, a quem o poder público queria atender ou que fazia parte deste próprio poder. Para exemplificar:

> *"(...) O Engenheiro da Câmara. Dr. Luiz César do Amaral Gama, cumprindo o que fora pedido pelos vereadores, envia um estudo propondo "um padrão para futuras edificações particulares". Mas, esclarece que seu estudo não cogita os cortiços, que ele considera deveriam ser extintos " proibindo a construção de novos prédios para esse fim destinado", e que não se permitisse à restauração dos já existentes.*[40].

Porém,

> *O mesmo engenheiro assina em 18 de outubro de 1886, o Padrão da Câmara municipal para " cortiços , casas de operários e cubículosregulamentando a permissão para construir estes tipos de moradias e indicando áreas onde elas são proibidas: " A construção destas casas, quer ao longo das ruas,*

[40] **Obras particulares**. Papeis avulsos, 1886, V.8. Sessão da Câmara Municipal, de 28.7.1886 apud **BLAY.** op. cit.. p. 62.

*praças, etc., quer dentro dos terrenos particulares, é inteiramente proibida no perímetro do comércio".*[41]

A Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo considerava a vila operária uma medida necessária à higiene e ao controle das doenças. Por isso, até meados dos anos 20, encontramos notícias em jornais falando da importância das "Habitações Higiênicas", ou seja, das vilas operárias, inclusive citando como exemplo a Vila Maria Zélia:

*"A Sociedade de medicina poderia fazer um apelo aos industriais, no sentido de construir casas para seus operários, não só no sentido de lhes oferecer vida melhor, como para estabilizá-los, no que lucrará a própria indústria. Seria uma preciosa colaboração ao problema que, pela sua extensão, necessita da cooperação de todos. Apelo, aliás, perfeitamente justo e realizável, pois a fábrica Maria Zélia oferece aos seus operários, além de outros benefícios, casas perfeitamente higiênicas e confortáveis".*[42]

Para poder cumprir as exigências da Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo seria necessário um trabalho conjunto com a Câmara municipal, pois somente através de concessões de favores, incentivo para construção de casas higiênicas, os cortiços e casebres imundos seriam eliminados. De acordo com relatório apresentado à Câmara do município de São Paulo em 1896, era dever da municipalidade fornecer terrenos nos subúrbios para a construção de vilas operárias, bem como meios de transporte que favorecessem essas áreas, como linhas de bondes. Para isso era necessário:

*". Criar e manter multiplicados trens de subúrbio até a distância de 15 Km da cidade (...)*

---

[41] **Obras particulares.** Papeis avulsos , manuscritos, 1903, v.30. apud **BLAY.** op. cit., p-.62.

[42] **MELLO,** Francisco Figueira. - **" Habitações Collectivas em São Paulo**", in Boletim da Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, nº 4, vol. IX, 3ª série, junho de 1926, , p-295 apud **Decca,** Auxiliadora. A vida fora das fábricas. op.cit. p. 61.

> *. facilitar a organização de empresas destinadas a construir villas e habitações operárias mediante favores que o congresso do Estado conceder (...)*
>
> *. promover concurso para a edificação de vilas em terrenos municipais e estaduais sobre prédios, e concessão de privilégios de transporte por ônibus ou diligência senão por possível concessão da linha de bondes, desde o centro da cidade até a sede da villa operária."*[43]

Segundo Raquel Rolnik, havia uma "diferença fundamental entre vila e cortiço: a localização das áreas de cozinhar, comer e lavar roupas, situadas no fundo da casa da vila define como 'região íntima' os locais destinados para estas atividades, o que no cortiço constitui exatamente a região mais "pública" Ainda, segundo ela, a vila era vista como local dos pobres decentes, aqueles que trabalhavam honesta e disciplinadamente. Apesar das diferenças entre cortiços e vilas, o sentimento de revolta contra o patrão era o mesmo no momento em que o operário ficava sem emprego ou ocorria o aumento do preço do aluguel.

A diferença estava no fato de que no cortiço o contato entre moradores era mais intenso, principalmente devido ao pequeno espaço e ao grande contingente de população. As vilas operárias, por serem obra de empresários, não possuíam este elo de ligação forte, por sofrerem um maior controle de seu cotidiano por parte dos patrões e por morarem os operários no reduto das fábricas. Além disso, estas se localizavam em áreas isoladas.

No século XX a capital paulista tornou-se o cenário da construção de vilas operárias por parte da iniciativa privada, que acabaram por influenciar e modificar os modos de vida de algumas famílias operárias dessa época. As vilas surgiram em todas as cidades que viviam tardiamente o processo de industrialização e com São Paulo não foi diferente. Nesse contexto foram projetadas habitações nem sempre condizentes com a realidade vivida e que sofriam controle por parte dos

---

[43] **ROLNIK,** Raquel. *Cada um no seu lugar***.** op.cit.. p.107-108.

empresários. Muitas grandes indústrias possuíam vilas em suas proximidades, ocupadas pelos trabalhadores, controladas pelos industriais, que delas eram proprietários e assim mantinham seus empregados sob custódia. As mais conhecidas situavam-se nos bairros do Brás e Moóca , nas fábricas de Álvares Penteado, Francisco Matarazzo e Crespi. Conforme vemos no comentário de Nestor Goulart Reis Filho:

> *"Algumas vezes contavam com equipamentos complementares, como igrejas ou creches. Mas sistematicamente tinham um armazém, no qual os trabalhadores faziam suas compras, anotadas em cadernetas, exatamente como os colonos das fazendas".* [44]

Segundo Blay, as vilas operárias constituíam a solução ideal para o governo que assim resolveria todos os problemas de uma única vez, tanto a questão da saúde (afastando as epidemias e os problemas sanitários), quanto a especulação imobiliária (controle dos alugueis) e os vazios urbanos (concentrando a população nos locais pouco habitados).

A grande preocupação não era, de fato, com as habitações populares, mas consistia em melhorar o centro de São Paulo, bem como urbanizar o subúrbio da cidade e proporcionar o seu desenvolvimento. Deslocava-se o problema para áreas mais distantes, melhorando os grandes centros para atender a elite que surgia. Fato semelhante ocorria no Rio de Janeiro, pois em ambas o objetivo era atender aos interesses do capitalismo em expansão, como coloca Varon:

> *"(...) As soluções propostas para a população de baixa renda pelo BNH, as vilas operárias e aos conjuntos residenciais dos IAPS não passaram de falsas soluções no sentido de que surgiram não com o objetivo de resolver o problema habitacional dessa classe social, mas para*

[44] entrevista concedida por Nestor Goulart Reis Filho. in Revista da Folha, 9/11/2003, p..13

*atender as necessidades do desenvolvimento do capitalismo no país. (...)"* [45]

Além disso, para o empresário industrial a construção de moradias era vista como um negócio e para tanto deveria dar lucro, onde o aluguel constituía uma forma de recuperar seus investimentos. O aluguel tinha suas taxas flexíveis e não correspondia às taxas permitidas pelo governo para as concessões. Enquanto o governo permitia um taxa de 12% ao ano, o empresariado aplicava uma taxa em torno de 15 a 24% ao ano. [46]

Existiam duas modalidades distintas de vilas operárias: a primeira, como assentamento habitacional, patrocinado por empresas e voltado a seus funcionários – a vila operária de empresa – e a habitação promovida por investidores privados e voltada ao mercado de locação – a vila operária particular. Algumas vezes, essas habitações confundiam-se com o espaço urbano existente, já que possuíam as mesmas características físicas. Existiram também casos nos quais as casas erguidas por empresas situavam-se fora das cidades, configurando um núcleo residencial isolado:

> *"[...] muitas empresas criaram não só vilas, mas verdadeiras cidadelas, porque se estabeleciam em locais isolados, onde inexistia mercado de trabalho ou cidades capazes de concentrar trabalhadores e oferecer o mínimo de serviços e equipamentos urbanos".* [47]

Nas vilas simples, onde existiam apenas casas para os trabalhadores, próximas às fábricas, o controle sobre os operários era menor. O primeiro exemplo deste tipo de vila foi localizado em Vila Prudente, pertencente à empresa Falchi - que produzia cerâmica, tecidos de seda, sabão fino, etc. -, tendo como objetivo localizar uma população operária próxima à fábrica, o que possibilitaria também ampliação do

---

[45] **VARON**. Conceição op.cit., p. 273-274

[46] Artigo intitulado *"Casas Operárias",* de autoria desconhecida, publicado na Revista de Engenharia, 1911-1912, v.1, p-84-85 apud **LAVIOLA**, Marlene Cárdia . op. cit. p.171.

[47] **BONDUKI**, Nabil G. *Origens da Habitação Operária no Brasil.* São Paulo, Estação Liberdade, FAPESP, 1998. p.47.

comércio e uma urbanização, uma vez que essa vila era isolada. Além do lucro com o aluguel das casas, o investimento era seguro, pois o número de casas construídas era sempre menor que a quantidade de operários e seu aluguel descontado diretamente dos salários.

Um outro tipo de vila era a vila-cidadela, tendo como exemplo a Vila Maria Zélia (Belenzinho) e a Vila Clark (Mooca), sendo que nestas o controle era muito maior, incidindo sobre o trabalho, o lazer, o ambiente doméstico, tudo pensado e previsto conforme os interesses da produção. O morador desta vila–cidadela recebia um salário menor comparado às outras indústrias, mas por sua vez o valor do aluguel da casa na vila operária era menor do que o valor do aluguel no mercado imobiliário. O salário menor estava diretamente ligado ao fato do patrão oferecer moradia mais barata. Nesse caso, a exploração era dupla, pois o empresário explorava o operário quando pagava um salário menor que o do mercado e se apropriava de parte desse valor na forma de aluguel que recebia do operário. [48]

Esse modelo de vila-cidadela nada mais era que uma combinação de moradia higiênica com um caráter disciplinador, tanto na fábrica como na casa, no cotidiano do operário e morador da vila, pois regulava os seus hábitos em todos os sentidos, objetivando torná-los dóceis, submissos ao capital e ao capitalista, conforme exemplifica ROLNIK:

> *"(...) Se na longa fila de maquinas geometricamente ordenadas organização racional do espaço da fábrica, o olhar vigilante dos mestres e contramestres indica o lugar e o gesto de cada operário ;este olhar e esta razão não se dissipam ao final da jornada de trabalho. Fora da fábrica tudo continua igual, é a mesma lei de ferro da fábrica que está presente na habitação. Não basta o trabalho coletivo heterônomo; é preciso criar também uma vida coletiva heterônoma para que nela os trabalhadores*

[48] **Idem**. p. 73

*aprendam como devem existir, o que devem beber, a que horas devem dormir, em que lugar e com quem farão cada atividade, do que devem brincar, o que devem pensar, o que devem desejar. E assim reproduzindo um servo Limpo, disciplinado e racional. "*[49]

**Figura nº. 2 - Tipos de Vilas**

**Fonte Rolnik, Raquel -cada um no seu lugar. p. 110.**

Percebemos que a vila operária ou a vila-cidadela possuía, na concepção de ROLNIK, além da função de fornecer emprego e moradia, também a de higienizar as moradias dos pobres, devido aos inúmeros problemas encontrados em outras habitações. Ou seja, devia servir para proibir, reprimir, punir e educar. Ou ainda, como nos informa RAGO, vigiar e punir. O caráter disciplinador e normatizador da vila operária ditavam as regras de conduta dentro e fora da fábrica, a postura, as brincadeiras, o lazer, a educação dos filhos, a hora de dormir e até o que se podia ou não ter em casa, como sofá etc.. Assim, tudo era controlado visando um melhor aproveitamento do operário e para evitar os conflitos. [50]

Para Rolnik, a importância da vila-cidadela não estava relacionada com a quantidade existente, mas ao fato de passar a imagem de um modelo de servidão operária, que era visto como sadio e harmonioso pelo poder

[49] **ROLNIK**, Raquel. *Cada um no seu lugar.* op. cit., p. 77.
[50] **Idem.** p. 80

público. Para a autora, seus proprietários representavam a aristocracia operária e seus habitantes, os pobres. Para melhor entender esta importância encontramos a seguinte definição de vila e de sua forma:

> *"São casas geminadas, dando para a rua ou para passagens internas no quarteirão. Em geral possuem dois, três ou quatro cômodos dispostos em fila; o banheiro e o tanque nos fundos, no quintal descoberto. Algumas, sobretudo aquelas que dão para a rua, tem porão alto, e ou áreas para 'armazém ou outro negócio na frente."* [51]

Afastando-se do ambiente das grandes cidades, visto como fonte de perigos sanitários, morais e políticos, ampliou-se o controle das circunstâncias que envolviam o cotidiano operário nos assentamentos, o que possibilitou aos industriais a chance de obter um grupo de trabalhadores mais produtivos e regrados. A vida e a organização do trabalho nestes núcleos exigiram uma grande adaptação dos trabalhadores a novos hábitos domésticos e de lazer, a uma nova distribuição de atividades regidas pelo tempo linear do relógio, da disciplina da fábrica, da escola, do padre, do vigia e do médico. Por sua vez, "a vila operária, é um dos bens em que o capital privado investe para tornar possível *armazenar* a força de trabalho livre necessária à produção."[52]

O modelo de vilas-cidadelas originou-se na Europa, durante a revolução industrial, devido às modificações aceleradas nas cidades que assustavam os capitalistas , numa tentativa de evitar a violência, os conflitos entre patrão e operário . Como exemplo, podem ser citadas, New Lanark, de Owen e Hygea, de Richardson , na Inglaterra; o Falansterio de Fourier e o Familistério de Godin, na França. [53] Esses espaços eram considerados como prisões, meios de controlar, vigiar o operário e torná-lo um ser dócil e submisso.

---

[51]Idem. p.66.
[52] **BLAY**. Eva A. op.cit., p..40
[53] **ROLNIK,** Raquel. **Cada um no seu lugar**. op.cit., pg. 77

O modelo de vila operária era basicamente o mesmo nas grandes cidades, como São Paulo e Rio de Janeiro, constituindo um conjunto de casas (de 1 a 2 pavimentos), com frente para uma rua interna que a ligava com o exterior através de um portão. Esta era sempre cercada por um muro ou um limite natural. Dependendo do seu tamanho podia contar com equipamentos de uso comum, tais como: escola, igreja, praça e área de lazer[54]. A maior parte das vilas operárias seguia esse padrão, mas encontramos descrições de sobrados, casas com recuo lateral, que normalmente eram sublocadas e moradias destinadas aos solteiros, com partes comuns como cozinha, sala de estar, sala de costura, sala de banho, mas com dormitórios individuais.

As normas da prefeitura exigiam que as casas deveriam ter dois ou três quartos, uma sala, uma cozinha, latrina e quintal nos fundos. Cada família tinha o seu espaço próprio de lavanderia e sanitário e, por isso, eram classificadas como "casas higiênicas". Os tamanhos das residências variavam de acordo com quem as construíam. Quando as vilas fossem construídas fora da cidade as casas poderiam ter no mínimo 54m e 27m de área livre, cada área poderia ter seis cômodos (sala, varanda, três quartos e cozinha) e não poderiam custar mais de 40$000 por mês.

Essas vilas operárias foram instaladas em locais distantes, o que exigia um sistema de transporte que pudesse levar o trabalhador de casa até a fábrica, como por exemplo, a criação de bondes. Nos locais onde eram construídas as moradias para os operários era necessário realizar obras de infra-estrutura como rede de esgoto, luz, água, visando não só atrair a população operária para essas áreas mais afastadas, como desenvolver as regiões pouco habitadas. Esses locais em São Paulo ficavam a uma distância de 10 a 15 km, onde o governo possuía terrenos, que eram próximos às várzeas do Rio Tamanduateí, do Pari, da Mooca, Ipiranga, São Caetano e São Bernardo.

---

[54] **VARON**. Conceição F. op.cit.. p.136. Este modelo também é descrito para São Paulo, por **BLAY,** Eva. *As Vilas operárias eu não tenho onde morar*.

A maior parte das vilas estava edificada no interior do Estado devido a salários mais baixos, melhores condições de vida e um maior número de moradias. Para levar o operariado ao interior, os empresários utilizavam alguns recursos, com destaque para a Fábrica Votorantin em Sorocaba:

> *"(...) A fábrica esta situada em uma vila industrial com população de cerca 6000 almas e de 500 casas operarias de propriedade da fábrica, além de cerca de 200 casas mais de propriedades de particulares (...) tem água encanada, esgoto, luz elétrica, cinema ,clube, igreja (em construção), campo de esportes , futebol, Lawn-tennis, enfim todos os atrativos e passatempos necessários para amenizar a vida dos operários.... A vida dos operários é muito facilitada com a redução das despesas dos alugueis de casa, que a fábrica facilita as famílias operárias de 9$000, 10$000 e 12$000 por mês e por família, casas estas que na capital custariam de 45$000 a 60$000.*
>
> *Os gêneros alimentícios também. Nunca excedem os preços dos da capital e de Sorocaba, ao mesmo tempo em que os salários só mais elevados que qualquer outro lugar do Estado."*[55]

As formas de habitar da classe operária, em especial as vilas, além de garantir o suprimento de força de trabalho, funcionavam como contenção aos conflitos, interferindo no comportamento do operariado urbano, além de sua atuação no processo de acumulação do capital a ser investido na indústria e na reprodução do

[55] *Os Estados Unidos do Brasil (Sua história, seu povo, comércio, indústria e recursos)* Buenos Aires, Rio de Janeiro, São Paulo, South American Intelligence Co.,1919 p. 234 apud **DECCA,** Maria Auxiliadora Guzzo, *A vida fora das fábricas*. op. cit, p. 61.

capital, possibilitando aos empresários industriais a construção de verdadeiros impérios [56], como o dos Matarazzo.

Para alguns, a vila seria uma forma de proteger o trabalhador do "caos" do mundo exterior, criando um ambiente de "ordem", onde os maus hábitos, manifestações, greves e "idéias perigosas" ficariam de fora. Para tanto a idéia da "fábrica higiênica" de Taylor se encaixava neste desejo de criar um ambiente limpo de sujeiras físicas e ideológicas. Seria o ambiente ordenado, formando *"a grande família", com a qual cada trabalhador se identificaria no mesmo momento em que se domesticavam as relações da família operária e em que se destilava o gosto pela intimidade do lar no proletariado."*[57]

A grande família da qual Taylor falava era a família da fábrica, onde o patrão era o pai e os operários eram os filhos, onde as relações deviam ser harmônicas e o pai queria o bem de seus filhos. Assim, o operário trabalharia contente, produziria mais e evitar-se-iam os conflitos. Além da preocupação em oferecer uma fábrica higiênica, arejada, iluminada, igualmente era necessária uma moradia nos mesmos termos, onde o operário ficasse feliz e conseqüentemente produzisse mais. Todo esse controle visava um bom desempenho do operário e afastá-lo do vicio e da imoralidade que, segundo os capitalistas, prejudicavam sua produtividade.

As moradias das vilas operárias não contemplavam a todos os trabalhadores e, então, era feita uma seleção para a escolha, estabelecendo-se alguns critérios tais como o comportamento dos operários dentro e fora da fábrica, os profissionais considerados essenciais à indústria, etc. Tendo isso em mente, podemos perceber que os operários ligados a associações, sindicatos e até os que faziam greves não eram selecionados para obterem uma casa na vila. Os interesses do patrão e proprietário da vila prevaleciam e não deveriam existir conflitos pois, como esclarece Margareth Rago, as vilas eram *"uma forma de disciplinar a classe operária":*

---

[56] **BLAY**, Eva A**.** *Dormitórios e Vilas operárias: o trabalhador no Espaço Urbano Brasileiro***.** in **VALLADAR** , Licia do Prado(org**.).** Habitação em questão. RJ, Zahar, 1980, p.144.
[57] **RAGO,** Margareth. op.cit., p.41.

> *"(...) Através da imposição das vilas operárias, vilas punitivas e disciplinares, estabelece-se todo um código de condutas que persegue o trabalhador em todos os espaços da sociabilidade. As vilas, antíteses dos cortiços, permitem que o poder disciplinar exerça um controle fino e leve sobre o novo continente das pequenas relações cotidianas da vida do trabalhador. Eliminando todos os intervalos que separam vida e trabalho do dia-a-dia do operário, a forma burguesa de habitação designada para o pobre instaura um novo campo de moralização e de vigilância. Segregado nos bairros periféricos e distantes da cidade, o proletariado é ainda internado nos limites da mini-cidade que a vila pretende constituir, possibilitando uma gerência patronal absoluta sobre todos os seus comportamentos."* [58]

O papel das vilas era "tirar das vistas" o operário e segregá-lo, conforme demonstra a historiografia. Havia nessas vilas regras morais rígidas, entre elas a proibição de bebidas alcoólicas. Na opinião de Maria Cristina da Silva Schichi, [59]a formação das vilas tinha outras intenções. Comenta: "foi o primeiro tipo de segregação oficializada". Incentivados pelo governo a construir as vilas em troca de redução dos impostos, os industriais não titubeavam. Inicialmente criadas para abrigar os trabalhadores, as vilas operárias estavam sempre na periferia das cidades e foram um marco na história de São Paulo e do Rio de Janeiro. Elas facilitavam a vida dos trabalhadores, pois permitiam que morassem perto do trabalho, não tendo que gastar condução e tempo de locomoção. Mas, por outro lado, permitiam o controle do patrão, tornando o trabalhador seu dependente, dando ao operário uma falsa sensação de garantia, pois se perdesse o emprego, perdia também a moradia. Idéia que depende do

---

[58] **RAGO**. Margareth . op.cit., p. 177.
[59] **SCHICHI,** Maria Cristina da Silva. *Vilas Significam distância entre patrões e operários*. Disponível em : http://www.comciencia.br. /Acesso em 09.08.2004. p. 1

olhar do observador, pois alguns moradores realmente sentiam-se beneficiados e devedores de gratidão aos patrões donos das vilas.

O número de moradias não era suficiente para todos os trabalhadores, então algumas indústrias utilizavam o critério de selecionar as moradias para os operários especializados, como é o caso da *Companhia Antarctica*, que construiu casas para os cervejeiros. [60] Outros exemplos são: empresas de chapéus, cujos operários especializados vinham do exterior; a *Empresa de Calçados Clark*, cujos operários eram recrutados na Itália e na Inglaterra; a *Vidraria Santa Marina* trazia seus operários sopradores da França, com a garantia do fornecimento de alojamento , de coque para cozinhar e material para aquecimento [61]. Nesse período destacamos também a fábrica *Esmalte Sílex*, localizada no Bairro do Ipiranga, que destinava casas para os operários mais antigos. Mesmo assim, não era muito fácil trazer os especialistas estrangeiros, que eram essenciais para a montagem e manutenção das máquinas e outros serviços que a mão de obra local não sabia executar, dependendo da situação econômica e de trabalho no país de origem[62]. Em geral, as moradias destinavam-se a estes trabalhadores, para que controlassem a produção, como a Vila Inglesa, localizada nas imediações da Estação da Luz, e que abrigava aqueles que construíam a estrada de ferro.

Em algumas empresas, como é o caso da *Vidraçaria Santa Marina*, mesmo com todas essas facilidades os especialistas franceses ainda exigiam adequação à legislação francesa, devendo a empresa fornecer seguro de vida e pensão por aposentadoria.[63]. Por sua vez, ofereciam essas vantagens porque precisavam do profissional, mas, como anota Laviola, eram recompensadas através de uma série de cobranças:

> *"(...) Desconto das despesas de Viagem, desconto de um seguro de garantia de bons trabalhos e,*

---

[60] **DECCA.** Maria Auxiliadora G. *A Vida fora das Fábricas*. op. cit., p. 59.
[61] **WERNER.** Helena Pignatari. *A greve de 1909 na Vidraria Santa Marina e seus reflexos em Osasco*: São Paulo 1980. Dissertação (mestrado em História). FCS/PUC/SP, p.18-20 apud **LAVIOLA**. Marlene Cárdia. op. cit., p-.160.
[62] **STEIN**, Stanley J. *Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil: 1850-1950*. Rio de Janeiro: Campus, 1979. p. 64 apud **LAVIOLA**., Marlene Cárdia op. cit., p..160.
[63] **WERNER,** Helena Pignatari**.** op.cit. p. 72-73 apud **LAVIOLA.** Marlene Cárdia op.cit., p..161.

> *provavelmente pela prática de alugueis abusivos, despejo em caso de greve e pagamento de multas na inobservância de prazos estabelecidos para abandonar a casa após a demissão ou termino do contrato de trabalho."*[64]

Segundo essa autora, as exigências e os baixos salários faziam com que o empresariado paulistano encontrasse dificuldades em manter a mão-de-obra européia especializada em sua fábrica, fato que justificava uma preocupação maior dos empresários em oferecer vários benefícios, conforme destaca Maria Auxiliadora Decca:

> *"Junto às casas edificadas para moradia dos contramestres, em lugar alto e saudável construiu a companhia um prédio para atender aos interesses sociais, físicos e intelectuais dos mesmos, havendo nesse edifício, um confortável gabinete de leitura, sala de bilhar, jogo de xadrez e outros passatempos, além de um amplo salão de reuniões. Ao Lado desse edifício, há também um campo de lawn-Tennis, futebol e jogo de bolas..."*[65]

Esse exemplo refere-se às indústrias de calçados Clark, cujas obras sociais eram consideradas um exagero Mas, no geral, as vilas contavam com os seguintes equipamentos: escolas, creches, assistência médica e religiosa.

É enganoso que esses benefícios fossem gratuitos. Na verdade, seu valor já vinha embutido nos baixos salários e nos altos alugueis, chegando muitas vezes à cerca de 50% do valor do salário e, em relação à assistência médica, na maior parte das indústrias com vilas operarias esta era cobrada separadamente nos salários, pois poucas forneciam essa assistência gratuitamente como a Vila Maria Zélia.

---

[64] **LAVIOLA**. Marlene Cárdia. op. cit., p.161.
[65] Impressões do Brasil ....apud DECCA, Maria Auxiliadora G**.** *A vida fora das fábricas*. op. cit., p.59

O aluguel exagerado e abusivo era cobrado não só na Vidraria Santa Marina, mas também pelo *Cotonifício Crespi, Cigarros Sudam, Chapéus Ramenzoni, Companhia Lacta.*

Existiam similaridades entre o trabalhador que pagava o aluguel de uma casa fora da vila com aquele que morava na casa de uma vila operária. No primeiro caso, temia reivindicar, fazer manifestações ou greve com medo de perder o emprego e não ter condições de pagar o aluguel. No segundo caso, perdia o emprego e a moradia. A vinculação do trabalhador–inquilino ao patrão-proprietário, fazia com que este pudesse determinar o preço do aluguel e a exploração da jornada de trabalho, fazendo com que aquele trabalhasse mais horas e até nos finais de semana.

Os empresários eram muito hábeis, procurando de todas as formas evitar e recuperar prejuízos, conforme o exemplo do empresário Antonio Penteado, que pretendia reduzir o salário das costureiras de sua indústria, mas como isso não foi possível, exigiu o aumento retroativo e exagerado dos alugueis de suas casas na vila.

Apesar dos patrões aparentemente recuperarem os prejuízos, muitos eram os fatores que desestimulavam a construção das vilas operárias pelos empresários como as pequenas taxas de retorno, a maior ou menor dependência de mão de obra especializada, a localização da fábrica com relação à disponibilidade de transportes para seus trabalhadores, o estágio de articulação e organização sindical dos operários, a disponibilidade de terrenos próprios, a valorização das garantias para os empréstimos bancários, bem como o nível de interesse individual por ganhos decorrentes da especulação imobiliária, etc. Se, de um lado, as concessões municipais eram vantajosas, por outro lado muitas vezes eram pouco atrativas ou até mesmo insignificantes. Assim o problema da moradia em São Paulo era cada vez mais caótico, pois os empresários não tinham interesse nessas construções. O governo municipal, por sua vez, não possuía os recursos necessários à execução de obras deste porte, e quando as assumia privilegiava apenas os bairros elegantes.

Quanto aos interesses dos operários, a construção das vilas operárias possibilitava controlá-los 24 horas por dia, o que prejudicava a união e o fortalecimento

dos trabalhadores. Além disso, muitos operários se queixavam de que algumas fábricas cobravam aluguéis muito altos, que já vinham descontados de seus salários. Apesar do que pode parecer, nem sempre a vila operária era uma boa solução de habitação, sendo que muitos trabalhadores repudiavam o controle disciplinador.

Para o industrial a vila operária era considerada um bom negócio, pois *o patrão e o senhorio eram uma única pessoa e desta forma qualquer irregularidade no trabalho podia ser duplamente punida pela dispensa do empregado e o conseqüente despejo da moradia.* [66] Citamos o exemplo das casas das indústrias Penteado, que eram alugadas somente para mestres e contramestres, diferenciando-os ainda mais dos demais operários, uma vez que obtinham um privilégio extra-salarial decorrente de sua posição na hierarquia da empresa. [67]

A construção dessas moradias significava para os empresários ter o trabalhador sempre por perto quando precisassem, durante o dia ou à noite, e mesmo nos fins de semana, sem que isso acarretasse qualquer ônus.

Há ainda outros exemplos como na Vila Maria Zélia, cujo tamanho da moradia estava vinculado ao numero de habitantes da mesma família trabalhando na fábrica. Percebemos que o próprio morador-inquilino e chefe da família mantinha a assiduidade dos demais trabalhadores da família à fabrica**,** sendo também considerado responsável pela sua conduta, garantindo dessa forma o trabalho disciplinado.

O controle era dentro e fora da fábrica, o que forneceria "segurança" para os operários, longe dos conflitos, brigas, fornecendo também tudo o que fosse necessário para uma vida tranqüila e sadia. O pouco tempo para o lazer era controlado, para evitar os desvios de moral, as revoltas, as conversas e as possíveis associações sindicais, principalmente anarquistas.

O problema do operariado brasileiro não estava concentrado na falta de uma moradia, mas era muito mais amplo e estava centrado no baixo poder

---

[66] **Jornal Folha do Povo.** Ano I, nº. 22, 16/08/1908 in **ROLNIK,** Raquel. *Cada um no seu lugar*. op. cit., p. 71.
[67] **ROLNIK**. Cada um no seu lugar. op. cit., p. 71.

aquisitivo e na exploração de sua capacidade produtiva. O trabalhador ficava à mercê ora do poder publico, ora da iniciativa privada, pois com o ínfimo salário que recebia não conseguia ter um lugar digno para morar. Por isso se sujeitava à exploração do proprietário da vila, aos exorbitantes alugueis, às péssimas condições de higiene e precárias habitações nos cortiços, à exploração de seu trabalho e até à interferência no seu modo de vida.

## 1.4. *A Lei e a Vila operária*

Em 06 de outubro de 1886, conforme salientamos no capítulo anterior, foi criado o Código de Posturas do Município de São Paulo, comportando 21 títulos com 318 artigos, dentre os quais destacavam-se alguns que refletiam a visão urbanística dos legisladores. Determinou, por exemplo, o Código, que as ruas teriam 16m de largura e obedeceriam ao alinhamento reto. A parte relativa à higiene e à salubridade pública trazia, por exemplo, instruções severas quanto ao lugar e hora do despejo do lixo, zelosamente fiscalizado por funcionários responsáveis.

Em toda construção de casa operária, a partir de 1886, deveria ser seguido o Código de Posturas, que estabelecia condições mínimas a serem observadas na edificação e reconstrução de cortiços. Entre outras exigências, constavam aquelas relativas às medidas mínimas, tais como, 5m para os cubículos, 90x180 cm para as portas, 4,0 a 4,5 para o pé direito, de 20 cm sobre o solo para a elevação da obra, além do aterramento no caso de terrenos inundáveis[68].

O Código de Posturas de 1886 regulava as normas de vida na cidade de São Paulo, tendo sido criado em meio aos problemas originados com a superpopulação resultante da chegada dos imigrantes. Dentre seus artigos, alguns estavam voltados particularmente para as questões relacionadas à habitação, apontando proibições e

[68] Código de Posturas do Município de São Paulo1886– 06/10/1886 , .título 2, artigo 20, parágrafos de 1 a 7 .

definindo os tipos de moradia que seriam permitidos na cidade. Estabelecia, assim, que:

> *'.É proibido cobrir casas com palha ou sapé*
> *.é proibido construir cortiços, cubículos ou casas de operários na área central.*
> *.cada habitação operária deverá ter pelo menos 3 cômodos de não menos 12m2 por habitação..*
> *.haverá uma latrina para cada duas habitações.*
> *.as entradas comuns das casas devem ser fechadas com muro e portão de ferro.*
> *.Todos os terrenos devem ser murados.*
> *.Todo mestre de obra que der por concluída a obra e esta ameaçar ruína será multado em 30$ E 8 dias de prisão.*
> *.ninguém poderá ter sobre as janelas vasos com flores , caixões ou outros objetos que possam cair á rua e ofender a quem passar.*
> *.Os cães devem usar correntes sob pena de serem assassinados com bolas envenenadas.*
> *.qualquer vizinho que for incomodado pelas exalações nocivas de objetos em estado tal que possa prejudicar a saúde publica, dará parte ao fiscal. Este se reconhecer a veracidade do fato intimará o morador ou proprietário para, dentro de 24 horas, removê-los.*
> *.Caso a inspeção seja negada de má vontade, o fiscal procurará o auxilio da autoridade policial e morador ou proprietário deverá pagar multa de 30$ "*[69]

O nascimento das vilas operárias na capital paulista está associado às transformação que a cidade viveu na passagem para o século XX, e às discussões sobre saúde pública, que resultariam em uma legislação urbanística que condenava os

[69] Código de Posturas do Município de São Paulo – 06/10/1886 apud **ROLNIK** Raquel. *Cada um no seu lugar* op.cit. p. 105.

cortiços e propunha a construção de moradias higiênicas para os pobres fora da área central, ou seja, na periferia. A lei passava a regular toda a vida dos mais pobres, sua moradia, seus hábitos de higiene e sua própria moral. Ao mesmo tempo em que expulsava a pobreza para fora do centro da cidade, começava a estruturar os bairros ricos e pobres, prevendo a partir daí, os melhoramentos urbanos que iriam favorecer a elite, elite que por sua vez, contava com plena representação na Câmara municipal, conforme já foi visto.

Para Rolnik, a lei era ambígua, pois delimitava um espaço onde a vila poderia ser construída (área suburbana ou rural), mas não colocava isso como responsabilidade do Estado. Ao mesmo tempo condenava o morador que não se enquadrava no tipo de moradia previsto na lei, como os moradores de cortiços, destruindo as moradias consideradas não higiênicas, punindo e perseguindo seus habitantes.

À medida que a população aumentava, a situação ficava cada vez mais crítica, pois os "doutores da lei" apenas proibiram os cortiços, mas não investiram e nem criaram formas que permitissem à população pobre em geral ter acesso à moradia digna. Nas áreas centrais da cidade, ao invés de serem eliminados, os cortiços multiplicavam-se, pois não existiam moradias suficientes e a iniciativa privada continuava a construí-los nas regiões da Sé, Santa Efigênia e arredores. Esse aumento populacional, gerado principalmente pela imigração, somado à péssima infra-estrutura dos bairros mais pobres, provocava uma série de doenças, além de epidemias, como a de Febre Amarela em 1893.

Apesar de toda essa preocupação do Código de Posturas em adotar as condições mínimas de higiene, a solução estava longe de se verificar. De acordo com o relatório de 1893 da Comissão de Exame e Inspeção das Habitações Operárias e Cortiços do Distrito de Santa Efigênia, as condições de moradias continuavam inadequadas e sendo foco de inúmeras doenças, como destacamos abaixo:

> *"(...) é preciso cuidar da unidade urbana, a habitação não já da habitação privada, mas daquela*

*onde se acumula à classe pobre, a estalagem onde pulula a população operaria, o cortiço como vulgarmente se chamam essas construções acanhadas, insalubres, repulsivas algumas onde as forças vivas do trabalho se ajuntam em desmedidas, fustigadas pela dificuldade de viver numa quase promiscuidade que a economia lhes impõe, mas que a higiene repele. (...)"* [70]

O relatório da Comissão de Exame e Inspeção das Habitações Operárias e Cortiços no Distrito de Santa Efigênia identificando problemas, propunha incentivos à construção de vilas operárias, tais como a instalação de trens de subúrbios até as vilas, isenção de impostos sobre as construções. Na mesma época, tramitava na Câmara projeto de isenção de impostos por 20 anos, relativos à construção e transporte, a quem se comprometesse a construir habitações higiênicas e equipamentos públicos. [71] O projeto não foi aprovado.

No ano de 1894, como já foi ressaltado, com o objetivo de resolver esse problema, foi elaborado o Código Sanitário do Estado, que, entre outras medidas, sugeria a construção de moradias higiênicas, como as vilas operárias, e estudava formas de implementá-las e incentivar sua construção. Descrevemos abaixo trechos de um relatório do inspetor sanitário do Estado de São Paulo, Sr. Evaristo da Veiga, que mostra como eram as habitações dos pobres nesse período :

*"(...) Os indivíduos que vivem na miséria e abrigados aos pares em cubículos escuros e respirando gases mefisticos, que exalavam de seus próprios corpos não asseados, perdem de uma vez os princípios da moral e atiram-se cegos ao crime e ao roubo, de forma a*

---

[70] Relatório da Comissão..in Relatório do Intendente Municipal pág. 43 apud **DECCA**, Maria Auxiliadora G. *Indústria, Trabalho e Cotidiano : Brasil, 1880 a 1930,* São Paulo : Atual, 1991. p.48.
[71] Atas da câmara. Sessão de 27 de Maio de 1894 apud **BLAY,** Eva A. .op.cit., p**. 8**

*perderem sua liberdade ou a ganharem por essa forma meios de se alimentarem ou dormirem melhor."* [72]

Assim, o Código Sanitário, na justificativa de querer uma cidade sadia, apontava as condições que indicavam quando uma habitação era considerada insalubre:

*"1º Quando não obedecerem às regras pré-estabelecidas para as habitações em geral.*
*2º Quando o solo sobre o qual estiverem colocadas for úmido ou alagadiço.*
*3º Quando todos os compartimentos não forem convenientemente arejados e iluminados.*
*4º Quando houver falta de asseio no interior e em suas dependências.*
*5º Quando nos pátios e quintais houver acumulo de lixo e imundície.*
*6ºQuando houver pouco cuidado na conservação das latrinas e esgotos.*
*7º Quando não for abastecida de água suficiente para todos os misteres.*
*8º Quando as latrinas interiores e esgotos são puderem ser lavados com água abundante, lançada de modo intermitente a jorro forte.*
*9º Quando todos os encanamentos das instalações higiênicas não forem separados da canalização de esgotos por interceptores hidráulicos.*
*10º Quando o número de indivíduos domiciliados for superior a sua capacidade determinado por cubação.*

---

[72] **MORAES** Filho, Evaristo. *Idéias Sociais de Jorge Street.* Brasília, Senado Federal. Fundação Casa de Rui Barbosa, 1980 apud **SANTOS,** Carlos José Ferreira dos Santos**.** *Nem Tudo era Italiano. São Paulo e Pobreza (1890-1915)*. p.75.

*11º Quando conviverem promiscuamente na habitação homens e animais ."* [73]

Em fins do século XIX, os problemas da paulicéia eram não somente a falta de habitação, mas as precárias condições de higiene e a falta de saneamento básico na cidade. Apesar de numerosas, as leis ligadas à higiene, não conseguiram possibilitar o acesso das camadas pobres a melhores condições de sobrevivência.

A proposta de formular um modelo adequado de habitação em substituição aos cortiços constava dos objetivos dos higienistas, como qual o melhor tipo de moradia e como captar recursos para viabilizar sua construção, conforme relatório apresentado ao Intendente municipal pelo Engenheiro Chefe Sr. Ortiz em 1894:

*" Urge entretanto que a ilustrada e patriótica edilidade cogite em por cobro a este encobrimento extremamente perigoso por constituir foco pestilencial, por concorrer para a degeneração da espécie e para o aniquilamento da população operaria . O meio pratico de realizar tão almejável desideratum consiste: primeiro, em limitar a lotação dos prédios segundo a cubação de ar as condições de ventilação que offerecem os respectivos cômodos; segundo, fomentar a instalação de villas operarias em lugares apropriados, abundantemente providos dos elementos de asseio e*

[73] SP**. Decreto** nº. 233 de 2.3.1894.1895ª (art.146-8) apud **TELAROLLI JUNIOR**, Rodolfo - *Poder e Saúde (as epidemias e a formação dos Serviços de Saúde em São Paulo)* São Paulo, UNESP, 1996. p..139.

*hygiene, dispondo de facilidade de comunicação com os centros de trabalho e de comercio".* [74]

O jornal O Estado de S. Paulo publicava, no ano de 1894, denúncia sobre as péssimas condições sanitárias, a precariedade da moradia da população pobre, bem como a ineficácia dos órgãos públicos no combate às doenças:

> *" Espalhou –se ontem pelo bairro do Brás que um individuo tinha ao meio dia, em plena rua do Dr. João Theodoro, fulminado por um ataque de cólera..Felizmente podemos afirmar que é falsa... cumpre-nos acrescentar, entretanto, que, mesmo no bairro do Brás, houve ontem três casos suspeitos." Ao serem levados para o hospital de isolamento serão diagnosticados como doentes e definidos como " pessoas absolutamente desleixadas, que se alimentavam mal e que não zelam do asseio do corpo e das habitações."* [75]*Assim, diante do perigo que poderia originar num surto colérico nessa localidade, avançando por toda a urbe, no dia 17 de dezembro, ruas do bairro foram interditadas pelas autoridades sanitárias, 40 casas visitadas e segundo a Inspetoria Sanitária, encontradas, "limpas e o estado sanitário magnífico".* [76]

Apesar dessas ações, a população do Brás e de outros bairros da cidade continuava vivendo em habitações precárias e amontoada em cortiços, casinhas, casas de cômodos, etc., o que muitas vezes impedia uma avaliação eficaz dos inspetores sanitários. As informações eram contraditórias, ora apontando a inexistência de doenças, ora mostrando sua incidência em um mesmo bairro. Havia erros na avaliação dos inspetores sanitários, pois seus relatórios eram imprecisos,

---

[74] Relatório do Engenheiro Chefe Interino J.F.Ortiz ao cidadão Cezário Ramalho da Silva, Intendente Municipal, SP, 1894 apud **ROLNIK**, Raquel *Cada um no seu lugar***.** op.cit. p. 106.
[75] **O Estado de S. Paulo**. 5.12.1894. p. 3 in MOTA, André, op. cit. p.102.
[76] **O Estado de S. Paulo**. 18.12.1894. pg. 3 in **Mota** , Andre op.cit.p.102

precipitados, ineficientes, fazendo com que os próprios médicos desacreditassem ou ficassem em dúvida sobre a seriedade dos dados.

O Código Sanitário paulista de 1894, teve inspiração na Lei Francesa de 1850 sobre higiene, sendo importante lembrar que os médicos brasileiros tiveram sua formação influenciada pelas idéias dos higienistas franceses.

A despeito da promulgação do Código Estadual de 1894, a situação no combate às epidemias não mudou quase nada e no que tange ao repasse de verbas para que o município tomasse providências a respeito, com a compra de equipamentos e execução das medidas, o Sr. Bernardino de Campos afirmava que os municípios haviam recebido as verbas para tal fim e não entendia porque os serviços não estavam sendo executados. As epidemias, na concepção das autoridades, só tendiam a aumentar se os órgãos competentes não exercessem suas funções de fiscalizar as habitações e fazer cumprir as normas de higiene .[77]

O Código Sanitário de 1894 proibia todos os tipos de habitação coletiva e até as vilas operárias nas áreas centrais da cidade, que deveriam ter no máximo um conjunto de seis moradas. Porém, no mesmo ano, a Inspetoria de Higiene constata a existência de 65 cortiços em apenas uma quadra.[78]

De acordo com a Lei orçamentária 64 (18/10/1893), que faz uma análise referente aos cortiços, os preços de impostos eram definidos conforme a sua localização e respeito às leis. Enquanto os cortiços que desrespeitassem as leis e localizados nas áreas centrais pagavam a importância de 120$000, por sua vez, os localizados nas áreas mais distantes pagariam a importância de 30$000, uma vez que estivessem de acordo com os padrões municipais[79]. Em 1896 é aprovada a lei nº 286, datada de 18 de março, que mantinha a cobrança do imposto de viação e aumentava o imposto dos cortiços próximos às áreas centrais da cidade. [80] Esse imposto, chamado de imposto de viação, era cobrado de todas as casas. Aquelas que

---

[77] **LAVIOLA**, Marlene Cárdia. op. cit. p.57.
[78] Decreto n.233, de 2 de março de 1894. *Relatório da comissão de exame e inspeção das habitações Operárias e Cortiços no Distrito de Santa Efigênia*. Anexo ao relatório do prefeito. São Paulo, 1894.p.48 in **ROLNIK**. Raquel op.cit. p.123-124.
[79] **LAVIOLA**, Marlene. op. cit. p. 64
[80] **Idem** p. 66.

não tivessem cumprido as normas do poder municipal eram multadas, podendo pagar até 5 vezes o valor do imposto cobrado. Para as moradias mais distantes o imposto era menor que o das moradias próximas ao centro da cidade. [81]

Nessa mesma lei de 1896 era ampliado o poder dos fiscais sanitários, como coloca Laviola:

> *"(...) O município reorganizou a sua policia sanitária da capital, dando poderes aos fiscais sanitários para impor modificações, melhoramentos e providências, em especial em prédios de habitação coletiva, como os cortiços."*[82]

O poder dado aos fiscais era imenso. Entre as suas atribuições constavam: fechar os cortiços, limitar o número de ocupantes, multas por falta de higiene, desinfecção quando da ocorrência de doenças contagiosas. Em alguns casos, como já citado no capítulo anterior, a atuação chegava a ser arbitrária.

.

O município paulista procurava cumprir as medidas do código sanitário, criando várias leis para esse fim, como a Lei 220 de 1896 que, entre outras coisas, determinava a demolição total ou parcial das habitações fora dos padrões arquitetônicos e sanitários ou que representassem perigo à sociedade, sem que para isso fosse necessário indenizar o seu proprietário . [83] Em 1898 é aprovada uma nova lei (nº. 375), que complementava aquela última, onde toda habitação considerada passível de trazer infecções deveria ser destruída e somente poderia ser reconstruída se seguisse as normas do padrão municipal . [84]

---

[81] **Ibidem** p. 66.
[82] Lei Municipal 134, de 23/11/1895 **apud LAVIOLA,** Marlene, op.cit. p. 66.
[83] Artigo 13 e 14 da Lei 286, de 10/11/1896. Legislação Municipal , V. 1896. Acervo da Câmara Municipal de São Paulo.
[84] **BONDUKI,** Nabil Georges **-** *Origens da Habitação Social no Brasil - Arquitetura Moderna, Lei do Inquilinato e Difusão da Casa Própria*. São Paulo: Estação Liberdade/FAPESP, 1998, 2ª ed.p. 92 in **LAVIOLA** Marlene Cárdia. p. 67.

O poder público visando melhorar e acabar com os cortiços ou pelo menos adequá-los às normas do padrão municipal, aprova em 1900 a lei 493 que estabelecia:

> *"(...) isenção de impostos municipais até 31 de dezembro de 1909, as vilas operárias e cortiços construídos de acordo com o padrão municipal, localizados fora do perímetro central."* [85]

As medidas defendidas por essa lei eram consideradas louváveis, mas o resultado nem sempre era satisfatório, sendo que muitos proprietários opunham-se ao cumprimento dessas normas. Por outro lado Laviola coloca que:

> *"(...) Evidentemente se não era fácil conscientizar os construtores da necessidade de incluir as inovações do Padrão nos projetos das obras futuras, fiscalizar e impor reparações nos cortiços já instalados constituia-se uma tarefa fardada ao insucesso."*[86]

Na realidade, a definição de limites entre as ações do poder estadual e do poder municipal, no que se refere à execução das medidas sanitárias, é antiga, mostrando uma certa disputa pelo poder em São Paulo, como coloca Merhy:

> *"(...) No Estado de São Paulo, as relações de produção que caracterizavam o setor agroexportador cafeeiro, geravam , por um lado à necessidade de se ter uma instancia social centralizadora... (...) por outro lado, a hegemonia do poder oligárquico, no interior do bloco no poder,dava-se em nome da autonomia dos cidadãos*

[85] Artigo 39 e 40 da Lei Municipal 493/1900, 26/10/1900. Legislação do Município. V. 1900/1902, p. 47-100.
[86] **LAVIOLA**, Marlene Cárdia. op.cit. p. 68

> *perante a ação estatal e, dessa forma, favorecia a defesa do processo de municipalização das ações sociais."* [87]

Segundo esse autor, "desde 1893 existe uma lei que transfere aos municípios a responsabilidade sobre higiene, restringindo ao Estado apenas o combate às epidemias, a fiscalização da medicina e da farmácia e a colaboração com os municípios, quando solicitada[88]." Mas na prática percebemos que se tratava de um jogo de interesses e que nem Estado, nem Município, cumpriam suas funções dignamente, tanto que, em 1896, novamente vai se tentar organizar o Serviço Sanitário, de forma que o poder Estadual pudesse intervir no município toda vez que julgasse necessário.

O modelo da política do serviço sanitário paulista pouco se modificou até o Código de 1918, onde cada vez mais se torna clara a ineficácia da ação conjunta das esferas municipais e estaduais. O Serviço Sanitário Estadual Paulista, a partir de 1896, vai se concentrar no tratamento das doenças e no combate às epidemias, bem como em pesquisas de interesse público, sob a coordenação do Dr. Emilio Ribas.

A Câmara municipal, com o objetivo de facilitar a construção das vilas operárias, já havia criado em 1901 uma lei municipal que as isentava de impostos, contanto que fossem construídas de acordo com o padrão municipal e fora do perímetro central. Essa mesma lei seria aperfeiçoada em 1903 para incentivar investidores urbanos, onde além da concessão de terrenos e isenção de impostos, propunha que os construtores ficassem isentos também dos impostos estaduais e que 1/5 do fundo de reserva da Caixa Econômica Federal fosse destinado ao financiamento de sociedades de construção de casas higiênicas e casas de crédito ligadas a estas companhias[89].

Durante a administração do prefeito de São Paulo, Antonio Prado (1899-1910), percebemos sua intenção em criar uma São Paulo nos moldes europeus. Sua preocupação, no entanto, referia-se apenas às áreas centrais e ao embelezamento

---

[87] **MERHY,** Emerson Elias**.** *O Capitalismo e a Saúde Pública* (*as emergências das praticas sanitárias no Estado de São Paulo*)**,** Campinas, Papirus, 1985. p. 74-75.
[88] ***Idem .*** *p. 74.*
[89] **Lei municipal 1098,** de 08 de junho de 1900**.**

destas. Mas, os problemas de saúde e higiene eram um empecilho a essa linha de administração, à concretização de seus objetivos. Com um certo "jeitinho", tudo se resolveu remanejando responsabilidades, como é o caso da higiene e fiscalização das habitações, que passou para o Estado, na medida em que transferiu os funcionários da Intendência da Polícia e Higiene para o Serviço Sanitário do Estado como inspetores sanitários. [90]

Segundo Blay, as reformas de Prado, que pretendiam transformar São Paulo numa capital da Europa, com suas medidas modernizadoras, nada mais faziam que atender aos interesses da classe que representava, ou seja, a burguesia cafeicultora e a burguesia urbana. Neste sentido, vai arborizar ruas e avenidas, dar um aspecto inglês ao Jardim da Luz, a Avenida Angélica, construir o teatro municipal. A urbanização de Prado provoca algumas conseqüências, como a valorização do solo e o distanciamento maior entre ricos e pobres.

A remodelação de São Paulo, ocorrida durante o governo de Antonio Prado, tinha como principal ponto a intervenção no centro, com o alargamento das ruas e praças, com execução do engenheiro Victor Freire. Entre as áreas a serem remodeladas estavam a Praça Quinze de Novembro, a Rua Quinze de Novembro, a Rua Quintino Bocaiúva, entre outras. Para executar essas obras foram necessárias algumas demolições, como a igreja e as casas da Irmandade Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, conforme depoimento de Raul Joviano do Amaral:

> *"Parece que a preocupação máxima das edilidades era afastar do centro que se ia esboçando os negros e suas propriedades, quase todas localizadas em torno da igreja.*
> *Em 1872, a Câmara municipal decide desapropriar, por 6 contos, os pequenos prédios e terrenos que serviam de cemitério contíguos à igreja, para alargar*

[90] **RIBEIRO,**Maria Alice R. *História sem fim..( inventário da saúde publica)* SP/RJ, Hucitec /UNESP/ABRASCO,1994. p.108 apud **MOTA**, André op.cit. p. 99.

> *a Rua São Bento e Rua do Rosário. (...) Em 1903, a Câmara municipal, reconhecendo a necessidade de ser alargado aquele largo, desapropriou a Igreja do Rosário, pela quantia de 250 contos, rebatizando o largo assim remodelado de Praça Antonio Prado. No lugar da igreja, ergue-se hoje o FIRST National City Bank."* [91]

Essa política manter-se-ia nos anos seguintes, incluindo áreas como a Várzea do Carmo e Anhangabaú , causando, por sua vez, a desapropriação de inúmeros cortiços e pequenas casas, provocando uma valorização nos alugueis e a conseqüente expulsão das famílias pobres (brasileiros e imigrantes) para as áreas mais periféricas. A intenção do poder público era clara, separar os ricos dos pobres e para tanto, retirar estes últimos dos espaços onde não eram bem vindos.

A população pobre reagiu às transformações urbanas conforme informação de Gigi Damiani, italiano anarquista, publicada em 11 de maio de 1912, no Jornal *La Bataglia* :

> *"(...) Um belo dia, dez ou doze bandidos imbuídos de amor a Pratica resolveram que São Paulo não tinha o aspecto de cidade moderna e que lhes estava faltando Dinheiro para as putas e para o jogo; o patriotismo estourou! Do militar Fanfulla ao policialesco Platea do acomodado O Estado de São Paulo ao órgão de Cepa dourada Correio paulistano saíram juntos pelo embelezamento, pelo saneamento da cidade.*
>
> *(...) alargue-se a City!Queremos teatros como Paris, Jardins como Berlim, Igrejas como Roma!(...)*

---

[91] **AMARAL**, Raul Joviano. *Os Pretos do Rosário de São Paulo: subsídios históricos.* São Paulo, Alarco, 1954. p. 62-65. Apud **ROLNIK,** Raquel. *A cidade e a lei: legislação política urbana e territórios na cidade de São Paulo.* Studio Nobel/FAPESP, 1997, p. 67.

> *E vejam só!... Os pardieiros derrubados, os barracos jogados fora, os terrenos desapropriados, tudo que deveria ser embelezado ou destruído, nivelado ou reconstruído, tudo era propriedade do bando... E quem votava as leis da reforma eram os mesmos membros do bando... E quem estabelecia inverossímeis somas de indenização eram membros do bando (...)*
> *Isso produziu um principio de êxodo, do centro para a periferia, na procura de novos domicílios mais baratos (...) Esse foi o sinal do assalto geral ao magro dinheiro do inquilino, vertiginosamente os alugueis aumentaram 200% (...)"* [92]

Para Blay, a legislação urbana não resolveu o problema da habitação clandestina, apenas localizou os espaços que estavam fora da lei, sem, no entanto, conseguir acabar com eles:

> *"(...) Ao mesmo tempo, a lei urbana é o registro dos acordos estabelecidos entre investidores urbanos e cofres públicos com vistas ao financiamento de operações financeiras que tem o espaço urbano como objeto de transação. Com a legislação, que aponta os culpados os espaços a eliminar e a configuração dos novos espaços a criar, se combinava uma intervenção direta, que desloca os" focos" redesenhando setores da cidade. Estas operações (ultimo : a cirurgia) tem um nome: reforma urbana."*[93]

A partir de 1911 começou a circular um projeto que proibia reforma em prédios urbanos que não estivessem de acordo com o padrão municipal. Nesse

---

[92] **Jornal La Battaglia** 11/05/1912
[93] **BLAY**, Eva. op. cit. p. 11.

mesmo projeto havia uma proibição de construir vilas operárias, contrariando o que até então vinha sendo permitido e até incentivado pelo governo e pela Câmara Municipal. Esse projeto foi rejeitado, com a alegação de que as moradias construídas ficavam além do que o operário podia pagar pelo aluguel.[94]

Toda essa legislação municipal tinha a todo o momento o objetivo de proibir os cortiços nas áreas centrais, mas não era fácil atingi-lo, pois os operários insistiam em morar no centro da cidade. Alegavam ficar mais perto do trabalho e lembravam também as precárias condições de transporte público da época. Diante disso, em 1914, aprovou-se uma nova lei que dividia São Paulo em três áreas: a urbana, a suburbana e a rural. Nas áreas centrais as moradias permitidas seriam as vilas operárias das fábricas, que tivessem no mínimo 50 operários.

Os pobres viam com desconfiança as medidas emanadas do poder público, leis que conforme ressalta Rolnik eram apontadas como meio para aprovar:

> *(..) créditos para a construção de meia dúzia de casebres com o nome de "Vilas operárias" destinadas a formar novos centros de exploração capitalistica e valorizar terrenos longínquos e insalubres..."*[95]

Apesar de haver uma legislação que incentivava a construção de vilas operárias, como as leis municipais de 1897, 1900 e 1908, seja pelo poder público, seja pela iniciativa privada, poucas foram as que realmente se efetivaram. Há apenas duas exceções: a Vila Maria Zélia no Belenzinho, do industrial Jorge Street, e a dos Irmãos Falchi na Vila Prudente.

Na opinião do Dr. Jorge Tibiriçá , a culpa de todas as moléstias que assolavam a capital paulista era dos imigrantes que chegavam ao Brasil, pois estes traziam os germes da doença. O governo relatava ainda que a maior parte dos doentes que se tratavam no Hospital de Isolamento eram estrangeiros. A grande preocupação

---

[94] **Anais da Câmara** , 30ª Sessão ordinária, 16/08/1911, p. 328-333. apud **LAVIOLA,** Marlene Cárdia, op.cit. p.112.
[95] **ROLNIK,** Raquel**.** *Cada um no seu lugar*. op.cit. p. 140

do governo consistia em desinfetar os locais onde ocorriam as moléstias, caso da Hospedaria dos Imigrantes, criando organismos para tratar esses doentes como o Hospital do isolamento, o Instituto Bacteriológico, etc., medidas que se somavam àquelas relacionadas às moradias inadequadas

Os higienistas situavam a causa das doenças no indivíduo e para isso tornava-se necessária, no seu entender uma consciência individual sanitária, a fim de formar um individuo consciente através da instrução. Ou seja :

> *"(...) Com isso, na prática sanitária, o policiar as coisas – habitação, água, esgoto, lixo – o vigiar a cidade ganhava um novo aliado – a persuasão do individuo a consciência sanitária, a pratica sanitária definida como policiar e persuadir."*[96]

O poder público do município de São Paulo considerava as formas de habitação, sua localização e o grande número de pessoas que habitavam as moradias como causas de muitas das epidemias que assolavam o solo paulistano. Podemos dizer que a aglomeração das pessoas e as moradias deletérias podem ter contribuído para a propagação das doenças, mas não eram sua origem. O município de São Paulo, a partir desse diagnóstico, vai procurar impor condições mínimas de saúde, o que será feito através do combate às moradias inadequadas, tanto em relação às já existentes, como em relação às em fase de construção. Inicia-se uma verdadeira guerra principalmente contra os cortiços, bem como contra outras formas de habitação que transgredissem as normas higienizadoras.

A Câmara Municipal de São Paulo visando combater as moradias indesejáveis, criou uma série de leis urbanísticas, sanitárias e orçamentárias, que tinham como objetivo multar, punir os proprietários das moradias inadequadas e, por outro lado, incentivar as construções de moradias higiênicas, adequadas, através da concessão de incentivos fiscais[1] . Por trás desses objetivos estava a idéia de afastar as

---

[96] **RIBEIRO**, Maria Alice Rosa.op.cit. p.246. apud. **COLUCCI,** Sandra Regina. *Mães, Médicos e Charlatães (configurações culturais e múltiplas representações dos discursos médicos sanitaristas*). Mestrado. História PUC. 2001.p.46

camadas indesejáveis do centro da cidade para a instalação de palacetes para as famílias mais abastadas, a instalação de fábricas e estabelecimentos comerciais.[97]

As leis sanitárias e urbanísticas que então foram implementadas na capital paulista foram inspiradas em modelos de leis inglesas e francesas, oriundas do século XIX, e na própria capital da República. [98]

A legislação também possui suas contradições, como as divergências encontradas no Código de Posturas municipais e no padrão municipal para a cidade de São Paulo ( apêndice do Código de Posturas, publicado, no entanto, meses antes). A título de exemplo podemos dizer que enquanto o Código de posturas determinava que o tamanho mínimo para a construção de cortiços deveria ser de 5m2, o padrão municipal determinava que essa medida fosse de 7,5 m2. Essas contradições provocavam uma verdadeira confusão, dificultando a fiscalização por parte dos inspetores da higiene. Essas questões eram limitadas apenas a tamanhos, medidas, larguras, mas em se tratando de um mínimo de higiene Laviola nos mostra que os regulamentos eram mais concisos e harmoniosos:

> *"(...) Dentre as prescrições sanitárias, o padrão era minucioso, exigindo a existência de, ao menos uma latrina com água suficiente para o asseio necessário dos moradores de cada duas habitações, bem como um poço ou uma torneira com água e um pequeno tanque de lavagem, para cada grupo de seis habitações."*[99]

Esse relatório deixa claro que pouco tinha se avançado em relação à questão da higiene nos cortiços, ressaltando a importância do cumprimento do código, fazendo o que já determinava o código de posturas: a interdição, demolição e desapropriação das habitações inadequadas à moradia, propondo também medidas

---

[97] **BLAY,** Eva.op.cit.p.75 apud **LAVIOLA** , Marlene. op.cit.p.60
[98] **VARON,** Conceição de M. F. op. cit., p. 68.
[99] Prescrições 2 e 3 do titulo: *Cortiços, casas de operários e cubículos do padrão municipal*.volume especial da legislação municipal, que trata do código das posturas municipais de 1886, p.73-74 apud **LAVIOLA,** Marlene op. cit. p..63

alternativas como o incentivo à construção de moradias higiênicas, ou seja, a vila operaria.

No ano de 1900 é aprovada a lei 494, que propunha a construção de habitações operárias. Seriam construídas fora do perímetro urbano, com isenção de impostos para as empresas que as construíssem. [100]

Em 1911 era anunciada uma reforma autorizada através da lei do orçamento do município:

> *"(...) A reforma de 1911 manteve as diretrizes da legislação sanitária de 1896. A ação direta dos serviços sanitários estaduais foi drasticamente, aprofundando-se o controle do poder estadual sobre os problemas de saúde publica municipais, por intermédio de mecanismos de supervisão técnica e administrativa."*[101]

Essa atuação da Câmara municipal continuava e, nesse mesmo ano, era aprovada uma lei que autorizava as associações de crédito a conceder empréstimos a quem construísse moradias para os operários, sempre segundo os padrões municipais. [102] Nessa lei volta a vigorar a divisão das ações entre a esfera municipal e estadual, onde o poder municipal ficava responsável pelas práticas sanitárias locais e a esfera estadual ficava com a atuação no geral, auxiliando os diversos municípios, principalmente no que concernia ao controle e prevenção das epidemias, na elaboração das estatísticas e fabricação de vacinas. [103]

A ação do Estado no combate às epidemias, no período de 1910 a 1914, se fez com mais intensidade na área rural, em virtude das epidemias de malária e ancilostomose. Além disso, esse período coincide com o início da

---

[100] Lei 498, de 14 de Dezembro de 1900 apud **ROLNIK**, Raquel. *Cada um no seu lugar*. p.125.
[101] **TELAROLLI JUNIOR**, Rodolfo. op.cit. p. 233.
[102] **idem**
[103] **Merhy**. Emerson . op. cit. p. 83

primeira guerra mundial, que obrigou parte da população a ir para o campo em virtude do desemprego na indústria .[104]

No ano de 1916 ocorre um novo desenvolvimento nas práticas sanitárias, quando o serviço sanitário estadual realiza ações na reestruturação dos Postos de combate a ancilostomose.[105]

Essa luta do poder público municipal, apesar das limitações que apresentava e da resistência dos proprietários de cortiços, não parou e, mantendo o propósito de acabar com as habitações inadequadas, resultou em 1912 em regulamento que dispunha sobre o serviço de limpeza da cidade:

> *"(...) Todo o lixo das habitações deve ser depositado na frente de cada casa ou cubículo até o momento de serem depositados nas carroças coletoras. Cabia aos carroceiros contratados denunciarem a Prefeitura os prédios que acumulavam lixo, não o oferecendo a coleta."* [106]

Para Vitor da Silva Freire essas medidas são extremamente importantes e como toda legislação têm pontos positivos e negativos. No primeiro caso, protege e valoriza o investimento; no segundo, afasta as camadas indesejáveis ao seu convívio (os pobres). [107] Rolnik afirma que as idéias de Freire foram implementadas em São Paulo com a proibição dos cortiços inicialmente nas zonas urbanas e depois nas áreas centrais e a criação de leis específicas para construções de alto padrão. [108]

Em virtude de uma intensificação da ação conjunta entre o Estado e os municípios, após a edição de um novo Código Sanitário em 1918, ocorre uma fiscalização rigorosa nas habitações e um combate maior aos cortiços, conforme destaque abaixo:

---

[104] **Idem**
[105] **idem**
[106] Lei municipal 1788, 28/5/1914. Legislação do município, p.20-24.
[107] **ROLNIK**, Raquel , *A cidade e a lei* . op.cit p.46.
[108] idem

> *"(...) Artigo 393 – As casas de habitação collectiva, de qualquer natureza, terão um livro intitulado "Registro Sanitário", de modelo approvado pela Directoria Geral, e rubricado pelo Delegado de Saúde da zona, na qual serão consignados os nomes dos moradores, sua procedência e datas de entrada e saída. (art.169, lei 1596).*
> *Parágrafo Único __ É obrigatória à comunicação a Delegacia de Saúde, das entradas e saídas de hospedes, verificadas durante a semana."* [109]

Toda essa fiscalização e repressão às moradias doentias, corroboradas pelas leis, visavam defender os moradores de São Paulo de agentes que comprometessem a saúde pública. Apesar de parecer duro e exagerado, em alguns itens o Código Sanitário demonstrava uma certa flexibilidade, como no artigo 388 :

> *"(...) Tais habitações terão, pelo menos um banheiro e uma latrina para cada grupo de 20 pessoas e os lavabos e mictórios indispensáveis . (art. 166, Lei 1596)."* [110]

Na realidade, o número de latrinas estava muito longe de ser o ideal, que seria de pelo menos uma para cada família de até 6 pessoas. O Código Sanitário era flexível mas, no que tange à fiscalização dos cortiços e dos logradouros públicos, os fiscais eram rigorosos com os proprietários, como demonstra o artigo transcrito abaixo:

---

[109] Código Sanitário Estadual de 1918, artigo 393.
[110] **Idem,** artigo 388

> *"(...) Artigo 409 – Os responsáveis pelas casas e terrenos, após a devida intimação, forem encontrados focos ou viveiros de moscas ou mosquitos, ficam obrigados à execução das medidas que forem determinadas para a extincção de taes focos e sujeitos a multa de vinte a cem mil reis. (Art.181, Lei 1596)."*[111]

O código Sanitário tentava criar medidas para evitar danos à saúde publica, cabendo à polícia sanitária todo o poder para inspecionar as condições do cortiço ou até fechá-lo.

Em 1920, uma nova lei municipal, a de número 2332, proibia a habitação em porões, redefinia a habitação coletiva e fixava normas mínimas de ventilação e circulação para essas moradias.

Em 1929 é publicado o Código de Obras "Arthur Saboya", que vai introduzir uma lei de Zoneamento que permite a construção de edifícios com mais de três andares para escritórios na zona central, mas mantém a proibição de instalação de habitações coletivas como cortiços ou construções fora do padrão municipal, inclusive no que se refere à demolição dos cortiços infectados.[112]. Nessa mesma lei definia-se a habitação do pobre como a que tivesse no mínimo um aposento, uma cozinha e um compartimento para latrina e banheiro.

Em função das críticas recebidas quando da promulgação do código, apontado como não sendo inovador, o próprio Arthur Sabóia colocava que o mesmo *" nada mais era que a consolidação de leis municipais e estatutos sobre construções em geral de maneira organizada."*

Percebemos que apesar do intuito do poder municipal em criar leis e decretos que resolvessem o problema dos cortiços em São Paulo, isso não surtiu o efeito desejado, como noticiava um artigo médico de 1926 , que falava da sujeira, ausência de ventilação e iluminação dos cortiços e do próprio combate aos cortiços nas áreas centrais.[113]

---

[111] **Ibidem** artigo 409

[112] Lei 3427, de 19/12/1929 (consolidação das Posturas municipais e da Lei Estadual 1956, de 29/12/1917) apud **LAVIOLA**, Marlene. op. cit. p.72.

[113] **Boletim da Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo**, V.9 n 4, série 3, Junho 1926, p.292-293. apud **ROLNIK**, Raquel. *Cada um no seu lugar*. p. 57.

Muitos foram os motivos que tornaram sem sucesso a política de combate aos cortiços, mas Laviola coloca que :

> *" A mais importante parece ter sido a despreocupação das autoridades públicas com a existência de uma verdadeira demanda por esse tipo de habitação."* [114]

Concordamos com a análise de Laviola, pois é claro, que embora o intuito do poder público fosse restringir a oferta desse tipo de habitação, o que conseguiu foi elevar o preço do aluguel dos cortiços em relação às demais habitações.

Nos anos 40 ainda existia muita resistência em relação às chamadas moradias higiênicas devido talvez à **"**distância dos centros urbanos; a falta de esclarecimento dos modos de higiene; necessidade de complementar a renda com atividades temporárias**"** .[115]

O grande problema da população de baixa renda é que com uma vida difícil e sem perspectivas de melhora, ela se habitua a morar em condições inadequadas, sem o devido conforto e higiene. Os cortiços, ainda hoje, continuam sendo uma forma de habitação inadequada. [116]

O Vereador João Pereira sempre foi um defensor da construção das vilas operárias e por fim, conseguiu a continuidade dessas construções operárias, desde que estivessem de acordo com os padrões municipais. Mas o conflito continuava, pois na década de 1910 ocorreram denúncias de que as vilas não eram tão higiênicas assim, pois apresentavam acúmulo de lixo e o escoamento de suas águas servidas dava- se nas ruas da cidade e nos seus próprios pátios. **[117]**

Existiram outros projetos, mas as construções só poderiam ser executadas se fossem em áreas afastadas do centro, se os construtores tivessem a

---

[114] **LAVIOLA**, Marlene op. cit. p. 75.
[115] **Idem** . p. 76
[116] Idem. p. 78
[117] **BONDUKI**, Nabil Georges, op.cit. p. 91 apud **LAVIOLA,** Marlene**. op. cit.** p. 113

posse da propriedade. Segundo Laviola, essa medida visava impedir a invasão de terrenos da prefeitura, bem como a construção fora do padrão permitido. [118]

As discussões sobre as vilas operárias estiveram sempre em pauta na década de 1910, sendo que no ano de 1917 novamente é apresentado um projeto propondo multar as vilas que não cuidassem adequadamente de seu lixo, ameaçando a saúde pública.[119]

Em 1925, elabora-se um projeto de reforma do Serviço Sanitário Estadual, de natureza médico-sanitarista o qual, entre outras coisas, pretendia que :

> "*A Educação Sanitária se fará de modo a impressionar e convencer os educandos a implementarem hábitos de higiene... (e)... visará de modo especial à higiene individual, a pré-natal, a infantil e a da idade escolar... para imprimir ou desenvolver hábitos de higiene*" [120]

O intuito dessa reforma era combater as causas das doenças, por isso começava a educar o indivíduo com normas de higiene para preveni-las. Essa reforma previa ainda campanhas educativas e de vacinação, bem como combate ao meio ambiente causador de muitas epidemias, como a da malária.[121]

A educação sanitária estava centrada nos centros de saúde e propunha o seguinte:

> *".Dispensar aos doentes tratamento medicamentoso nos casos restritamente previstos no regimento interno do serviço.*
> *. De uniformizar o tratamento adequado de Doenças Transmissíveis.*

---

[118] **LAVIOLA**, Marlene. op. cit. p. 115.
[119] Anais da Câmara , 7ª Sessão, 17/2/1917.Projeto 16, p. 112 apud **LAVIOLA,** Marlene op.cit. p.115.
[120] **MASCARENHAS**, R.S. op.cit. p. 92
[121] **MERHY**, Emerson. op.cit. p. 99

*. De criar principalmente oportunidade para a educação sanitária dos pacientes e das respectivas famílias.. A Educação Sanitária será ministrada ao individuo isoladamente ou em grupos... e professada nos centros de Saúde...(e)... em visitas domiciliares ... e sempre que operar fora do serviço do Centro, fará propaganda intensiva das vantagens da população em freqüentá-los..."* [122]

[122] **MASCARENHAS, R.S.** , op.cit. ,p.92.

## 2 – PALCO DE UM "SONHO" REAL

### 2.1 - Algumas palavras introdutórias

**Figura nº. 3 - Vila Maria Zélia em 1919 – Fonte Álbum Vila Scarpa**

No início do século XX, o sonho de muitos operários continuava sendo o de ter um teto para morar e este vinha de encontro ao desejo do industrial Jorge Street , que era construir moradias para os seus operários. A realização deste sonho concretizava-se na construção da Vila Operária Maria Zélia. O local escolhido foi o Belenzinho, na rua dos Prazeres, entre as ruas Celso Garcia e Cachoeira, que possuía as condições ideais para a construção da fábrica e da vila, ficando próximo ao Rio Tietê. Construída entre 1911 e 1916, a vila foi inaugurada em 1917 para abrigar os dois mil e cem funcionários que trabalhavam na Companhia Nacional de Tecidos de Juta, do empresário Jorge Street, conforme destacamos nas palavras de Jacob Penteado:

*"Em 1911, repetimos, adquiriu os terrenos marginais do Tietê, entre a Rua Catumbi e a Avenida*

*Celso Garcia, pertencente ao coronel Goulart, onde havia o Velho pouso dos caipiras. E ali construiu a Vila Maria Zélia, nos moldes de "Boa Viagem", com casas confortáveis para operários, a preços modicíssimos, ambulatório, assistência médica, odontológica, farmacêutica, creche, jardim de infância, escolas, teatro, igreja etc.(...)."*

*"(...) Foi um empreendimento que revolucionou o velho Belenzinho. Os tecelões faziam fila para conseguir vaga no recém - instalado estabelecimento fabril.*

*A Vila Maria Zélia surgiu como uma autêntica cidade moderna, no bairro ainda meio atrasado."(...)*[123]

## *2.2. O Cenário: a Vila Maria Zélia.*

[123] **PENTEADO**, Jacob. **Belenzinho 1910 (retrato de uma época)** São Paulo. Carrenho Editorial/Narrativa um. 2003. p.142.

***Figura nº 4 Vista da Vila Maria Zélia – 1919 – Fonte Arquivo Edgar Leunroth ( Unicamp)***

A vila operária Maria Zélia constituiu um grande feito para a época, conforme as palavras do memorialista Jacob Penteado. As pessoas que nela passaram a morar eram oriundas não só dos bairros próximos ao Belenzinho, mas de outras localidades do interior de São Paulo, como foi o caso da família da operária Cinta Ramos Amantea[124] que veio de Sorocaba com os pais e irmãos para trabalhar na fábrica.

A inauguração da vila não ocorreu com todos os equipamentos prontos, foi acontecendo aos poucos. A Escola foi inaugurada em 09/07/1918, com uma comemoração descrita pelo *Jornal do Commercio*:

> *"(...) Essas escolas funcionam com dois belos edifícios, construídos sob os mais rigorosos princípios de higiene e conforto; acham-se providas de material escolar apropriado, cuja instalação foi feita , sob a vigilância do Dr. Oscar Thompson, diretor geral da instrução publica, que não escondeu a sua admiração por tão grandiosa empresa.*

[124] No Livro de Palmira Petratti – *Fábrica do Sonho- A Trajetória do Industrial Jorge Street* – encontramos o nome de D. Cinta como sendo *Cinta Ramos Amantero*, mas o correto segundo a própria seria *Cinta Ramos Amantea.*

**Figura nº 5 - Foto da Escola dos Meninos – arquivo pessoal 2006**

***Figura nº 6*** **- Jardineira** ***da CNTJ que transportava os alunos do Grupo Escolar Maria Zélia ( 1919)- Fonte Sr. Raul – morador da vila***

*(...) O transporte diário de ida e volta dessas crianças será feito em um*

> *auto-ônibus de propriedade da Companhia, com lotação para 55 pessoas."* [125]

Para complementar a educação das crianças do grupo escolar era inaugurada no ano seguinte a creche e o jardim da infância, destinados aos filhos dos operários, *"onde todo o mobiliário, bem como as carteiras do grupo foram feitas pela fábrica de móveis escolares 'Eduardo Waller'."* [126]

No ano de 1919 era inaugurada uma capela para os operários na Vila Maria Zélia, para que estes pudessem fazer suas orações, professar sua fé, iniciativa registrada também pelo *Jornal do Commércio* :

> *"(...) Efetuou-se anteontem, às 8 horas, a inauguração e benção da nova capela de São José, no edifício da Companhia Nacional de Juta. Sendo o celebrante o Sr. arcebispo metropolitano que distribuiu a sagrada comunhão, falando o evangelho o Sr. bispo eleito do Espírito Santo. Terminados os atos religiosos foi oferecido*

[125] **Jornal do Commercio** 09/07/1918
[126] **Jornal do Commercio** 13/03/1919.

*pela diretoria da fábrica um lanche aos convidados."*[127]

***Figura nº 7 - Igreja da Vila Maria Zélia (2006)***
***Arquivo pessoal***

O grande objetivo de Street, segundo seus admiradores, era conseguir com que seus operários tivessem uma vida melhor. No período compreendido entre os anos de 1917 a 1922, foram inaugurados muitos equipamentos, tais como, escola, igreja, armazém, farmácia etc. considerados necessários ao bem estar dos operários. Em 1919, Street passou por dificuldades financeiras. Uma das principais causas foi a primeira guerra mundial, interrompendo os empréstimos feitos com os banqueiros ingleses. A crise gerada com a concorrência na fabricação da juta também teve um papel importante nessas dificuldades. Street havia comprado do empresário Penteado a fabrica Sant'Anna, que era produtora de juta. Este se comprometeu a não mais produzi-la mas, tempos depois, retoma a produção. A questão foi parar nos tribunais e Penteado venceu a causa. Apesar disso, Street não desanimou, continuou investindo em seu sonho, embora não com tanta intensidade e sem a pompa de um arquiteto famoso, ficando ainda mais endividado.

[127] **Jornal do Commercio** 09/04/1918

Porém, mesmo com toda a bravura, não conseguiu ir em frente e foi obrigado a vender a fábrica e a vila ao grupo Scarpa em troca de dívidas. [128] A Vila Maria Zélia mudou de donos e de nome, passando a chamar-se Vila Scarpa. Em 1929, o grupo Guinle adquiriu a vila e devolveu o nome original ao lugar. O Instituto de Aposentadoria de Pensão dos Industriários, o **IAPI,** passou a administrar o local em meados de 1931, que chegou a servir de presídio político da ditadura do Estado Novo. Em 1939, a Goodyear comprou parte do terreno, que incluía a fábrica de tecidos, a creche, o jardim de infância e cerca de 18 casas. A empresa de pneus demoliu todos esses imóveis para construir sua fábrica, que permanece até hoje ao lado da vila.

As residências eram divididas entre as famílias dos trabalhadores, que também serviam como mão-de-obra para a fábrica, inclusive as crianças. Estas eram obrigadas também a estudar e as que tinham até seis anos de idade recebiam assistência médica e odontológica. Só podiam morar na vila pessoas que trabalhavam na fábrica de juta. Além das casas, o conjunto da vila incluía uma igreja, creche, farmácia, salão de baile, campo de futebol, armazém, sapataria, área de lazer e duas escolas, uma para meninos e outra para meninas.

---

[128] Há controvérsias em relação à data da venda da vila ao Grupo Scarpa**. Eva Blay** nos coloca que a data da venda é 1923 em seu livro *Eu não tenho onde morar Vilas operárias*; enquanto a historiadora **Palmira Petratti Teixeira** em seu livro *Fábrica do Sonho. A trajetória do Industrial Jorge Street* coloca essa mesma venda sendo em 1924; Já no Livro *Idéias Sociais de Jorge Street*- **Evaristo de Morais** nos coloca essa data como sendo em 1925. Não conseguimos localizar a data precisa dessa venda. No Jornal do Commercio encontramos notícias sobre a Vila como Sendo de Street até novembro de 1925, mas não podemos precisar , pois existe uma lacuna nesse mesmo jornal de novembro de 1925 a fevereiro de 1926 e em março a vila já aparece com o nome de Vila Scarpa nas notícias sobre o futebol . Porém, não foi publicada nenhuma nota sobre a venda e posterior mudança de nome.

***Figura nº 8 - Maria Zélia (1899-1915) – Filha de Jorge Street – que deu nome a Vila – (Fonte: A Fábrica do Sonho)***

O nome Maria Zélia foi dado em homenagem à filha de Jorge Street, que morreu ainda adolescente, no ano da inauguração da vila. O projeto ficou nas mãos do arquiteto francês Pedarrieux, que projetou a vila seguindo o modelo europeu. [129] Foram erguidas 198 casas com dois, três e até quatro dormitórios, de tamanhos que variavam entre 75 e 110 metros quadrados. Havia água encanada, energia elétrica e calçamento. As casas possuíam assoalho de pinho-de-riga e portas em madeira maciça. Somente a energia elétrica era paga diretamente pelo morador, já que a água e o aluguel eram descontados do salário.

[129] O arquiteto Luis Antonio Magnani: " traçado em malha ortogonal, com os edifícios de serviços comunitários dispostos nos espaços mais nobres, próximos aos jardins e acessos principais, desenvolvendo-se, a partir daí, o conjunto das habitações". Apud **Decca,** Maria auxiliadora Guzzo**. O cotidiano dos trabalhadores.** p. 25.

Conforme descreve Petratti , as casas da Vila Maria Zélia eram de vários tipos, a saber*:*

> *"Tipo A – Jardim, Sala , Quarto , cozinha, Banheiro, área de serviço , área total : 74.75 m2*
>
> *Tipo A 1 – Jardim , Sala, 2 quartos, Cozinha, Banheiro, área de serviço área total : 81,65 m2*
>
> *Tipo B – sala, 3 quartos, cozinha, banheiro, área total 74,75 m2*
>
> *Tipo B 1 – Sala, 3 quartos, cozinha, banheiro, área total 81,65 m2*
>
> *Tipo C- Jardim , Entrada lateral, sala, 3 quartos, cozinha, banheiro, área de serviço , área total, 110,40 m2*
>
> *Tipo D – Varanda, Jardim, Sala, 2 quartos , cozinha, banheiro, área de serviço, área total 91,12 m."* [130]

As casas eram distribuídas obedecendo a critérios que iam do número de operários de uma mesma família trabalhando na fábrica, à especialização e à necessidade de seu trabalho. Além disso, os solteiros dispunham de aposentos próprios em número de 14, situados:

> *" em prédio térreo e comprido, contendo: Salas de estar e jantar, sala de costura, cozinha, seis banheiros e uma sala de banho, dois tanques. Abrangia uma*

[130] **TEIXEIRA**, Palmira Petratti- op.citada. p. 76/77

*área total de 336 m2. A ocupação do dormitório era individual.”* [131]

***Figura nº. 9 - Entrada da antiga moradia dos solteiros – Vila Maria Zélia – arquivo pessoal (2006)***

A moderna estrutura da vila era assim distribuída: duas escolas (escola de meninos e escola de meninas); o jardim da infância e a creche; uma capela construída em estilo gótico (possuindo confessionário, pia batismal e o necessário para as celebrações); um consultório médico (com os equipamentos necessários, um médico e um enfermeiro); consultório odontológico (com um gabinete dentário que cobrava preços módicos, sendo gratuito às crianças); farmácia (onde eram aviadas receitas aos operários a preços módicos e às crianças gratuitamente); contava ainda com um açougue, restaurante e armazém, cujos valores eram descontados dos salários dos trabalhadores. Existiam equipamentos destinados ao lazer: um salão de baile (onde as moças só podiam ir acompanhadas de suas mães); teatro (que funcionava num salão improvisado) ; campo de futebol (com um time próprio, Juta Belém); o grupo dos escoteiros (com o objetivo de formar homens fortes, católicos e operários

[131] **Idem**. p.77

honestos) e um coreto (local onde ocorriam as apresentações da banda). Toda esta estrutura contava ainda com policiamento, com o intuito de manter a ordem. [132]

## 2.3 – Os personagens: Street, os operários e a Igreja

Um industrial, médico, tendo cursado humanidades na Alemanha, Jorge Street tinha idéias diferentes dos empresários brasileiros. Abandonou a profissão de médico, pois dizia que não poderia cobrar dos pobres, que não tinham dinheiro para pagá-lo e nem dos ricos, que eram seus amigos. Iniciou sua vida de industrial em 1894, com as ações da Sacaria de Juta São João, recebidas de seu pai. Tempos depois, comprou a Fábrica de Juta Sant'Anna, que pertenceu ao Conde Penteado.

Em 1911, deu início ao que viria a ser seu grande sonho. Comprou então os terrenos para a construção da fábrica e da vila operária Maria Zélia. Vejamos como descreveu esse sonho:

> *" ao redor da fábrica mandei construir casas para a moradia dos trabalhadores com toda a comodidade e conforto da vida social atual (...) depois de um grande parque com coreto para concertos, salão para representações e baile; escola de canto coral e música, um campo de Football; uma grande igreja com batistério; um grande armazém com tudo o que o operário possa ter necessidade para sua vida, (...) uma sala de cirurgia-modelo e uma grande farmácia (...) uma escola para os filhos de operários e creches para*

[132] Dados fornecidos pelo **Álbum Vila Scarpa** de origem desconhecida. , fornecidos pelos moradores da Vila Maria Zélia.

> *lactantes (...). Quis dar ao operário(...) a possibilidade de não precisar sair do âmbito da pequena cidade que fiz construir a margem do rio, nem para a mais elementar necessidade da vida (...).* ” [133]

A vila, na opinião de Street, resolveria os problemas de moradia do operariado a preços módicos e com o todo o conforto necessário a sua vida. A moradia idealizada por Street propunha tirar os operários do tipo de moradia degradante no qual viviam, segundo ele, motivo de revolta que, por sua vez, interferia no desempenho no trabalho.

> *“ Não há trabalho fecundo, sem pelo menos alguma alegria de viver e sem a consciência de que essa vida se passa em condições compatíveis com a dignidade humana, que não degradem e humilhem. No que eu observava, tal dignidade não podia existir e era natural o sentimento de profundo descontentamento, tão próximo da revolta que a situação existente gerava.”*[134]

A vila tinha, sem dúvida o caráter de resolver também os problemas com a mão-de-obra, que seria moldada de acordo com a ideologia burguesa, tornando-se disciplinada e obediente. Através da relação operário e patrão que, nesse caso se tornavam inquilino e proprietário, era possível estabelecer normas de conduta e criar laços de afetividade, com Street e sua esposa, manifestados sobretudo na época dos aniversários natalícios dos patrões.

As festas de aniversários do casal D. Zélia e Street foram realizadas na própria vila no primeiro ano e, nos anos seguintes, na moradia do casal,

---

[133] **RAGO**, L. Margareth– op.cit. – p. 178.
[134] Depoimento de Jorge Street in **Teixeira**, Palmira Petratti. op.cit. p. 80.

na Hípica, onde os operários eram servidos pelas filhas do empresário. Nestas festas havia muita comida, música, baile e futebol.

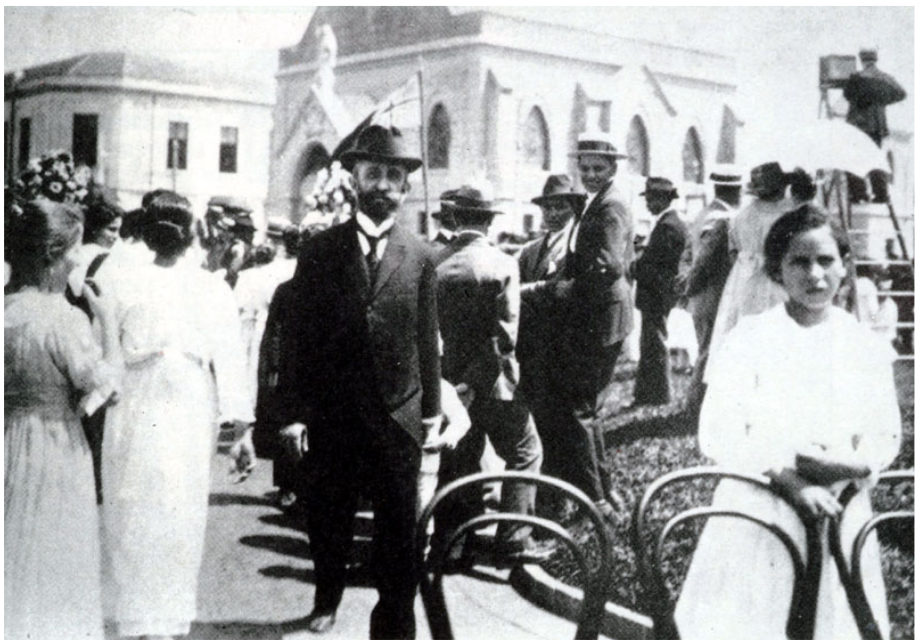


**Figura nº 10 - Street em uma festa na Vila Maria Zélia com seus operários (1919)- Fonte Sr. Raul – Morador da Vila.**

**Figura nº11- Casa de Campo do Casal Street (atual Hípica Paulista)**

**( Fonte A Fábrica do Sonho )**

As festas organizadas pela família Street tinham o intuito de unir operários e patrão, como se todos pertencessem a uma mesma família:

> *"(...) como pessoa, como patrão, ele era formidável. Não sei, a gente não tem palavras... Para dar uma explicação por que é uma coisa muito fora de série... Ele não foi nem patrão aqui, viu? Ele foi pai aqui da vila e dos operários daqui, porque ele foi bom, bom demais, viu? ... Quando ele se encontrava na vila todo mundo ficava contente, as crianças corriam, abraçavam, ficavam pertos, nem parecia ele; mesma coisa que fosse uma pessoa que entrasse no portão e viesse conversar com a gente... Assim como gente amiga... Que parava para conversar, era muito, muito amigo daqui.*
>
> *Não teve um industrial que deu nada pro filho de um operário. Nunca deram bonificação, só ele (Street). O operário parecia que não era considerado. Não tinha nada. Só tinha que trabalhar viu? Trabalhar e dar muita produção... Street era diferente. "*[135]
>
> *"(...) O Street sabe era um homem maravilhoso fazia tudo por nós. Nunca mais teve um homem tão bom, ele fazia tudo por nós. Quando ele vendeu a fábrica acabou sabe. Até hoje aqui na igreja nós*

[135] Depoimento Cinta Ramos Amantea in **TEIXEIRA,** Palmira Petratti – op.cit. p. 96

*rezamos missa no aniversário dele e da D. Zélia. Eles eram patrões maravilhosos".*[136]

O aniversário de D. Zélia era comemorado com muita alegria, como recordava D. Cinta. O *Jornal do Commercio* mostrava em detalhes como ocorria o evento:

> *"(...) Era segunda-feira, 4 do corrente, às 8 horas da manhã chegava à fábrica Maria Zélia a família Street, acompanhada de parentes e amigos.*
> *Ato contínuo dirigem-se à capela, onde iam ser rezadas missas em ação de graças pelo auspicioso acontecimento. Em frente ao templo as crianças formavam duas extensas alas, por entre as quais passou a aniversariante, aclamada por todos aqueles corações infantis e coberta de flores até a entrada. Na capela, toda em festa, houve duas missas, uma celebrada no altar-mor pelo monsenhor dr. Felisberto Marcondes Pedrosa, digno vigário de Santa Cecília, e a outra pelo capelão da fábrica o padre dr. Francisco Bastos. Durante a cerimônia o coro das crianças da fábrica entoou maviosos cânticos. O santuário regurgitava de gente que ali tinha ido para implorar os favores do Todo Poderoso sobre a benfeitora insigne. Não há expressões que saibam dizer o que foi o momento da comunhão quando a aniversariante, seus filhos e parentes, amigos, e mais 200 meninos e meninas, aproximaram-se da mesa eucarística. Simplesmente emocionante, comovedor, sublime. Em seguida, reunidas na sacristia às zeladoras do apostolado e representantes das duas fábricas, procedeu-se à*

[136] **Depoimento** Cinta Ramos Amantea (realizada entre 1999/2001)

*leitura de discursos e oferta de presentes em homenagem a Sra. Street. Nos pavilhões da creche e nos grupos escolares se formou a pequenada com seus trajes festivos. Também aqui não regatearam belos discursos e lindas flores. Flores que D. Zélia, de bom grado, aceitava, porque nelas via a expressão das flores d'alma, que são as que nunca desbotam, nunca emurchecem. O remate das festas da manhã teve lugar do salão do jardim de infância. A senhorinha Camargo Barros, diretora daquela seção, foi também à organizadora do programa, cujo desempenho agradou imenso e que damos a seguir: Hino da Saudação/ o Ratinho/ O Cântaro e a Fonte (canto)/ A Vareta/ O Passarinho Preso/ O Colibri entre as Flores/ e Vogar. Ao meio-dia pararam as fábricas. Á noite realizou-se, no teatro provisório, o festival que teve a assistência de milhares de pessoas. Ainda nessa ocasião não faltaram discursos e presentes oferecidos pelos operários. Ao terminar falou o Dr. Jorge Street, concitando seu povo ao cumprimento do dever, ao trabalho, à ordem e à obediência, único meio de salvar o mundo do naufrágio que o ameaça. A comemoração do dia 4 de Abril, na fábrica Maria Zélia, veio mais uma vez demonstrar quanto são respeitados, estimados, venerados, amados e adorados D. Zélia Frias Street, braço forte do seu esposo o Dr. Jorge Street, o executor de um grande ideal."* [137]

[137] **Jornal do Commercio -** 16/04/1921

***Figura nº 12 - Zélia e Jorge Street em foto do noivado de 1897- ( Fonte A Fábrica do Sonho)***

Percebemos nessa notícia, que o jornal destaca o grande endeusamento dos patrões, por parte dos operários, com muitas manifestações de carinho e presentes. Também havia um caráter religioso, onde pediam bênçãos a Deus pela sua benfeitora e onde Street não perdia a oportunidade de conversar com seus operários, mostrando que o trabalho dignificava o homem e que este, associado à disciplina e à obediência, poderia modificar o mundo. O que não deixava de ser uma forma de cooptar os operários e ainda fortalecer os laços de afetividade entre eles.

O aniversário de Jorge Street também era muito festejado pelos seus operários, conforme noticiava o *Jornal do Commercio* :

> *"Manifestação operária – Pelo aniversário do sr. dr. Jorge Street, industrial, os operários de suas fábricas, em número de 7.000, realizaram ontem várias manifestações. A parte religiosa dos festejos constou de missa às 7 horas, pelo sr. arcebispo metropolitano na capela de São José da Companhia*

> *Nacional de Tecidos de Juta, e às 9 horas, missa campal no jardim das fábricas, pelo sr. padre dr. Francisco Bastos, reitor da capela, que falou ao Evangelho com assistência do sr. arcebispo metropolitano."* [138]

A vila trazia muita praticidade para os operários. Por um lado, o funcionário não precisava sair de lá para nada, pois tudo o que era necessário havia na Maria Zélia. Constituía o espaço ideal para o conforto, a preservação dos bons costumes e até para o lazer. Mas, por outro lado, percebemos o controle, dentro e fora da fábrica, que fornecia "segurança para os operários, longe dos conflitos, brigas, fornecendo também tudo o que fosse necessário para uma vida tranqüila e sadia". O pouco tempo para o lazer era controlado, para evitar os desvios de moral, controlar as revoltas, as conversas e as possíveis associações sindicais, principalmente as idéias anarquistas.

Essa política disciplinadora procurava afastar os operários do convívio com agitações políticas, greves, passeatas. Dentro da vila não havia o perigo dos vícios, do jogo, do sexo. Como coloca Rago:

> *"(...) A Vila deve instaurar um espaço de conforto, satisfação e moralidade, de onde o trabalhador não precisa sair nem mesmo para divertir-se. Vinculado ao aparato da produção através deste mecanismo sutil de dominação que é a própria habitação, espaço da intimidade e do dialogo interior, o discurso do poder promete ainda ao operário abrigá-lo da contaminação moral das ruas agitadas e dos bares viciados e escuros, situados do outro lado do mundo."* [139]

---

[138] **Jornal do Commercio -** 23/12/1918.
[139] **RAGO,** L. Margareth op. cit. p. 178/179.

Através de todo esse controle, a mini-cidade construída por Street representava um microcosmo da própria cidade, onde todos se conheciam, se relacionavam e, ao mesmo tempo, controlavam a vida uns dos outros (o filho mais comportado, o jardim mais bonito, quem casa, quem se perde). O controle não estava presente somente nas relações entre os moradores da vila, mas no próprio interior da casa, onde a sala era o lugar das visitas, não um local para se dormir; o quarto do casal devia ser exclusivo a eles, para evitar os maus hábitos e os desvios dos filhos; a cozinha era o espaço da mulher, que preparava o alimento do marido e dos filhos.

Os moradores não tinham consciência desse controle e viam nisso uma forma de proteção, que os fortaleceria, criando laços de solidariedade entre o patrão e os operários.

Desde o século XIX o paternalismo era um dos sistemas mais importantes das relações sociais do trabalho, caracterizado principalmente por três elementos:

> *"(...) 1) presença física do patrão nos locais de produção, e mesmo a moradia patronal;*
> *2) Linguagem e pratica de tipo familiar entre patrões e operários; 3) adesão dos trabalhadores a esse modo de organização."*[140]

Esses elementos estavam muito presentes nas vilas operárias, mostrando o patrão como pai, aquele que tudo fazia, protegia e fazia parte da sua família. Afinal, estavam unidos nas comemorações, como festas de aniversário, batizado etc. O elo entre eles era forte, tanto que os operários falavam dos benefícios concedidos, da moradia, do trabalho e do patrão com orgulho.

Essa forma de manipulação, que ocorre desde o século XIX na França, era utilizada por Street na Vila Maria Zélia no século XX. O vínculo entre Street e os operários fazia com que este fosse comparado a algum membro da família, o "pai" que se preocupava com o futuro dos seus "filhos", ou seja, criavam-se laços paternalistas. Além disso, havia a formação da "grande família" que era a

---

[140] **PERROT,** Michelle**.** ***Os Excluídos da História. Operários, Mulheres e Prisioneiros.*** Trad. Denise Bottmann, Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1988. p. 83.

"Vila Maria Zélia", onde todos ocupavam o mesmo espaço, tinham os mesmos objetivos e compartilhavam de todo o aparato desenvolvido para proporcionar o conforto, o bem estar àquela "comunidade-família", propiciado pelo bom patrão, "o pai".

Street chegou a usar os laços familiares para tentar impedir uma greve em sua indústria. Enfocava a importância da relação de família que mantinha com os operários de sua indústria, ou seja, usava a tática da emoção, tentava convencer através dos laços sentimentais que os unia, como se não existisse a relação patrão-empregado, a diferença de classes, enfim como se todos fossem de uma grande família. Nessa ocasião, sabendo dos rumores de uma greve, fez a seguinte colocação:

> *"(...) E ainda que houvesse, alguma coisa que nos dividisse, aqui há um elo intangível entre nós, um elo que fará sempre, em qualquer caso, desaparecer mal entendidos e malquerenças entre nós - são os vossos filhos.*
>
> *Assim dizendo, tomei dos braços de uma operária que estava próxima a mim, o seu filho lactante - um daqueles que vinham sendo nutridos e educados em nossa creche - e mostrei a criança à multidão.*
>
> *Um longo aplauso ressoou pela sala e todos os olhos brilhavam de comoção, muitos choravam."*[141]

Os operários tinham algumas regras a cumprir dentro do espaço da vila operária Maria Zélia :

> *"(...) Na parede da sala de visita das casas existia um quadrinho com as normas*

[141] **MORAES FILHO**, Evaristo - *Idéias Sociais de Jorge Street*. Brasília/ Senado Federal/Fundação Casa de Rui Barbosa, MEC,1980. -p. 445.

*permitidas, como não fazer barulho após 9 horas da noite e nem mesmo ficar no portão, meninas e meninos não podiam brincar juntos, não colocar cama na sala e nem pregos na parede, selar pela ordem e limpeza das casas."* [142]

Essas normas permitem perceber o caráter disciplinador da vila operária, o controle sobre a vida do operário, não somente no espaço comum da vila, mas dentro do espaço fechado da casa que habitava. Essas normas visavam afastá-lo dos perigos que o mundo exterior proporcionava, ao mesmo tempo colocando-o sob controle.

Caso o operário não as cumprisse, poderia ser punido com advertências, multas e até a perda de sua moradia, pois seria dar um mau exemplo aos outros habitantes, perturbando a ordem do espaço. Não encontramos relatos de punições ou perda da moradia entre os moradores da Vila Maria Zélia, mas em outras vilas isso acontecia com frequência.

Apesar de todo o empenho de Jorge Street em estabelecer relações harmoniosas com os operários, há notícias de um movimento paredista ocorrido na Companhia Nacional de Tecidos de Juta , conforme divulgava o Jornal *O Combate*, colocando esta "perfeita harmonia" em dúvida. Este jornal, apesar de criticar fortemente a direção da fábrica, sempre isentava Street de qualquer culpa, defendendo a idéia do "bom patrão". Os responsáveis seriam os diretores, que cometiam arbitrariedades, com certeza, sem o conhecimento do industrial. O foco de reivindicações deste movimento estava, principalmente, na má qualidade da matéria prima, na demissão de companheiros de trabalho, problemas de salário, mas todos eram atribuídos à atuação do gerente da fábrica. Os operários tinham a certeza do atendimento de suas reivindicação por parte do Sr. Street :

---

[149] **Depoimento** D. Cinta Ramos Amantea.(entrevista realizada entre 1999/2001)

*"(...) Nova greve na Juta*

*Ontem, ao efetuar-se o pagamento na Fábrica de Tecidos de Juta, os operários declararam-se de novo em greve.*

*A causa determinante desta atitude foi o haver certa diferença nos salários do pessoal de muitas seções, pois recebiam agora menos do que ganhavam pela antiga jornada de trabalho.*

*O Dr. Jorge Street foi logo informado do fato e é de esperar que a reclamação dos paredistas seja atendida com a maior presteza e boa vontade."*[143]

O movimento paredista aconteceu tanto na Fábrica Sant'Anna, como na Maria Zélia , mas percebemos que era mais um movimento de protesto do que uma greve, pois tinham a certeza de resolver o conflito estabelecido entre os operários e o patrão. Tal movimento não foi somente noticiado em *O Combate*, mas no *Jornal do Commercio*, que era favorável ao Sr. Street, mas não emitia claramente uma opinião, apenas narrava o acontecido.

Os operários da Companhia Nacional de Tecidos de Juta e os moradores da Vila Maria Zélia, falavam com muito orgulho de seus patrões e se sentiam felizes em morar na vila, bem como em trabalhar na fábrica.

Destacamos um depoimento dado ao *Estadão Leste*, no qual o Sr. Dedé, morador da vila há 52 anos, vivendo no mesmo quarto em que nasceu, relatava memórias de seu avô, que foi operário da fábrica de Street, conhecido pelo apelido de João Grandão. Notamos o orgulho com que ainda hoje o neto fala da época vivida pelo avô:

*"(...) Ele era tecelão na fábrica de Jorge Street, o empresário criador da vila. "Na época, só morava aqui quem*

[143] **O Combate** 15/07/1919

> *trabalhava na indústria. O algodão tirado das paineiras à beira do Rio Tietê era utilizado para a confecção de colchões e travesseiros. Havia paineiras desde a Avenida Celso Garcia até o Canindé*
>
> *Dedé guarda até hoje as palavras do avô. " Ele dizia que o Jorge Street era um homem abençoado, que fazia tudo pelos operários. Era um patrão que falava: 'Operário que trabalha contente, produz mais'. ."* [144]

Na atualidade, os fundadores da vila ainda são lembrados, pois até hoje são celebradas missas nos aniversários natalícios de D. Zélia e Jorge Street. Em 2004 foram celebrados os 100 anos da filha de Street, Sra Celina, com missa, teatro e quermesse na vila. A aniversariante foi representada por seu filho e netos, pois, apesar de viva e lúcida, foi impedida de comparecer por causa dos pequenos problemas de saúde decorrentes da idade, agravados pela própria emoção de reviver momentos de sua infância, juventude e, naturalmente, de seus pais.

A Igreja foi um problema constante e uma importante ferramenta de controle na Vila Maria Zélia. Um dos grandes avanços da igreja nessa época foi a aprovação da Encíclica Rerum Novarum que procurou estabelecer diretrizes sobre as relações entre patrão e empregado, os direitos e deveres entre o capital e o trabalho. A igreja reconhecia que os trabalhadores necessitavam de uma legislação que defendesse seus interesses contra a exploração dos senhores capitalistas, mas também não concordava com a greve como meio de conseguir seus direitos.

Além disso, considerava que era dever do Estado zelar pela defesa do trabalhador, pelos seus direitos, mas não era contra a propriedade privada e o lucro, embora condenando a exploração maciça do trabalhador de modo que este

---

[144] **O Estadão Leste.** São Paulo **.** 07/Jan/2005

não pudesse arcar com os meios de sobrevivência. Considerava ainda que uma vez acertado o salário, nada poderia ser feito, mesmo que o valor recebido não fosse o ideal, pois o combinado deveria ser cumprido:

> *" Uma vez livremente aceito o salário por uma e por outra parte , assim se raciocina , o patrão cumpre todos os seus compromissos desde que o pague e não é obrigado a mais nada. Em tal hipótese, a justiça só será lesada, se ele se recusar a saldar a dívida ou o operário a concluir todo o seu trabalho, e a satisfazer as suas condições; e neste caso, com exclusão de qualquer outro, é que o poder público teria que intervir para fazer valer o direito de qualquer deles ".* [145]

Nas relações entre patrões e empregados, sabemos que o salário dificilmente era justo; pois o objetivo daqueles era o lucro em detrimento do bem estar de seus operários. Por outro lado, a idéia de se evitar o conflito no mundo do trabalho como a igreja pregava, decorria do entendimento de que o salário é fruto do trabalho do homem e de onde procede toda a sua riqueza. *" Comerás o teu pão com o Suor do teu rosto",* (*Gen 3.19*) e se o salário for justo , poderás até com uma certa economia , conseguir ter uma vida melhor e a tua própria casa. Mas, nos casos de injustiça, o Estado deveria intervir, competindo a ele garantir uma vida digna ao trabalhador através de legislação própria, de modo que se evitassem os conflitos.

Nesse sentido, percebemos que a encíclica nunca foi aplicada. Procurava desarticular as organizações socialistas, anarquistas no sentido que a igreja defendia o direito a uma organização sindical, mas que não pregasse a greve, a anarquia, propondo uma conciliação entre patrões e empregados, defendendo a prática da religião católica, contra as idéias socialistas. A atuação da igreja ainda era incipiente em relação à exploração cometida pelos patrões aos operários.

---

[145] **Rerum Novarum**. op.cit. Artigo 29. O Quantitativo dos salários dos operários.

Durante a República Velha, conforme descreve Batalha, as poucas organizações operárias que conseguiram uma certa representatividade estavam associadas à igreja, como o Centro dos operários Católicos (1899), que mais tarde passa a denominar-se Centro Operário Católico Metropolitano (1907) e que se espalhou por vários bairros da capital paulista e em cidades do interior do Estado[146].

Essa atuação dos sindicatos ligados à igreja era bem vista pelos industriais, pois podiam manipulá-la, sendo uma forma de demonstrarem que não se opunham à organização dos operários e assim utilizar a Encíclica Rerum Novarum como meio de criar operários dóceis, submissos e cumpridores de seus deveres, solucionando o conflito entre o capital e o trabalho.

A igreja, por sua vez, considerava as associações operárias católicas como o melhor meio para os operários atingirem seus objetivos , conciliar as relações entre os patrões e operários, mas antes de atingir o fim proposto seria preciso o aperfeiçoamento moral e religioso.

> *"(...) É principalmente este fim que deve regular toda a economia desta sociedade sem que não tem lugar a religião. Ora de que serviria ao artista ter encontrado no seio da corporação a abundância material, se a falta de alimentos espirituais pusesse em perigo a salvação de sua alma.*
>
> *(...) Que a massa comum seja administrada com integridade, e que se determine previamente , pelo grau de indigência de cada um dos membros, a quantidade de socorro que deve ser concedido; que os direitos e os deveres dos patrões sejam*

[146] **BATALHA**, Cláudio. **O Movimento operário na primeira república**, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2000. p. 28.

*perfeitamente conciliados com os diretos e deveres dos operários .”*[147]

Em primeiro lugar estavam a religião, os mandamentos da lei de Deus que o trabalhador deveria seguir, pois assim este seria conduzido por um caminho certo, longe das paixões, dos vícios e dos prazeres mundanos. A sociedade católica acolhia a todos que se arrependessem e procurassem trilhar o caminho da virtude para lutar pelo fim do tratamento desumano dado aos operários e pelo dever dos patrões de partilhar parte do que recebiam com os pobres, os operários , que cumprissem com os seus deveres. Ao Estado cabia regular as leis para essa melhoria. Toda essa ação só poderia ser concretizada , com a prática dos costumes cristãos pelos operários, pelos patrões e pelo Estado.

A Igreja condenava o trabalho do homem além das suas forças, independente de idade e de sexo, mas em especial a exploração da mulher e da criança:

*“(...) Não se deve entrar na oficina senão quando a sua idade tenha desenvolvido nela as forças físicas , intelectuais e morais; do contrário como uma planta ainda tenra, ver-se a murchar com demasiado precoce, e dar-se a cabo da sua educação. Trabalhos há também que não se adaptam tanto a mulher, a qual a natureza destina de preferências aos arranjos domésticos, que, por outro lado salvaguardam admiravelmente a honestidade do sexo , e correspondem melhor, pela sua natureza, ao que pede a*

[147] **Encíclica Rerum Novarum** . op.cit. Convite para os operários se associarem. item 36.

> *boa educação dos filhos e a prosperidade da família."*[148]

Percebemos que a preocupação principal estava voltada para a criança, que através de uma boa educação, dos ensinamentos da doutrina cristã, tornar-se-ia um bom filho, um bom cristão, um bom operário. O trabalho da mulher fora de casa era visto com ressalvas, só quando necessário à sua sobrevivência e de sua família, pois o trabalho fora do lar poderia levá-la a maus hábitos.

Um outro item amplamente defendido pela igreja dizia respeito ao descanso semanal dos operários aos domingos : "*não dar o devido descanso no dia do senhor consiste em violar os deveres do homem para com Deus e para consigo mesmo."* [149] Leão XIII era bem severo ao afirmar que o patrão que não o fizesse não ficaria impune às leis de Deus, sendo função do Estado criar condições para que fosse dado o merecido descanso aos operários aos domingos, bem como todos os dias após a jornada devida.

Os anarquistas criticavam a posição da igreja, pois viam uma aliança entre o industrial e a mesma como meio de organizar a vida do trabalho, compactuando com o empresário para criar um trabalhador que agradasse a Deus e ao sistema capitalista. Como destaca o Jornal *A Plebe*:

> *"(...) Nas igrejas os padres se encarregam de avivar as superstições e idolatrias fazendo deste modo o papel de amansadores de burros chucros, isto é, enfreiam a pobre besta operária, dão aos primeiros corcovos e depois entregam -na aos ricos..."*[150]

---

[148] **Encíclica Rerum Novarum**. Proteção ao trabalho dos operários, das mulheres e das crianças. p.24.
[149] **Encíclica Rerum Novarum. op.cit.** os mandamentos.
[150] **A Plebe**. 28.01.1933.

No Jornal *A Plebe* encontramos severas críticas em relação à existência da igreja e do padre na vila:

> *"(...) A fábrica Maria Zélia afim de que os negócios corram bem com o auxilio de Deus e dos padres, possue uma capella, onde se celebram funções funambulescas do ritual padrecal.*
>
> *O masmarro que ali pontifica parece, entretanto, que tem o espírito mau dos supersticiosos consigo e que o diabo o tomou a sua conta para o irreconciliar com o Czar das alturas sideraes. Credo! Al renuncio!*
>
> *... Pois o tal papa hóstias das dúzias, o urubu humano das alfurjas religiosas ministrou no dia 26, da mez passado, comunhão geral as crianças operárias da escola que a Cia da Juta sustenta 'a custa... dos seus empregados"*[151]

Encontramos relatos de conflitos entre Street e a igreja, na figura do padre Bastos. Apesar de ser pago pelo industrial para ministrar a doutrina católica aos seus operários, o padre não partilhava da mesma opinião de Street em alguns aspectos. Esses conflitos ocorriam principalmente quando o padre Bastos tentava demonstrar a Street que muitos operários não concordavam com sua obra assistencialista:

> *"Para os operários, nada mais era essa organização que um puro engodo a ilaquear -lhes a boa fé. Preferiam muito mais receber em aumento de salário o que era dispendido com a manutenção de toda essa vistosa obra assistencial.(...)*

---

[151] **A Plebe** 03 /10/1919

> *O Dr Street, de seu lado, via nessa organização uma espécie de participação indireta nos lucros da empresa. Ponto de vista que não se harmonizavam, nascidos de interesses antagônicos, cada qual a exigir de mim uma definição corajosa e positiva.*
>
> *Cheguei, certa vez, a demonstrar ao Dr. Street que a sua obra, apesar de ser generosa, não só lograva atingir o ideal por ele colimado - satisfazer os seus operários - senão que também, por ser paternalista, provocava neles sentimentos de revolta.*
>
> *Procurei dar a eles o que nenhum outro industrial se dispôs a fazer. Por isso, sou tido por meus colegas na conta de poeta."*[152]

Para o padre Bastos o início de sua relação com os operários da vila foi muito difícil, pois estes não o viam com bons olhos:

> *"(...) A federação dos operários em fábrica de tecidos, dirigida por elementos infensosa igreja, mantinha, por sua vez, em cada secção da fábrica, ativistas que não se fartavam de me apontar como perigoso inimigo da classe operária.*
>
> *- Veio para cá, diziam , pago pela fábrica, para engabelar, com rezas e promessas de uma vida melhor no outro mundo."*[153]

---

[152] **BASTOS**, Mons.dr. Francisco**.** ***Reminiscências de um pároco na cidade*** - SP, Edições Paulinas, 1973 p. 100.
[153] **Idem**. p.97.

A aproximação entre o padre Bastos e os operários só aconteceu após muita resistência, quando este percebeu que muitos gostavam de jogar futebol , assim como ele próprio. Este, utilizava a paixão pelo futebol como um meio de se aproximar dos operários da Companhia Nacional de Tecidos de Juta. Resolveu organizar um time de futebol entre os operários, pedindo apoio aos diretores da Companhia Nacional de Tecidos de Juta, e todo o equipamento necessário (bolas, uniforme, chuteiras). Através do futebol, os operários começavam uma convivência mais pacífica com o padre e, posteriormente, passaram a freqüentar a missa, grupos de estudo e até discussões sobre a Encíclica Rerum Novarum.

Essa estratégia deu tão certo que, ao invés dos cinco ou seis operários presentes na sua primeira missa, na comemoração de um ano da capela estavam presentes aproximadamente duas mil pessoas, tendo a celebração que ser realizada ao ar livre, no campo de futebol. O roteiro da comemoração incluiu missa, jogo de futebol, bolo de aniversário e baile. [154]

Essa aproximação não era bem vista por Street , que nutria certa antipatia pelo padre Bastos. Discordava da forma como este conduzia o seu trabalho evangélico que, na opinião de Street, contribuía para a formação de baderneiros, anarquistas, revolucionários:

> *"(...) E que, mais de uma vez, havia - me chamado à atenção para o que, no seu entender, deveria ser a minha função dentro de sua fábrica.*
>
> *O Sr. me deixaria muito feliz, se se limitasse a desempenhar suas funções religiosas exclusivamente dentro da capela. Os operários não têm preparo suficiente para distinguir as sábias diretrizes de Leão XIII dos postulados do comunismo. Além disso, os gerentes se queixam de suas constantes intervenções a*

[154] **Idem.** p. 100-101

> *favor deste ou daquele operário, perturbando o bom andamento disciplinar da fábrica."*[155]

Apesar das divergências entre Street e o padre, ambos tinham o mesmo objetivo, pois queriam amenizar os conflitos entre o capital e o trabalho, conforme resume o *Jornal do Commercio* :

> *"De um lado Street quer um operário produtivo e feliz, afastando–os da imoralidade, das*[1] *greves , das arruaças.*
>
> *A igreja quer um cristão pacifico, ordeiro, " se o operário tratado, jamais seria ele um perturbador da sociedade, como injustamente e ele julgado por não poucos."* [156]

Após dois anos de permanência na Vila Maria Zélia, o padre Bastos foi transferido para a paróquia da Consolação por ordem de seu superior, a fim de resolver um problema de ordem econômica. No momento em que entregou a carta de D.Duarte a Street, falando sobre sua remoção, Bastos comentou que sentiu sinais de satisfação em seu semblante, parecendo que a remoção vinha de encontro aos seus mais íntimos desejos.[157] Apesar da impressão do padre, Street despediu-se dele com elegância e desejando-lhe boa sorte. Street não tinha nada de pessoal contra o padre Bastos, como coloca Blay, apenas era um capitalista, vivia do lucro e por mais que pensasse em uma obra social, precisava sobreviver e isso advinha do lucro gerado pelo capital, onde, por maiores que fossem as afinidades entre o empregador e o operário, existia a exploração. [158]

---

[155]**BASTOS**, Francisco, op.cit. p..106.
[156] **Jornal do Commercio 13/10/1919**
[157] **BASTOS**,Francisco. op.cit. p.106
[158] **BLAY**, Eva. op. cit. p.241.

Não podemos esquecer que grande parte da igreja não estava preocupada com o social. Antes de o padre Bastos assumir a capela da "Juta", um outro padre designado não aceitou a missão, pois não queria viver no meio dos operários. A igreja ainda se omitia em muitos casos, não lutava, de fato, por melhores condições de vida para os operários, as crianças e os menos favorecidos. De uma maneira geral não queria entrar em conflito com a classe dominante, contribuindo para implementar a ideologia burguesa. Mas o clero glorificava a atuação do Sr. Street e sua esposa na execução das obras sociais, tanto que D. Zélia foi agraciada com a Cruz Pro Eclésia et Pontífice.

> *"(...) Exma senhora - tenho a grande satisfação de levar ao conhecimento de V.exa que o nosso santíssimo padre, e papa Benedicto XV, conhecedor das beneméritas instituições devidas a acrysolada caridade de V.exa, em prol dos operários da Companhia nacional de Tecidos de Juta, dignou-se agraciar a pessoa de V. Exa, em prol dos operários da Companhia Nacional de Tecidos de Juta, dignou-se agraciar a pessoa de V.exa com a cruz "Pro-Ecclasia et Pontífice". Sua santidade com esse ato dá uma prova não somente de fraternal solicitude para com os operários, cujo bem estar tanto almeja e tão amiudamente tem inculado ao devotamento de todos os bons..."* [159]

Entre as festas religiosas de maior destaque estavam a primeira comunhão, as festas em homenagem aos santos padroeiros , a páscoa e o natal. O dia da primeira comunhão, para a maioria das crianças, era uma festa. Além do significado religioso de receber Cristo, tal cerimônia era acompanhada de comes e bebes. O *Jornal do Commercio* relatava a primeira comunhão dos alunos do grupo escolar Maria Zélia :

---

[159] Jornal **A EMBAIXADA DA MORTE**.- S/d. **O papa Benedicto XV escarpece dos operários em fábrica de tecidos.(** comentários sobre a nunciatura apostólica de 5/maio de 1920**).**

> *"(...) Grupos escolares das fábricas Sant'Anna e Maria Zélia – na capela de São José da Vila Maria Zélia realiza-se hoje, às 18 horas , a solenidade de Primeira Comunhão de numeroso grupo de crianças alunas destes grupos escolares."*[160]

Todo o material necessário para a primeira comunhão como terço, véu, vela, roupa, era fornecido pela família de Jorge Street, na pessoa de sua esposa, D. Zélia. No cuidado com as crianças e com sua formação religiosa percebemos a ideologia de Street de preparar operários submissos, obedientes e cumpridores de seus deveres, onde a religião era uma grande aliada. Havia, inclusive, todo um ritual destinado ao preparo dessas crianças, com retiro e jejum para receber Cristo. Muitas dessas crianças seriam operárias de sua fábrica ainda na infância. A comunhão acontecia duas vezes por ano, as aulas de Catecismo eram dadas para os alunos na própria escola e para os não alunos na igreja.

Entre as festas religiosas o Natal, era a mais importante. Abaixo, o ritual da comemoração desta data, ocorrida em 1923 na Vila Maria Zélia é descrito com detalhes:

> *"(...) Com muito brilho foi festejado o Natal na Vila Maria Zélia.*
> *Precedeu a grande data um tríduo com pregação, após o qual se organizaram quermesses e outros divertimentos, ao som de harmoniosas peças musicais executadas pela música local.*

---

[160] **Jornal do Commercio** 14/12/1924. As comemorações do Ano novo seguiam o mesmo roteiro: missa, quermesse e não esquecendo do transporte garantido ao operário na ida e volta do evento.

*'A meia noite do dia 24, houve , missa solene com sermão ao evangelho, pelo ver.Sr. padre Dr. Gaston da Veiga, sendo o celebrante o revmo. Sr. Cônego João Uchoa , capelão ministrado por um sacerdote redentorista. (...)"*[161]

No livro "**Lembrança da Vila Scarpa (Antiga Vila Maria Zélia)"** encontramos o seguinte relato dos padres presentes na Vila durante estas festas:

*"(...) Correspondendo ao abençoado desejo de muitas jovens da Villa, O Revmo Capellão , actual Padre João de Barros Uchôa, fundou em feliz momento a Pia União. Trinta e três virgens formaram logo a phalange branca de Maria Immaculada. Num século de futilidade como este é para admirar que trinta e três jovens, espontaneamente prefiram o silêncio de uma capella, aos caprichos dos salões de bailes, onde se ostenta, sem pudor a moda exagerada dos cabellos a la garçonne, os vestidos decotados e sem mangas. Esse pugillo de jovens, trabalha, estuda e se dedica as obras sociais; como o ensino de catecismo as creanças abandonadas, a propaganda da boa imprensa e trabalho manuais, etc. Essas são as operárias obedientes e escrupulosas no trabalho sobre*

[161] **Jornal do Commercio**28/12/1923

*o qual paira o olhar de Deus."* [162]

Nesses relatos ficava claro todo o aparato para controlar a vida dos operários através da religião, evitando, segundo seus conceitos, a degeneração da moral e as influências mundanas da modernidade que assolava o país.

A União dos Moços Católicos era um grupo bastante atuante na Vila durante o período do Cônego Uchoa. Fundou, com a supervisão direta deste, o Clube dos Escoteiros Católicos, onde se festejavam as datas pátrias tais como 13 de maio, 15 de novembro, 7 de Setembro, 12 de outubro, entre outras. Em toda comemoração estavam presentes a parte religiosa e a parte recreativa. Além disso, esses jovens contribuíam mensalmente para ajudar a Sociedade São Vicente de Paula. Entre as atividades dos escoteiros destacamos as lições teóricas (aulas sobre geografia, história, civismo e humanidades) e as práticas (ginástica e atividades físicas em geral), ambas visando o auxilio ao próximo e o amor pelo Brasil. Para comemorar a proclamação da República foi organizada a seguinte programação pelos escoteiros na Vila Maria Zélia:

> *"Às 8 horas – Missa pelo Brasil, na qual comungarão os escoteiros católicos e as crianças do Grupo Escolar; benção do pavilhão nacional e entrega ao pelotão; hasteamento da bandeira, sendo cantado o Hino Nacional em coro; passeata cívica e preleções patrióticas.*
>
> *Às 19 e meia horas: sessão solene presidida pelo Dr. José Carlos de Macedo Soares, presidente da A. B. E.; conferência pelo Dr. Papaterra Limongi; compromisso pelos escoteiros, aos quais serão impostos os respectivos chapéus; discurso pelo orador oficial o prof. Átila Mendes e do escoteiro*

[162] **Álbum Vila Scarpa** - 1926

*Joaquim Alves. Na segunda parte será desenvolvida uma série de ginástica ritmada, pirâmide humana e bailado ginásticos.*

*A comissão Salesiana, além dos festivais, percorrerá a cidade em desfile, e no complementar o dr. José Carlos de Macedo Soares, presidente da A. B. E., e autoridades.*

*A de Sant'Anna desfilará no populoso bairro, logo após das cerimônias."*[163]

A festa em homenagem a São José, o santo padroeiro dos operários e da própria Vila, comemorado no dia 19 de Março, era muitíssimo importante, começando sempre no dia anterior. Destacamos abaixo a programação:

*"(...) Festa de São José – A festa do Santo patrono Centro – São José será celebrado do seguinte modo:*

*Domingo, 18 do corrente – Na capela da Vila Scarpa – Às 7 e meia horas, o revmo. congo Benedito Marcos de Freitas, assistente eclesiástico do Centro, celebrara missa e distribuirá a comunhão aos sócios e sócias devidamente preparados, os quais deverão trazer os seus distintivos.*

*Segunda-feira, dia 19 – Na Sede social, rua Sayão Lobato 9, às 9 horas da noite, haverá benção e entronizarão de belos quadros do Coração de Jesus e Coração de Maria."* [164].

---

[163] **Jornal do Commercio** – 14/11/1923.
[164] **Jornal do Commercio** - 13/03/1928

**Figura nº 13 Foto de uma das Festas religiosas da Vila Maria Zélia – 1919.**
**Fonte Sr. Raul – morador da Vila.**

Um grande evento entre as festas religiosas comemoradas na capela da Juta era a celebração do **Mês de Maria,** comemorada com muita pompa e separando cada dia de festejo por categorias de profissionais, mostrando bem a divisão de classes, conforme destacava o *Jornal do Commercio***:**

> *"**Dias 7,** ao gerente e auxiliares do armazém; **8,** aos cantores e figuras da orquestra**; 9,** aos fiadores e aos tecelões; **10,** aos oficiais do escritório e do almoxarifado**; 11**, aos mestres e contramestres; **12,** aos diretores das diversas*
> *seções; **13**, aos escoteiros; **14,** ao Juta Belém Clube; 15, aos marceneiros e carpinteiros; **16,** aos funileiros, metalúrgicos e vidraceiros; **17,** aos eletricistas**; 18**, ao Grêmio Maria Zélia**; 19,** à linha de tiro e banda de música**; 20**, às diretores e auxiliares da creche e jardim da infância; **21,** às crianças**; 22,** aos vicentinos; **23,** ao apostolado da oração; **24**, aos solteiros; **25,** às solteiras; **26,** aos corpos médico, farmacêutico, odontológico e seus*

> *auxiliares;* ***27****, à D. Carola Frias e D. Augusta R. Dantas e família;* ***28****, ao dr. Belisário e exma. família;* ***29,*** *ao dr. Torres e exma. família;* ***30,*** *à diretoria, às professoras e auxiliares das escolas****; 31****, ao dr. Street, Da. Zélia e exma. família.* ***Dia 4*** *de junho – festa do encerramento do mês mariano, dedicado a exma. Sra. D. Luiza Street. Horário das missas – aos domingos e dias santos – primeira missa, ás 7,30 horas – segunda missa, às 9 horas – terceira missa, às 10 horas."*[165]

Essa programação religiosa foi publicada durante todos os dias do mês de maio, sendo a cada dia excluídas as datas já decorridas, mostrando assim a importância dos assuntos religiosos e do destaque dado aos acontecimentos da Vila Maria Zélia pelo jornal citado. Em quase toda a programação religiosa tinhamos o caráter festivo que procurava envolver a toda a comunidade, proporcionando o lazer sadio.

Um acontecimento vivido e rememorado por D. Cinta com muita alegria era a festa da Semana Santa - em que descrevia a beleza e a tristeza da procissão, com todos os seus ritos. Havia um esquema especial nesses dias, com confissões, jejum, orações, decoração especial, peças de teatro. Na festa de Ascensão do Senhor Morto sua irmã viveu o papel de Verônica. Descrevemos abaixo o calendário para as festividades da Semana Santa realizadas na capela São José -

> "(...) Capela de São José – Vila Maria Zélia – Exercício da Semana Santa.
> *Horário – Amanhã, domingo de ramos - às 7 ½ horas, missa de comunhão pelo revmo. capelão; às 8 ½ horas, canto da paixão e missa cantada pelo revmo. p. Manoel de Macedo; às 14 horas, abertura do retiro pascoal, pregado pelo revmo. p. Manoel*

[165] **Jornal Do Commercio** - 07/05/1922

*Macedo; às 19 horas, terço, meditação do retiro, beijo do crucifixo.*

*Segunda-feira-5 horas, orações da manhã, meditação do retiro, missa; às 10 horas, prática do retiro; às 12 horas, "Ângelus", exame da consciência; às 15 horas, prática do retiro; às 19 horas, terço, meditação do retiro, beijo do crucifixo.*

*Terça-feira (horário do retiro como na segunda-feira)*

*Quarta-feira – às 5 horas, oração da manhã, meditação do retiro, missa; às 10 horas, encerramento do retiro, confissões à tarde; às 18 horas, ofício de trevas, canto das profecias e do "miserere", confissões.*

*Quinta-feira Santa – às 8 horas, missa solene com comunhão geral pelo revmo. capelão cônego João de Barros Uchoa, sermão da eucaristia pelo revmo p. Manoel Macedo, procissão do Santíssimo Sacramento, guarda de honra ao sepulcro (de noite); às 5 ½ horas, o lavapés, sermão do mandato por um revmo. padre redentorista, ofício de trevas (como na quarta-feira).*

*Sexta-feira da Paixão – às 8 ½ horas, missa dos presantificados pelo cônego João de B. Uchoa, canto da paixão, sermão do "passio" pelo revmo. p. Manoel Macedo, adoração da S. Cruz; às 14 horas, via sacra, sermão das sete palavras pelo revmo. padre redentorista; às 18 horas, ofício de trevas (como na quarta-feira), procissão do enterro com o sermão pelo revmo. p. Eleodoro Pires.*

> *Sábado de Aleluia – às 18 horas, benção do fogo e da pia batismal pelo revmo. cônego capelão, canto do "exultate" e benção do sírio pascoal, missa de aleluia pelo revmo. cônego João de B. Uchoa; às 18 horas, terço, ladainha, sermão da coroação pelo revmo. p. Manoel Macedo, benção solene como o Santíssimo Sacramento.*
> *Domingo de Páscoa – às 5 horas, procissão da ressurreição, sermão de aleluia pelo revmo p. Manoel Macedo, missa de comunhão geral; às 10 horas, missa solene pelo revmo. p. Manoel Macedo, sermão ao evangelho pelo revmo. p. João B. Uchôa; às 18 horas, terço, ladainha,* [166] *conferência pelo revmo. p. Manoel Macedo, e benção solene com o Santíssimo Sacramento."*

Não podiam faltar na igreja os batizados e a benção da pia batismal foi bastante comemorada. O local futuramente seria palco de inúmeros batizados, onde os padrinhos eram o casal Street :

> *"(...) nomeamos capelão da Companhia Nacional de Tecidos de Juta o reverendíssimo Cônego João de Barros Uchoa".*
> *Dê binação em favor do mesmo. Dê licença de ereção de pia batismal a fim de poder batizar as crianças dos operários residentes na vila da Companhia Nacional de Tecidos de Juta, na Paróquia de São José do Belém, a favor do reverendíssimo cônego capelão."* [167]

---

[166] **Jornal do Commercio** - 08/04/1922
[167] **Jornal do Commercio** 09/02/1922.

Apesar de todo o caráter moralizador da época, Petratti assinala que o casal Street chegou a batizar o filho de uma mãe solteira, contrariando os preceitos morais e religiosos vigentes, que condenavam a maternidade fora do casamento e discriminavam a mulher, indo contra a própria estratégia moralizadora defendida por eles.[168] Além disso, tendo em mente que a igreja era extremamente conservadora e procurava pregar o casamento, não admitindo relações extraconjugais, era estranho o fato de se realizar esse batizado. Na vila existiam uniões não oficializadas e casamentos só no civil, mas eram poucos, pois um dos fatores para morar na vila era ser católico e praticar seus ensinamentos. Muito criticado pela imprensa operária era o costume dos padres de não permitirem casais conversando pela vila, pregando que tal liberdade devia resultar logo em casamento. Em contrapartida, a organização clerical procurava trazer os operários para o seu convívio e, para isso, não poupava esforços: quermesses, festas, etc.

## 2.4 – Como se vivia na Vila Maria Zélia

A creche vinha complementar o discurso higienista de que o individuo era responsável pela transmissão das doenças. Portanto, um local saudável e higiênico livrava-o de doenças. Nesta ensinava-se às mães como cuidar dos filhos, para que estes tivessem hábitos saudáveis, e a importância do aleitamento. Vejamos o que diz Auxiliadora Decca " Apesar de todo o empenho, eram poucas as mães que tinham o hábito de levar seus filhos à creche, por não quererem gastar energia andando até ela. "[169] Toda essa preocupação em torno da higiene estava centrada na questão de filhos saudáveis, operários saudáveis e boa produção. Era necessário diminuir urgentemente o alto índice de mortalidade infantil, tornando-se uma questão bastante exigida das mães na Vila.

---

[168] **TEIXEIRA**, Palmira Petratti, op.cit. p. 95.
[169] **DECCA,** Maria Auxiliadora Guzzo . ***A vida fora das fábricas***. op.cit. p.83.

Em 1927 foi realizada uma exposição sobre as causas da mortalidade infantil e sobre os cuidados com o recém nascido, colocando a importância da saúde da mulher grávida e da mulher em geral. [170] O Serviço de Higiene Infantil e Pré Natal e os centros de saúde eram os únicos a dispensar atenção à proteção da criança e à mulher operária gestante. Até meados de 1926, [171] a Vila Maria Zélia oferecia esses serviços, mas depois foi paralisado. Provavelmente, deixou de existir após a venda da vila para o Grupo Scarpa.

Uma das grandes preocupações dos "tempos modernos" era com a falta de higiene que, segundo o discurso médico, era responsável pela mortalidade infantil elevada. Cabia à mãe-esposa zelar pela família e suas condições de vida. O discurso médico considerava de extrema importância investir em campanhas, como o aleitamento materno, principalmente entre as famílias pobres, a fim de educar essas famílias no aspecto físico, higiênico e moral. As vilas operárias eram consideradas o ideal. Através do controle de um espaço fechado higienizador, podiam difundir os cuidados sanitários, de higiene e nutrição que as mães deveriam ter no lar, para si e para com suas crianças. Dessa forma, a maternidade deixava de ser uma experiência exclusivamente feminina, transmitida entre mulheres, para transformar-se em um saber que emergia de um discurso profissional da medicina, na verdade, um discurso masculino sobre as mulheres. Vemos um exemplo desse discurso nos depoimentos de Dona Cinta sobre aspectos da creche na Vila Maria Zélia:

> *"(...) As mulheres que tinham filhos, podiam sair da fábrica e ir até a creche para dar de mamar, davam de mamar às 9 horas da manhã e às três horas da tarde, mas antes tinha que lavar as mãos e limpar os seios, para depois dar de mamar. Quando iam embora levavam para casa a mamadeira para dar a noite e as roupinhas das crianças que eram*

---

[170] **QUINTANILHA**, Ivo Lindenberg**.** ***Higiene Pré-Natal***. São Paulo, Irmãos Ferraz, 1927.op.cit.p.1-46 apud **DECCA**, Maria Auxiliadora Guzzo de . ***A vida fora das fábricas***. op.cit. p. 83

[171] **Idem** p. 60-82. A creche da Vila Maria Zélia contava com toda infra-estrutura necessária.

*lavadas. Era tudo uma beleza, que ela fazia por nós (D.Zélia). Era tudo de graça. Patrão igual a ele nunca mais nos teve."* [172]

Percebemos que na preocupação com a higiene das crianças estava embutida a educação higiênica dos pais, pois, modificando a forma de educar as crianças, transformavam seus próprios hábitos.[173]

A higiene estava presente na vila e na fábrica através de algumas normas disciplinares como: as casas deveriam ser todas pintadas iguais, não dormir na sala, concurso para eleger o jardim mais bonito, limpeza das máquinas, lavagem das casas uma vez por semana [174]. Percebemos que através das normas de higiene procurava-se introduzir nos operários os valores da cultura burguesa da época.

Conforme relato de D. Cinta, existia na vila um consultório e farmácia que atendia aos moradores e operários, tudo gratuitamente:

*"(...) Eu me lembro que nos tava brincando lá (recreio) e levei um escorregão e cai. Escorreguei e bati essa parte aqui (cabeça), até hoje parece que eu escuto fazer pum. Aquela batida no cano sabe né. Tiveram que me levar aí na farmácia tinha o médico e aquele que faz curativo. Tiveram que encher a cabeça, ensopar a cabeça com éter e amarrar toda aquela faixa né. Depois de dois ou três dias eu tava bem já. Tinha tudo aqui. médico, remédio, tudo."*[175]

Em 1918 abateu-se sobre o mundo e o Brasil uma forte epidemia conhecida como gripe espanhola, que provocou conseqüências desastrosas por onde

---

[172] **Depoimento** D. Cinta Ramos Amantea (entrevista realizada entre 1999-2001)
[173] **TEIXEIRA**, Palmira Petratti. op. cit. p.82.
[174] **Depoimento** D. Cinta Ramos Amantea
[175] **idem**

passou, matando milhares de pessoas. O serviço sanitário agiu para evitar a propagação dessa moléstia, mas ela era mais rápida que qualquer ação. Em nome dessa higienização, esta prevenção invadia as casas, desinfetando os locais contaminados, proibindo visitas aos doentes e até o acompanhamento aos enterros. A capital paulista vivia um terror e, em meio disso, todos deviam ajudar para a combater. O Dr. Arthur Neiva fez aos industriais o seguinte pedido:

> *" (...) As fabricas e officinas*
> *Sr. Gerente*
> *Tendo, surgido na capital a gripe espanhola, venho, contando com o indispensável concurso de v.e. na defesa da saúde publica, solicitar-lhe providências para que seja systematica e diariamente notificados pelo telefone nª 1092 cidade, casos da moléstia que ocorrem entre operários desse estabelecimento. (...)"* [176]

O Sr. Jorge Street enviou uma carta resposta ao Sr. Neiva, comunicando que já havia se antecipado a isso, inclusive tomando algumas medidas preventivas:

> *"(...).as escolas freqüentadas por cerca de 300 alunos foram fechadas;*
> *. foram distribuídas a todos os operários cerca de 3000 latinhas com vaselina mentolada e aconselhadas as medidas preventivas necessárias."*[177]

---

[176] Comunicado da Directoria geral do serviço Sanitário. Fonte a Nação, nº 122. SP, 19 out., 1918, ano IV, p.3 apud **BERTUCCI**, Liane Maria**.** *Influenza, A medicina enferma: ciência e praticas de cura na época da gripe espanhola em São Paulo***.** Campinas, SP: editora da Unicamp, 2004. p.104.
[177] **JORNAL DO COMMERCIO** 27/10/1918.

Essas medidas visavam evitar a propagação da influenza espanhola. Além dessas, foram colocados à disposição dos funcionários um posto médico em cada uma das fábricas, sendo a temperatura, o principal critério para constatar a moléstia. De outro lado, foram também aviadas receitas para os doentes, se necessário, tudo isso sem custo para o operário.

O Sr. Street comunicava ainda que isso não era mais que sua obrigação e só não o havia informado dos dados sobre os operários doentes, porque não queria fazer propaganda sobre sua ação durante a crise.[178]

A gripe espanhola atingiu a todos, mas principalmente os bairros operários, onde as condições das habitações facilitavam o contágio e o Belenzinho, como podemos ver, não ficou de fora. Nas fábricas Sant'Anna e Maria Zélia, ambas pertencentes à Companhia Nacional de Tecidos de Juta, não temos confirmado o numero de mortos, mas o registro de alguns casos de doentes: *"que no dia 27/10/1918 constavam de: 663 doentes, sendo: da Fabrica Sant'Anna 566, assim distribuídos, no dia 21 tivemos 55; no dia 22 tivemos 57; no dia 23 -85; no dia 24-111; no dia 25: 139 e no dia 26 -137, e da fábrica Maria Zélia, 77."*[179]

Por mais que se tentasse controlar, as mortes eram inevitáveis. Não houve lar que não tivesse sido atingido e até casos de doentes enterrados vivos, como foi o caso de um pedreiro italiano no Bom Retiro. [180]Faltavam remédios, comida e até leitos nos hospitais. Havia também o famoso "chá da meia noite", uma espécie de beberagem que era dada aos doentes que não tinham cura para desocupar o leito para outros. Segundo contavam, ocorrência freqüente no posto montado na Hospedaria dos Imigrantes. [181]

O médico Ivomar Gomes Duarte relatou que "sua mãe, residente no Belenzinho, à rua Conselheiro Cotegipe, que na época da gripe espanhola tinha 13 anos, vivenciou a morte de todos os membros de uma mesma família devido à influenza. De repente, não se ouviam mais barulhos na casa.

---

[178] **Idem**
[179] **idem**
[180] **PENTEADO**, Jacob. *Belenzinho 1910*. op. cit. p. 258
[181] **Idem.** p. 261

Passados alguns dias, vieram os agentes do Serviço Sanitário recolher os corpos, embrulhando-os em lençóis e empilhando-os numa carroça. Depois, veio outra carroça do Serviço de Desinfecção, recolheram como lixo alguns pertences e borrifaram alguma substância desinfetante. Por fim, pregaram várias tábuas lacrando portas e janelas da residência." [182]

Destacamos esse poema de Miguel Pereira sobre a Influenza e a situação de São Paulo nessa época :

*"Baratear a vida, eis a primeira*
*Medida , que o governo já propuz...*
*Obrigar-se a lavar-se a quem não queira,*
*No Brás, no Cambuci, na Lapa e luz!...*

*Da fome a gripe, é filha da sujeira,*
*Transmite-se no escarro e pelo pus...*
*Evitar dar a mão! Desta maneira*
*É que o mal se propaga e reproduz!*

*Alimentando o corpo e bem lavado,*
*A casa varridinha , onde se mora,*
*Juro! Não haverá um só gripado!...*

*Sem isso, todo o povo a perna estica ,*
*E com o pão a cada hora,*
*Salvo São Paulo inteiro sem botica!... "*[183]

O problema da gripe espanhola atingia grandes proporções, começavam a faltar trabalhadores, alimentos, remédios e as pessoas se desesperavam, alguns chegando a praticar o suicídio, pela simples suspeita de

[182] **DUARTE,** Ivomar Gomes. *O Código Sanitário de 1918 e a Gripe Espanhola* - Revista ser médico. edição 26- Jan.Fev.Março 2004 in www.cremesp.org.br./ revista ser medico/ novarevista/corpo.php.
[183] Pão e sabão', **JORNAL DO COMMERCIO**, Nª 361. SP. 08 novembro; 1918, ano III, p. 6

contrair a influenza. Era evidente que os problemas de ordem da saúde atingiam não só os lugares públicos, com o fechamento de escolas, clubes, teatros, parques, mas interferia no privado, nas moradias das pessoas, que tinham suas casas invadidas para desinfecção e até na mudança de hábitos das pessoas, com a proibição de visitar doentes, acompanhar enterros e até cumprimentos, como aperto de mão. Em nome da saúde e da higiene, penetrava-se no cotidiano das pessoas de maneira assustadora.

## 2.5 – A escola na Vila Maria Zélia

A escola era um dos grandes diferenciais da vila. , dividida em escola de meninos e escola de meninas. A preparação dos alunos estava empenhada em educar para a indústria, ser um bom operário, qualificar -se para o trabalho. Nas escolas dos bairros operários também imperavam a divisão de acordo com a idade e o sexo. As matérias ministradas pelas professoras eram comuns a ambos, apenas com algumas variações como bordado, costura e pintura, incluídas nos cursos das meninas. No ensino escolar também existia uma rigidez de horários, a postura na fila, a disciplina em sala de aula. Caso contrário, as crianças eram severamente castigadas por suas mestras. Como coloca Rago :

> *"(...) Ela deve aprender a respeitar, isto é a temer, a submeter-se aos superiores hierárquicos, aos horários, aos regulamentos, as instruções, responder devidamente aos estímulos, na instituição escolar ou no processo do trabalho.(...)"*[184]

[184] **RAGO,** Margareth op.cit. p. 153.

Com relação à educação dessas crianças na vila, existiam os prédios destinados à creche[185], ao jardim da infância e ao curso primário, sendo os alunos agrupados em três períodos: de manhã, estudavam os meninos, em quatro salas do prédio destinado à escola de meninos; à tarde, estudavam as meninas, também em quatro salas do prédio destinado à escola das meninas; à noite, estudavam rapazes e moças que trabalhavam na fábrica durante o dia, porém, conforme o costume, em salas separadas.

As aulas no jardim da infância eram dadas para os meninos e meninas, filhos de operários da fábrica, entre a idade de quatro a sete anos. Os pequenos aprendiam as noções de escrever e ler, a doutrina cristã através de histórias e quadros, normalmente dados por um capelão, aprendendo com a professora que, nos primeiros tempos, era uma irmã, os hinos religiosos em homenagem a São José e Maria Santíssima.

**Figura nº 14 - Recreio das crianças do Jardim da Infância. Vila Maria Zélia 1919 - Fonte Arquivo Edgar Leunroth – Unicamp.**

Apesar do oferecimento de educação, nem todos chegavam a concluir o curso primário, pois grande parte o abandonava após os dois primeiros

[185] A creche possuía seis salas com 15 leitos cada um, onde cada dormitório possuía dois banheiros, com água quente e fria, armário com várias repartições adequadas para o recebimento das roupas das crianças. cada dormitório tinha duas moças para atender as crianças apud **Teixeira**, Palmira P. **op.cit.** p.81.

anos, seja pela necessidade de trabalhar em período integral ou devido ao cansaço para estudar à noite.

O material necessário para o funcionamento da escola , como cadernos e uniforme escolar, além da contratação de professoras e manutenção da estrutura escolar, era fornecido por D. Zélia Street . Os alunos normalmente moravam na vila, mas alguns vinham de bairros próximos, sendo transportados por uma jardineira pertencente à Companhia Nacional de Tecidos de Juta.

As crianças para irem à escola deveriam ter o uniforme que, para as meninas, era vestido branco, com laços de fita no cabelo; os meninos iam com calça de brim ou short, camisa branca e gravata com listras de acordo com a série freqüentada.

D. Cinta nos contou que não gostava muito de estudar, mas lembrava com saudade alguns momentos**:**

> ***"O material escolar****: " Cada aluno tinha a caixinha com as suas coisinhas (tinta para escrever)**...**etc.* ***O Recreio*** *" a gente cantava, brincava de roda, de correr, uma vez eu cai e desmaiei e fui parar na enfermaria, fiquei tonta sabe, chamaram minha mãe e ela veio eu era danada gostava de correr , mas nunca fiquei de castigo."* [186]

[186] **Depoimento** D.Cinta Ramos Amantea

**Figura nº. 15 - uma das salas da Escola dos Meninos – Vila Maria Zélia - Fonte própria (2002)**

Nos mostrou, além disso, que como toda criança era um tanto traquina, mas não exagerava, pois temia o castigo e o caráter disciplinador.

Entre as matérias ministradas, havia aulas de religião, canto em louvor aos benfeitores e hinos nacionais. As aulas, em seu início, e até meados dos anos 20, eram ministradas pelas Irmãzinhas da Imaculada Conceição, contratadas por D. Zélia, mas quando a vila foi vendida aos Scarpa, passou a ter professores da rede estadual no seu corpo docente e, por volta da década de 40, deixou de funcionar devido ao surgimento do SESI na região. Esses dados foram fornecidos por um álbum sobre a Vila Scarpa, bem como pela entrevista realizada com a Sra. Cinta Ramos Amantea, como vimos, funcionária da fábrica, estudante da escola e moradora da vila por cerca de oitenta anos.

O número de escolas nesse período era pequeno e não atendia a todas as crianças. Além disso, muitas crianças, devido à necessidade de ter que trabalhar longas jornadas, faziam horas extras para contribuírem com o sustento da casa que era primordial , deixando a escola antes da conclusão do curso primário. Dona Cinta nos conta que estudou até a 2ª série. Outros fatores que afastavam as crianças da escola eram: os castigos, no caso de crianças mais rebeldes; as

reprovações, que desmotivavam o prosseguimento dos estudos e, em situações mais sérias, o jubilamento da criança.

Nas escolas eram ministradas matérias básicas como: linguagem, aritmética, geografia e história do Brasil e também existiam cânticos em homenagem aos mitos nacionais, aos santos padroeiros, etc.

Algumas escolas ministravam o catecismo durante as aulas do curso normal, com dispensa aos alunos não católicos, o que muitas vezes provocava um isolamento desses no momento dessas aulas, por não terem outra atividade para fazer.

Nas escolas encontramos os registros das festas cívicas, como culto à bandeira, realizadas nelas própria.

No natal, o Sr. Street costumava distribuir presentes às crianças, filhos dos operários, que trazia de sua visita à Europa durante os meses de setembro e outubro.[187] A festa do Natal era ansiosamente aguardada por todas as crianças, pois havia distribuição de brinquedos aos alunos do jardim da infância e grupo escolar da Vila Maria Zélia, conforme noticiava o *Jornal do Commercio* :

> *"(...)JARDIM DE INFÂNCIA DE MARIA ZÉLIA – No jardim de infância e no grupo escolar da Vila Maria Zélia realiza-se hoje, às 15 horas, a festa do Natal e distribuição de brinquedos aos seus alunos."* [188]

As crianças tinham o maior carinho e respeito pelo casal Street e aguardavam ansiosos esses momentos, pelo fato de seus pais não poderem comprar presentes, pois na maioria das vezes, o orçamento familiar supria apenas o básico para a sobrevivência.

O ensino das crianças estendia-se da 1ª à 4ª série. Quando concluíam era necessário fazer um exame e, se fossem aprovadas, obteriam o diploma. Nessa ocasião, acontecia uma festa para a entrega dos diplomas aos alunos

---

[187] **Depoimento** D.Cinta Ramos Amantea( entrevista realizada entre 1999-2001)
[188] **Jornal do Commercio** 27/12/1924

aprovados, que obedecia a um programa, como podemos perceber em relação ao ano de 1923:

> *"1ª parte – Discurso ao Sr. Jorge Street – "Aurora Prata", orquestra – número de Jardim de Infância – orquestra.*
> *2ª parte – Distribuição de diplomas e prêmios aos alunos e alunas que terminaram o curso primário – saudação à exma. Sra. D. Zélia pela diplomada Natália Cornelli – poesia à D. Zélia pela interessante Zuli – orquestra.*
> *3ª parte – "A missão da educadora", arranjo dedicado às mestras – "Férias", lindo coro – "A Lavadeira", cançoneta – "Preço da Passagem", cançoneta – "Bamo Maroca", dueto – "Fernando...", dueto – "Preço da Passagem", cançonete – orquestra – "A Questão do Bigode", cançoneta – "Ao Mar, Ao Mar", interessante coro – "Alunos Noturnos", "Viola Afamada", "Meu Noivo", "... O Caixeirinho", cançonetas – "Hino Brasileiro", cantado – ao piano tocou a exma. sra. D. Hercília Bastos, diretora do Grupo e dirigiu a orquestra o Maestro Barnabé."* [189].

O referido evento contou com a presença dos diretores da fábrica, a família Street e do padre Cônego João de Barros Uchôa, e como acontecia em outros eventos, houve homenagem aos " benfeitores" da vila, onde a Sra. Zélia recebeu uma linda cesta de flores e palavras de agradecimento, acontecendo logo após a distribuição de prêmios aos alunos que mais se destacaram nos estudos.

Apesar de não ser um evento religioso, toda comemoração na vila contava com uma missa de benção e agradecimento.

---

[189] **Jornal do Commercio** - 09/01/1923

A educação do proletariado no geral consistia no curso primário, sendo o ensino secundário, assim como os estágios superiores da educação , privilégios da elite. Nas escolas destinadas aos operários procurava–se prepará-los para o trabalho, [190]adequando-os às necessidades da indústria, e para se tornar um cidadão honesto e respeitado.

No encerramento do ano letivo, em 1923, ocorreram uma série de eventos relacionados com os alunos do grupo escolar e jardim da infância, conforme noticiado pelo *Jornal do Commercio* :

> *"GRUPO ESCOLAR MARIA ZÉLIA – Inauguram-se amanhã, domingo, respectivamente, as exposições de trabalhos dos alunos do Grupo Maria Zélia e do jardim da infância anexo.*
> *Amanhã realizar-se também, às 13 horas, uma homenagem do jardim da infância ao sr. arcebispo metropolitano; e domingo, às 19 e meia horas, o encerramento das aulas do Grupo.*
> *Damos abaixo o programa destas festividade Às 15 horas, do dia 15, no jardim d infância :.Singela homenagem das crianças do jardim de infância aos seus beneméritos benfeitores.*
> *Hino à Bandeira, canto geral – Saudação, por Carmem de Souza – "O Galinho", canto por um grupo de meninas – "O Velhoquete", diálogo por Alcina Ferreira e José Rodrigues – Homenagem ao exmo. sr. arcebispo: bailado das flores, por um grupo de meninas; "A cestinha de flores", oferta das crianças do jardim de infância, por Julia de Los*

[190] **DECCA**, M.A.Guzzo. op.cit. p..95

*Santos e Heloisa Bernardino – "Entre Flores", diálogo por Alcina Ferreira e Carmem de Souza – "O Soldadinho", canto por um grupo de meninos – Hino Nacional, canto final.*
*Às 19 e meia horas, do dia 16, no Grupo Escolar.*
*Saudação, por Aurora Prata – Entrega de diplomas às crianças que terminaram o curso primário – "Lágrimas e Risos", por um grupo de crianças – Distribuição de prêmios – "Antes de uma Representação", por Joaquim Alves – "Uns donos-de-casa respeitáveis", Aurora Prata, Virginia Cornelli, Thereza Braga, Joaquim Alves e Geraldo Torgnarelli (comédia) – Cântico Saudação, por Thereza Braga e "A Tempestade", Por Luiz Cordeiro Uchôa.*
*"A Melindrosa", por Thereza Braga – "Francês sueco", Silvia Vicente e Virginia Cornelli – "O Funileiro", Aurora Prata – "O Fox-trot", Thereza Braga – "A Pátria", pelos escoteiros – "Abaixo a Palmatória" (comédia), por Aurora – Prata, Joaquim Alves e Virginia Cornelli – Hino Nacional, cântico final."* [191]

A educação era uma prioridade na visão de Street , pois evitava que a criança tivesse contato com maus hábitos e se tornasse um indivíduo não bem quisto na sociedade ou mesmo um marginal. Por isso deveria freqüentar a escola e aprender uma profissão ou, em suas palavras:

*"(...) a grande preocupação é a criança que necessita amparo seguro, desde que nasce até que, passada a idade de aprendizagem escolar ou profissional, entre para a vida prática do trabalho.*

[191] **Jornal do Commercio** 14/12/1923

> *É esse um dos principais problemas da assistência social, pois a criança abandonada e desamparada constitui o grande perigo de se transformar em breve em criança delinqüente. (...)"*[192]

Apesar de toda a preocupação com a criança, Street não dispensava seu trabalho, que começava muito cedo. Citamos abaixo o exemplo de D. Cinta que começou a trabalhar na fábrica aos 10 anos, passando a estudar à noite. D. Cinta nos contou que começou a trabalhar aos dez anos na fábrica, recolhendo a linha das máquinas e varrendo entre elas. O início de seu trabalho ocorreu pela necessidade do dinheiro para a família e a necessidade de uma casa maior, pois conforme o número de trabalhadores da família na fábrica era o tamanho da residência que podiam ter na vila." [193]

Temos aqui também uma dupla conveniência em relação ao trabalho infanto – juvenil: para os pais, pois a criança começando a trabalhar contribuía para o sustento do lar e, por outro lado, sendo mão de obra não qualificada receberia salário menor, representando economia para o patrão.

No caso da Companhia Nacional de Tecidos de Juta o trabalho da criança era muito utilizado e muitas vezes permitia que a família tivesse uma casa maior na vila, pois, de acordo com o número de trabalhadores da mesma família era determinado o tamanho da residência a que tinha direito. Tratava-se, sem dúvida, de estratégia com o intuito de conseguir trabalhadores para a indústria.

É evidente a exploração do trabalho infantil, na Companhia Nacional de Tecidos de Juta, como ocorria entre outras fábricas no próprio Belenzinho.

---

[192] **TEIXEIRA**, Petratti, Palmira . op. cit. p. 81
[193] **Depoimento** Cinta Ramos Amantea.(entrevista realizada entre 1999-2001)

## 2.6 – O lazer na Vila Maria Zélia

Os operários não tinham muito acesso ao lazer nessa época, por serem poucos e caros, sendo os principais tipos de lazer o cinema e o futebol. Os trabalhadores da Vila Maria Zélia eram de certa forma privilegiados, pois tinham o lazer na própria vila, como o futebol, as peças de teatro, a banda de música , as festas religiosas e populares.

O aparente acesso ao lazer de forma fácil tinha o seu preço, pois ele era controlado pelo empresário, temendo os desvios da moral, a participação em sindicatos E agremiações que fossem contrárias aos seus interesses. O tempo de lazer era pouco, pois tinham uma longa jornada de trabalho.

Normalmente o lazer do operário era praticado com as pessoas com as quais tinham contato, como, por exemplo, os companheiros de trabalho, os moradores do bairro e se reuniam para jogar futebol, para dançar, etc. Através de relatos do memorialista Jacob Penteado, podemos perceber como era o lazer no bairro operário do Belenzinho na década de 20:

> *"(...) As diversões da população agora eram : cinema,futebol,baile e teatro de amadores (...)*
>
> *Em 1921, eram numerosas as sociedades recreativas, no Brás e no Belenzinho. Como primeiras desses bairros, havia as tradicionais"Gil Vicente" e Almeida Garret", além de "Tosca", "Cervantes" e da federação Espanhola e outras de menor importância. No velho marco da meia légua dançava – se também nos clubes de futebol."* [194]

[194] **PENTEADO**, Jacob. **Memórias de um postalista** . São Paulo, Martins, 1970. p. 46/47.

Exemplo disso, na Vila Maria Zélia havia o clube de futebol Juta Belém, que participou do Campeonato Municipal da Associação Paulista de Esportes Atléticos, tendo um desempenho razoável. Participou também de outros eventos esportivos, alguns até fora da cidade, como do ato beneficente em auxilio ao Hospital de São José no município de São Vicente.

> *"Grande festival esportivo beneficente – Taça Dr. Almerindo Meier Gonçalves – Realiza-se domingo, no campo do C.A. Ipiranga (na Água Branca), o grande torneio eliminatório em disputa da rica taça dr. Almerindo Meier Gonçalves, gentilmente oferecido pelo sr. Del'Acquila. Ao clube que ficar em segundo lugar será conferido o belo bronze Del'Acquila.*
> *Parte do produto deste festival será em benefício do Hospital de São José, do município de São Vicente.*
> *Ordem do jogo:*
> *1º jogo – às 13 horas – Roma F. C. contra Rio Branco F. C.*
> *2º jogo – às 13:40 – Extra J. Belém contra A. A. Polignano Amare*[195]
> *3º jogo – às 14:20 – A. A. Bela Vista contra A. A. Lacta*
> *4º jogo – às 15 horas – Extra Castelões contra C. A. Ponte Grande*
> *- às 15:40 horas – vencedor do 1º jogo contra vencedor do 2º jogo*
> *- às 16:20 – vencedor do 3º jogo contra vencedor do 4º jogo*
> *- às 17 horas – vencedor do 5º jogo contra vencedor do 6º jogo"*

[195] **Jornal do Commercio** 06/04/1923

O futebol era praticado pelos operários e em grande parte em times ligados às fábricas como, por exemplo, o próprio Juta Belém,entre outros. Abaixo destacamos um jogo do Juta Belém noticiado pelo *Jornal do Commercio* :

> *"Central do Brasil F. C. contra Extra Juta Belém F. C. – Medirão forças amanhã as respeitadas agremiações em disputa de duas importantíssimas partidas de futebol.*
> *O diretor centralista pede a presença dos jogadores no campo da Vila Maria Zélia."* [196]

Esses jogos de futebol, realizados na Vila Maria Zélia, constituíam uma forma de lazer da qual a comunidade podia participar, conforme destaca Petratti :

> *"(...) Tinha arquibancada dos dois lados, das moças e dos moços. Dos torcedores, né ? Porque tinha torcedoras. A banda de música todo domingo tocava no campo. Lá no campo da tarde. "*[197]

A disciplina ocorria até no jogo de futebol, e este era um de seus objetivos. Vejamos o que noticiava o *Jornal do Commercio* :

> *"É hoje que será iniciado o interessante campeonato extra dos nossos clubes suburbanos promovido pela A.P.E.A..*
> *O entusiasmo reinante por este certamente, onde participam primeiros e segundos quadros, é dos maiores e, com esta acertada decisão da velha*

---

[196] **Jornal do Commercio 09/12/1922**.

[197] **Depoimento** de Edwiges Pietrobom Giovanelli apud **TEIXEIRA**, Palmira Petratti, op.cit. p. 90

*associação, ficou satisfeita a aspiração destes clubes, que há longos anos vem prestando relevante serviço em prol do exercício físico.*

*As partidas marcadas para hoje, todas elas são prometedoras de brilhantismo, porquanto em manifesto equilíbrio de forças. Agora, para que o interessante campeonato transcorra com verdadeiro brilho, é de esperar que todos os clubes concorrentes se mantenham em campo com a máxima, com a máxima disciplina, dando mostras que praticam o esporte como se deve.*

*(...)*

*A.A. Guanabara contra A.A. Scarpa*

*Campo da A.A. Scarpa*

*Juiz dos 1º quadros: Lourenço Minervino*

*Juiz dos 2º quadros: José DelGrande*

*Representante: Erothydes Luz . rapazes da Guanabara, de Vila Mariana, vão fazer força para vencer os Scarpa em seu próprio gramado, e, dada a igualdade, não se poderá vaticinar a qual dos bandos caberá a vitória."* [198]

Mesmo nos campos do Juta Belém havia confusões e brigas como nos demais campos, fugindo por pequenos instantes do controle das autoridades da Vila.

Apesar de todo o lazer estar disponível dentro da Vila, as associações operárias também ofereciam aos trabalhadores apresentações de peças teatrais, que eram encenadas principalmente por anarquistas italianos, espanhóis, portugueses, entre outros. Todas as peças encenadas tinham o caráter critico em relação à situação vivenciada pelos operários como: *A Greve de Inquilinos (Neno*

[198] **Jornal do Commercio** 16/06/1926.

*Vasco), O Infanticídio (Mota Assunção).* O governo e a polícia não viam com bons olhos a realização dos espetáculos organizados pelos anarquistas e, numa destas apresentações, foram verificar o que acontecia, o que acabou gerando muita confusão. Vejamos o que relata o jornal *O Amigo do povo* **:**

> *"(...) Sábado, dia 17 do corrente, realizava-se no cassino Penteado um espetáculo em favor da propaganda pelo opúsculo em português. Ouvia-se atenta e pacificamente o PRIMO Maggio de Gori, quando os mantenedores da ordem burguesa vieram perturbar o sossego. Disseram-lhes que o espetáculo era particular Os homenzinhos teimavam em entrar e, como houvesse protestos, irromperam furiosamente, chamaram tropas – até cavalaria! -, assustando mulheres e crianças, revistaram os espectadores, declararam suspenso o espetáculo, prenderam três camaradas: Torti, Marconi, Cerchiai (...)"*[199]

O poder público e as autoridades não viam com bons olhos esses espetáculos, pois tinham como objetivo conscientizar a população sobre a exploração a que era submetida pelos patrões e sobre a vida precária que levavam, tentando fazer com que lutassem contra essa situação. Por sua vez, o poder público tentava, sempre que possível, proibir sua realização.

As crianças, por sua vez, na ausência de brinquedos, procuravam brincadeiras que envolviam a prática de habilidades físicas como: correr, nadar, pular, cantar. Dona Cinta nos contou que adorava contar histórias de medo e brincar de roda. Entre as cantigas, lembrava com saudade de :

---

[199] **O Amigo do Povo**, 21/6/1902, apud M.A. de Lima e M.T.Vargas**, Teatro operário em São Paulo**, in A.A. Prado, org. Libertários no Brasil, p.163-4 apud **DECCA,** Maria Auxiliadora Guzzo - **Indústria, Trabalho e Cotidiano**.op.cit. p. 68/69 .

*Senhora Dona Sancha*

*Coberta de Ouro* ***e*** *prata*

*Descubra seu rosto*

*Que quero ver a sua cara."*[200]

As brincadeiras de meninos e meninas eram separadas e um morador da vila, Sr. Raul Motta, gostava de pescar no rio Tietê: "A gente podia nadar, pescar, até fazer comida e café, de tão limpa que era a água " [201]. Além dessas brincadeiras, os meninos gostavam de empinar pipas e balões, brincar com carrinhos feitos de rodas de carretel de linha, etc.

Entre as brincadeiras das crianças era muito comum o jogo da amarelinha. Eis um detalhe curioso, contado pelo Sr. Dede ao *Estadão Leste* :

> *"(...) Ele diz que tudo na vila tem significado e história. As calçadas foram feitas com o desenho do jogo da amarelinha para as meninas brincarem. "Só não tem este desenho em volta da Capela de São José, para as crianças não 'arreliarem'", explica. "No prédio frontal da vila, havia uma sorveteria que foi uma das primeiras da cidade. Tinha sorvete de palito e de massa. Funcionou até os anos 60."* [202]

Nas crianças, a disciplina já estava impregnada em suas cabecinhas e temiam desobedecer devido aos castigos. Vejamos o que nos contou D. Cinta:

---

[200] **Depoimento** Cinta Ramos Amantea (entrevista realizada entre 1999-2001)
[201] **Depoimento** Sr. Raul Volpi Motta – in Metro News Leste –SP. 12 a 25 de Março 2000
[202] **O Estadão Leste**- 07/JAN/2005.

> *"Quando davam nove horas tínhamos que entrar, pois senão o Diretor da Vila, (uma espécie de fiscal) chamava as mães e falava ta na hora destas crianças entrarem. Quando me batinha uma fominha eu dizia vamos cada um pra suas casa tomar um.lanchinho e dormir . Não podia brincar meninos e meninas, pois eles tavão bronca".* [203]

Percebemos na fala de D.Cinta, que existia um controle absoluto dos horários e das atividades dos moradores da vila, inclusive na brincadeira das crianças. Ela própria acabava com a brincadeira e mandava as crianças para suas casas, pois sabia que, se o fiscal passasse e as encontrasse brincando, chamaria seus pais e estas poderiam levar broncas e até castigos.

As crianças, apesar da disciplina rígida dos pais, muitas vezes escondido deles, faziam pequenas traquinagens, como roubar frutas nas chácaras vizinhas. [204]

Para os adultos, o momento mais esperado era o baile, onde as moças só poderiam ir acompanhadas de suas mães. Os bailes não tinham só o caráter de encontrar um namorado ou namorada, mas eram o momento de lazer de muitas famílias. Na vila existiam muitas regras de respeito às pessoas, não sendo permitidas danças escandalosas. D. Cinta acompanhava sua mãe ao baile na vila desde criança e levava suas irmãs. Era um baile familiar onde se impunha a moral e evitava-se os desvios de comportamento. A própria entrevistada, Dona Cinta, nos contou que conheceu aquele que viria a ser seu futuro marido nos bailes da vila.

O baile era um lazer permitido nas vilas operárias, mas extremamente vigiado para não permitir desvios de conduta, de moral e conflitos. A própria imprensa anarquista, que tanto condenava as idéias burguesas, condenava o baile, pois podia desviar o trabalhador de sua luta. Apesar disso, encontramos nos anúncios sobre as festas libertárias, a programação de bailes, uma vez que estes tinham a capacidade de atrair as pessoas:

---

[203] **Depoimento** D. Cinta Ramos Amantea.(entrevista realizada entre 1999/2001)
[204] **Depoimento Raul Motta** in Revista da Folha 09/11/2003

*"(...)* ***Grande Festival Pro a Plebe***

*Organizado pelo centro libertário " terra livre" realizar-se a no dia 12 de agosto, às 20 horas, no salão Celso Garcia, sito a rua do Carmo, 23. Este festival obedecerá ao seguinte:*

***Programa***

*I - "A internacional ", pela orquestra:*

*II - Conferência;*

*III - Será levado à cena o belo drama histórico e social, em quatro atos; OS conspiradores;*

*IV- Baile familiar*

*Nos intervalos haverá quermesse e venda de flores."*[205]

Os bailes aconteciam com freqüência em muitos dos eventos da vila e, muitas vezes, nos próprios torneios de futebol, como, por exemplo, no aniversário do Grêmio Esportivo Juta Belém, que foi um grande acontecimento na época, contando com a presença dos cronistas esportivos da cidade:

*"Juta Belém F. C. – No último sábado, o valoroso grêmio esportivo Juta Belém F.C. comemorou, com uma grande festa, nos salões da sua ótima sede social, o 8º aniversário da sua fundação. Por essa ocasião tiveram ensejo de*

[205] **A PLEBE** 22.7. 1922.

*dirigir um gentil convite aos cronistas esportivos da capital para tomarem parte do festival.*

*Compareceram os seguintes cronistas: Leopoldo Sant'Anna, da "A Gazeta"; Izidro Romano, "Vida Moderna"; Teodoro Figueiredo, "Platéa"; Castro Carvalho, "Capital"; Astrogildo Cintra e João Domingues, "Combate"; Salvador Costa e Álvaro de Campos, da "Gazetta"; e Venceslau Arco e Flecha, desta folha.*

*A recepção no esplêndido prédio da sede, que se achava literalmente repleto de sócios e senhorinhas, revestiu-se de encantos. Os jornalistas, seguidos de todos os membros da diretoria, percorreram as dependências amplas e confortáveis, secretaria, salão de leitura, a sala de pingue-pongue, salão de bailes, além de muitos outros apartamentos privativos da administração do Juta Belém F. Clube.*

*Já, então, no claro e vasto salão de danças, inúmeros pares, a orquestra própria da próspera associação, bailavam. Reunida a diretoria no gabinete de leituras dos sócios, foi oferecida aos jornalistas presentes uma farta mesa de doces.*

*O sr. Castro Carvalho, da "Capital", saudou, em nome de seus colegas e da A. C. F., e na pessoa do srs. diretores, os sócios do Juta Belém, levantando sua taça em votos de prosperidade ao valoroso e disciplinado grêmio. Agradeceu pelo Juta o seu orador oficial sr. Tomaso Diniz, com palavras eloqüentes e repassadas de carinho. Falou ainda Álvaro de Campos, da "Gazetta".*

> *Passando-se, após deliciosa palestra, ao salão de danças, à imprensa foram oferecidos inúmeros especiais.*
> *Por essa ocasião, após brilhante oração do sr. Tomaso Diniz, foi oferecida ao veterano do clube, o sr. Manoel Teixeira, bela medalha.*
> *Visitado o campo de jogos e percorrida ligeiramente a vila, retiraram-se agradavelmente impressionados.*
> *- A atual diretoria do Juta Belém é a seguinte: presidente, Francisco Rodrigues; vice, Joaquim Dias; secretários: o primeiro, Antonio P. Monteiro; segundo, vago; primeiro e segundo tesoureiros, Umberto Langi e Patrocínio Rodrigues; diretores esportivos, primeiro e segundo, Francisco Araújo de Carvalho e Cosmo Zanetti; procurador, Manoel Monteiro; e orador, Tomas Diniz."* [206]

O grande objetivo deste tipo de evento era unir toda a comunidade da vila, a fim de mostrar que todos os tipos de lazer oferecidos fora da vila existiam dentro dela e com toda organização, disciplina e dentro da moral, mas, acima de tudo, sem as ideologias que corrompiam o trabalhador. A idéia dos anarquistas de também controlar o lazer do operário e impedir os desvios de moral duvidosa como a bebida, o sexo e os conflitos com a polícia, nada mais era que um meio para mudar a concepção de que todo operário pobre era marginal, vagabundo, promiscuo, etc. e provar que o trabalhador pobre poderia ser honesto, disciplinado e educado.

Para os anarquistas era necessária a construção de um novo modelo de homem e por isso o controle também no lazer, pois queriam introduzir uma nova imagem do operário, contrariando a imagem que a ideologia burguesa construiu sobre ele , como coloca Rago :

---

[206] **Jornal do Commercio** 20/05/1924.

> *"(...) A construção deste modelo normativo de comportamento militante refletiria como num espelho a imagem do trabalhador que, inúmeras vezes, aparece desenhado nas páginas do jornal operário: Jovem, forte, saudável, símbolo do crescimento econômico e do progresso da nação, garantia da possibilidade do novo mundo, contra-imagem da projeção burguesa. A representação imaginária do operário bêbado, fumante, decaído, selvagem e arruaceiro, o trabalhador sóbrio, sério, produtivo; a operária prostituta, debochada, ameaçadora para os casamentos monogâmicos das classes privilegiadas, a trabalhadora, esposa dona de casa-mãe de família, austera e asseada. Aos jovens que levam " uma vida inútil e venenosa", os militantes estudiosos, combativos, enérgicos e higienizados. A imagem de um mundo operário confundido com o submundo da marginalidade e da criminalidade contrapor-se ia o mundo do trabalho e da luta, associado à noção de produtividade e de progresso."* [207]

Para tanto, existiam muitas atividades pertencentes às sociedades recreativas nos bairros operários, mas as diversões eram basicamente as mesmas que aconteciam sob os auspícios dos patrões. O mais popular era o futebol.

Entre outras formas de lazer, as festas de caráter profano, como o Carnaval , ocorriam tanto nos salões de baile, onde normalmente aconteciam as danças, quanto nas ruas, onde as famílias acompanhavam o corso e as brincadeiras com água e farinha. O carnaval era uma festa de caráter coletivo, considerada pagã, muito criticada pela igreja e também pela imprensa anarquista. Dona Cinta nos

---

[207] **Idem,** p.116.

contou que ia ver o desfile dos carros alegóricos com sua família na Celso Garcia. A imprensa anarquista via o carnaval como meio de degradação do trabalhador, algo imoral, não digno de uma pessoa honesta e honrada. O jornal *A voz do Trabalhador* descrevia-o da seguinte forma :

> *"O que é o carnaval ? Uma tradição popular das mais tolas que por toda a parte existem. (...) quantos operários perdem seus empregos , deixam os lares sem pão, entes que lhes são caros, enfermos,atirados, desprezados, sobre o leito; enquanto adoecem e morrem, vitimados pela sua própria culpa, perdendo noites de sono, ingerindo refrescos gelados, tendo o corpo a suar por todos os poros, caminhando horas inteiras, sob um sol causticante, rufando caixas, tocando bombos, empunhando estandartes(...) O carnaval é uma imoralidade!"*[208]

Além disso, não podemos esquecer das festas juninas que aconteciam no Brás, Mooca e Belenzinho e nos bairros operários em geral, envolvendo a participação de todos os moradores. Não podia faltar comida, dança, fogueira, homenagem aos santos padroeiros e brincadeiras, como subir no pau de sebo, etc. As festas juninas realizadas por Street eram muito aguardadas pelos operários. O programa a ser seguido era a missa, as guloseimas juninas, como bolo de fubá, quentão, pipoca. Um dos momentos mais aguardados pelos adultos era o baile realizado no campo de futebol, além das brincadeiras para as crianças. Até hoje, as festas juninas constituem parte importante do lazer na vila.

A imprensa anarquista também promovia outras formas de lazer como os piqueniques libertários. O lazer operário quer na vila, quer fora da vila, tinha a função de atrair o operário para manter seus objetivos. Dentro da vila, o

[208] **A Voz do Trabalhador** 15/2/1914 in Rago, op. cit. p. 111

controle para evitar as idéias subversivas e os comportamentos inadequados; fora dela, as organizações de forma geral, queriam atrair a presença do trabalhador para embutir as idéias de consciência e luta operária, ou seja, os objetivos eram opostos. Mas os meios eram os mesmos.

# CAPITULO 3 - AS VÁRIAS VISÕES DA MARIA ZÉLIA

## 3.1. INTRODUZINDO AS VISÕES SOBRE STREET E A VILA MARIA ZÉLIA

No início do século XX, os industriais adotavam uma postura rígida em relação às normas de trabalho, disciplina dos operários e acima de tudo uma intransigência quando o assunto era as reivindicações operárias como férias, redução das jornadas de Trabalho, etc. A maior parte dos industriais era extremamente rígida no trato com o operariado, principalmente em relação às greves. Mas entre os industriais, havia alguns que possuíam uma visão considerada mais " humanitária " em relação ao operariado, concedendo a eles alguns benefícios, pois acreditavam que isso tornaria o trabalhador mais produtivo. Entre os industriais, destacamos o Sr. Jorge Street e sua obra a Vila Maria Zélia, localizada no Belenzinho , em São Paulo, que se tornaram importantes personagens nas discussões referentes ao trabalho na indústria, á exploração dos trabalhadores nas fábricas e ao controle exercido pelos patrões sobre essa mão-de-obra.

O enigmático Jorge Street era visto das mais diversas maneiras, provocando muita polêmica a respeito de suas idéias, ora tidas como benéficas aos operários, ora tidas como privilegiando os industriais. Essa postura rendeu a esse personagem importante para a história da industrialização de São Paulo muitos comentários, seja na grande imprensa, na imprensa anarquista, no meio operário. Assim, ora a Vila Maria Zélia era vista como uma obra benemérita, ora era apontada como um meio de controle dos operários, inclusive sendo taxada pela imprensa anarquista de "Feudo Maria Zélia ".

O comportamento de Street referente ás questões trabalhistas e aos operários lhe rendeu muitos nomes: o poeta, o sonhador,o Socialista, o utópico, o paternalista . Algumas de suas opiniões deixavam os seus pares em desespero e muitas vezes levavam ao rompimento, como a defesa do direito de greve. Entre os

operários, também encontramos divergências, a maioria via como um pai que tudo prevê, mas alguns eram contrários ás melhorias implantadas por ele na Vila Maria Zélia, tidas como um engodo.

Essas diversas visões a respeito de Jorge Street serão detalhadas no decorrer do capítulo, mas uma inquietação se fazem presente : quais seriam os motivos que faz esse personagem ser tão estudado nos dias atuais, mesmo após passados quase setenta anos de sua morte?

Em meio a essas opiniões dispares, destacamos a opinião de uma moradora da Vila que nos fornece uma visão a mais, a de quem viveu na Vila Maria Zélia e fez de Street e de sua família, da Vila, do trabalho na fábrica de Street , uma leitura particular , oferecendo uma visão própria desse mundo. Visão essa que nos permite compreender o mundo da " Vila Maria Zélia ", mas sobretudo as condições de vida dos operários do início do século XX seja na vila ou fora dela.

O depoimento de D. Cinta é muito mais que uma idolatria ao casal Street e sua obra, mas um relato da época em que viveu, mostrando os avanços e retrocessos de quem conheceu a Vila Maria Zélia durante e o após a saída de Street. Acima de tudo, mostrava o orgulho de ter sido uma operária, de morar em uma vila operária e poder compartilhar seja com os jornais, os estudantes, os moradores, sobre a sua visão sobre o tema, sobre os personagens. De um mundo em que ela também foi protagonista, sobre uma história que ajudou a escrever.

## 3.2 -Street, a legislação trabalhista e a imprensa.

**Figura nº 16 - Jorge Street –**
**( Fonte : Idéias Sociais de Jorge Street)**

A imprensa anarquista, em especial, o Jornal *A Plebe*, criticava exaustivamente Jorge Street e tentava reverter a imagem de paternalista que muitos operários, empresários e a própria imprensa atribuíam a ele. Na opinião deste Jornal o objetivo de Street era controlar a vida dos moradores ao ceder tantos benefícios conforme exemplificamos abaixo:

> " *A companhia de Juta construiu uma cidadela isolada inteiramente do convívio social e onde a vontade patronal, tendo por seus servidores seus capatazes e o padre da igreja da vila, impera de maneira absoluta*[209]

Street, que representava o Centro das Indústrias de Fiação e Tecelagem de São Paulo, foi atuante nas discussões que diziam respeito à necessidade de regulamentar as questões relativas ao trabalho na indústria e ao encaminhamento dessa regulamentação. A legislação trabalhista foi uma conquista árdua, à custa de muita luta, principalmente por parte dos operários das indústrias.

[209] **A PLEBE** 28-02-1920

Entre as reivindicações pretendidas pelos operários devem ser ressaltadas: a redução da jornada de trabalho para oito horas e a lei de férias. Esta última estabelecia 15 dias de férias por ano, e com muito empenho foi aprovada em 1925, ficando na dependência ainda da regulamentação do governo. Apesar da aprovação, a referida lei encontrava muita resistência por parte dos empresários que consideravam um absurdo dar férias ao trabalhador, pois, segundo eles, já existia o descanso semanal e muitos feriados.

A lei de férias, entre os comerciários, ocorreu de forma tranqüila, mas empresários industriais reagiram veementemente ao projeto, pois diziam que isto desestruturava os rumos do Trabalho. As leis trabalhistas, no que se refere à indústria, eram mais complexas, pois buscavam regulamentar a jornada de trabalho, o trabalho da mulher e do menor, licença maternidade, acidentes de trabalho, direito à amamentação. Mas o ponto crucial que levantou muita polêmica foi a questão sobre as férias e a participação no lucro das empresas.[210] Com relação à lei de férias Street coloca o seguinte:

> *" como há 52 semanas no ano e são dados mais 15 dias de férias, o feliz empregador sujeito a essa lei paga 67 dias, em que o seu operário não trabalha ou perto de 20% no total, em que o frigorífico, que é a industria visada, trabalha. A demasia é evidente , abstendo-me eu de comentá-la."* [211].

Percebemos na sua fala que ele era totalmente contra essa lei, e que em sua opinião, o parlamento deveria voltar atrás e revogar a lei.

A lei de férias gerou muitos protestos da indústria e do comércio, sendo entendida como fato desestabilizador das atividades comerciais e industriais. É

---

[210] Centro Industrial do Brasil. Relatório da Diretoria do Centro Industrial do Brasil para a ser apresentado a Assembléia geral Ordinária do ano de 1925(1921-1925) Rio de janeiro. Tip do Jornal do Commercio, 1925, pp.126. apud **TEIXEIRA,** Palmira Petratti. op. cit. p.124

[211] **MORAES,** Evaristo de. ***Idéias Sociais de Jorge Street*** . Brasília, Senado Federal; Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1980 p.445.

exemplar no caso, o comentário do Centro das Indústrias de Fiação e Tecelagem de São Paulo abaixo transcrito:

> *(...) " inaceitável por trazer lesões graves aos patrões e aos próprios empregados que ele quer beneficiar. (...)"; participação nos lucros para a entidade de classe " resultaria na quebra da disciplina essencial a vida comercial", prejudicando o operário, cujos vencimentos poderão ser reduzidos ao mínimo e daria margem a lutas judiciárias contínuas".* [212]

A partir dessas manifestações o projeto foi desmembrado: o projeto de férias foi transformado em lei e a parte do projeto referente à participação nos lucros ficou de lado não sendo votado no momento. Em sua forma definitiva, a lei de férias abrangeu não só os profissionais do comércio, mas contemplou também os empregados da indústria, o que por sua vez gerou protestos.

Encontramos entre os industriais do Centro das Indústrias de Fiação e Tecelagem de São Paulo comentários de que as férias eram prejudiciais ao trabalhador, pois o tempo livre, ao invés de ser gasto na companhia de sua família e do lazer sadio, era despendido em lugares de jogos, prazeres e em bares:

> *"(...) Que Fará um trabalhador braçal durante quinze dias de ócio ?*
>
> *Ele não tem o culto do lar, como ocorre nos países de climas inóspitos e padrão de vida elevado. Para o nosso proletariado, para o geral de nosso povo, o lar é um acampamento - sem conforto e sem doçura.*
>
> *O lar não pode prendê-lo e ele procurara matar as suas longas horas de inação nas ruas.*

[212] **CIFTSP**, Circular nº 395, de 26.12.1924.

*A rua vale muitas vezes pelo desabrochar de vícios latentes, e não vamos insistir nos perigos que ela representa para o trabalhador inativo e inculto, presa fácil dos instintos subalternos."* [213]

No discurso dos industriais, o fato de o trabalhador ser pobre e não possuir uma moradia adequada fazia com que ele se entregasse ao vício da bebida, do jogo e do sexo, como meio de ocultar essa realidade e, no caso das férias, o tempo ocioso seria exclusivamente dedicado ao pecado e ao vício.

Os patrões não poupavam críticas à lei de férias, dizendo que ela não daria certo, pois a economia não estaria preparada para isso, tentando colocar que a referida lei traria prejuízos aos industriais e ao proletariado. O doutor Costa Pinto dizia que: **"***era inútil ao operariado, prejudicial à indústria (...) é uma iniciativa infeliz. O Brasil se adianta ao próprio soviet*." [214] Ou, ainda, o comentário do representante dos industriais, o Sr. Street: *"Não somos absolutamente levados neste protesto por sentimentos de qualquer espécie contrários aos operários que conosco trabalham. (...) Não faz e nunca fez parte das reivindicações operárias. Estas se referem a horas de trabalho, a proteção da mulher, ao trabalho da criança, ao trabalho noturno, amparo à infância e outros ainda, mas nunca se referiam a férias pagas"*[215]

Em ambos os relatos percebemos que os industriais pretendiam anular a lei de férias, tentando através de todos os meios, comover os parlamentares e até o Presidente da República no sentido de revogá-la. Todas essas pressões não conseguiram anular a lei de férias, mas como não havia uma fiscalização, os empresários continuaram a ignorá-la, sendo que somente nos anos 30, no governo de Vargas, começaria a ser colocada em prática de fato.

A limitação da idade para ingresso no trabalho, no caso do menor, já era uma preocupação desde o final do século XIX e já estava presente no Código

---

[213] Memorial de 22.7.1927 apud **RAGO**, L.Margareth***. Do cabaré ao lar,*** p. 197.
[214] **TEIXEIRA**, Palmira Petratti op.cit. p. 142.
[215] **NOGUEIRA**, O.Pupo , **A indústria em face das leis do trabalho**, SP, Esc.Prof. Salesianas, 1935, pp.52 e segs. Apud Teixeira, Palmira Petratti . op. cit. p,. 143

Sanitário estadual de 1911 onde, no artigo 173 ficava estabelecido – *" que não seriam admitidos como operários os menores de dez anos, podendo os de dez a doze anos executar serviços leves. "* [216]

Em 1918, através do Decreto Estadual 3918 foram estabelecidas medidas com o intuito de melhorar as condições de trabalho do menor, como a proibição quanto às atividades consideradas perigosas, bem como quanto àquelas que fossem superiores ás suas forças[217]. A legislação procurava melhorar as condições de vida da infância trabalhadora, mas na prática essas leis não eram cumpridas.

A legislação ganhou um grande impulso nos anos 20 e uma de suas bandeiras foi em relação ao emprego dos menores, que trabalhavam como adultos, com jornadas intensas de 13, 14, 15 horas e com um salário que era, muitas vezes, metade do salário da mulher.

No ano de 1917, o jornal *O Estado de São Paulo* transcrevia um artigo publicado pelo combate com detalhes sobre o trabalho das crianças :

> *"(...) Por ocasião do recente movimento grevista, uma das reclamações mais insistentes dos operários era contra a exploração dos menores nas fábricas. Aliás, não faziam mais do que exigir o cumprimento de leis existentes. Entretanto, os industriais, a exceção da firma (...) – que conta com a inimizade de um inspetor sanitário – continuam a empregar menores em trabalhos impróprios. Entre eles, podemos citar nominalmente o Sr. (...), porque assistimos ontem a entrada de cerca de 60 pequenos*

[216] Decreto Estadual nº 2142 de 14 de Novembro de 1911. Coleção das leis e Decretos do Estado de São Paulo de 1911 Tomo XXI. São Paulo, Tipografia do Diário oficial, 1912. apud **MOURA,** Esmeralda Blanco Bolsonaro **Infância Operária e Acidente do Trabalho em São Paulo**, in História da Criança no Brasil Mary Del Priore, 5ª ed. – SP, Contexto, 1998. p. 117 .

[217] Coleção das leis e Decretos do Estado de São Paulo de 1917 Tomo XXVI. São Paulo, Tipografia do Diário oficial, 1918. apud **MOURA**, Esmeralda Blanco Bolsonaro , op. cit. p. 117.

> *às 19 horas , na sua fábrica da Mooca. Essas crianças, entrando àquela hora, saem às 6 horas. Trabalham, pois 11horas a fio, em serviço noturno, apenas com um descanso de 20 minutos, 'a meia noite!. O pior é que elas se queixam de que são espancadas pelo mestre de fiação. Muitos nos mostraram equimoses nos braços e nas costas. Alguns apresentaram mesmo ferimentos produzidos com uma manivela. Uma há com as orelhas feridas por continuados e violentos puxões. Trata-se de crianças de 12, 13 e 14 anos ."*[218]

As condições de trabalho não eram ruins somente para os menores, mas para os operários em geral. Em 1927 é aprovado o Código de Menores, proibindo o trabalho de menores de 14 anos e com jornada máxima de 6 horas, bem como o trabalho noturno para menores de 18 anos. A medida encontrou muita resistência por parte dos empresários, sob a alegação de que grande parte dos trabalhadores das indústrias têxteis eram menores. Além disso, questionavam como iriam substituir os trabalhadores e, entre outros argumentos, diziam que tal fato desarticularia o trabalho fabril e causaria inclusive prejuízo aos operários.

Os industriais liderados por Jorge Street, reivindicaram mudanças no Código de Menores, conforme trecho abaixo :

> *"(...) Não hesitamos em afirmar que certos dispositivos da lei não se adaptam as condições atuais de nossa pátria, pois que terão como conseqüência a desorganização do nosso trabalho industrial, aliás, já tão onerado (...) Entre nós, dá – se justamente o inverso do que ocorre no estrangeiro: temos carência de operários. Mas, no entanto, pretendemos ser os primeiros a fixar, por*

[218] **O Estado de S. Paulo**, 05/09/1917 apud O combate, São Paulo, 4/9/1917.

> *meio de uma lei , a idade mínima de 14 anos, quando seria perfeitamente razoável fixarmos este mínimo de idade em 13 anos, pois que, repetimos , o problema entre nós tem outros fatores".* [219]

Portanto, os industriais consideravam que a lei era exagerada e que essa medida desarticularia a produção. Mas o real motivo é que se a partir dos 13 anos o menor fosse considerado adulto, este poderia ter uma jornada superior a seis horas, ou seja, o patrão explorar o seu trabalho ainda mais. O capitalista usava de todos os argumentos, inclusive de que essa medida provocaria um grande desemprego e que a impossibilidade do trabalho na indústria levaria principalmente as mulheres ao trabalho doméstico.

Os empresários não viam nenhum inconveniente no que se refere ao menor entre 13 a 18 anos trabalhar à noite, contanto que houvesse um juiz para supervisioná-los e verificando as suas condições de saúde e as condições de higiene do estabelecimento. Afirmavam que : " *Evidentemente a intenção do legislador não é o que o trabalho seja executado tão somente sob a luz solar e de fato, em parte alguma do mundo industrial, se há proibido que os menores labutem durante as horas iniciais da noite."*[220]

*O decreto nº 17943, de 12/10/1927 proibia ao menor de 14 anos qualquer serviço que comprometesse a sua saúde, fixava a jornada de trabalho para todos os menores de 18 anos em 6 horas, com uma hora de descanso, vetava o trabalho noturno para o menor até 18 anos, entre 19 horas e 5 horas da manhã. .* [221]

Diante das determinações do Código de Menores, Zélia Lopes da Silva coloca que restavam algumas alternativas para o trabalhador como:

---

[219] Centro das Indústrias de Fiação e Tecelagem de São Paulo, Memorial de 11.8.1927. apud **TEIXEIRA,** Palmira Petratti. op.cit. . p. 147.
[220] **TEIXEIRA**, Palmira Petratti. op. cit. p. 148 -149
[221] Idem p.150.

> *" 1.Estabelecimento de dois horários de trabalho, para os menores e maiores de 18 anos, ou fixar o horário normal de seis horas para todo o pessoal;*
>
> *2. Estabelecimento de duas turmas alternadas para os operários menores;*
>
> *3. Ou então a dispensa de todos os menores."*[222]

Nenhuma dessas parecia viável ao industrial, pois cerca de 80% dos trabalhadores das indústrias, em especial na têxtil, eram menores, cuja idade variava entre 14 e 18 anos. Assim a proposta de reformulação no Código de Menores.

Após muitos protestos dos empresários por modificações no código, uma emenda aprovada em Dezembro de 1927, que permitia o trabalho do menor entre 14 e 18 anos, por oito horas.

O que os empresários aprovavam era a lei sobre a licença da mulher um mês antes e um mês depois do parto, com direito a receber meio salário, bem como o direito de amamentação, duas vezes por dia, durante os seis primeiros meses de vida da criança.

O industrial Jorge Street, concordava com esse projeto sobre a lei da amamentação, mas alertava para tomar cuidado porque se houvesse exageros os industriais deixariam de contratar o trabalho feminino, afirmando que a lei deveria ser de amparo à mulher. Transcrevemos abaixo trechos de sua opinião:

> *"(...) Se o patrão for obrigado a pagar meio salário, no último mês da gravidez, e meio salário no mês que se seguir ao parto, não permitindo absolutamente trabalho algum nesse lapso de tempo*

---

[222] **SILVA**, Zélia Lopes da. *A domesticação dos trabalhadores nos anos 30*, Ed. Marco Zero. São Paulo, SP. 1990. p.65.

> *e, tomando as medidas para que essas disposições não possam ser burladas...*
>
> *(...) parece que há quem fale em três ou quatro meses, antes do parto e em dois ou três meses depois do parto, com salário completo! É absurdo e contraproducente!*
>
> *(...) A lei, neste caso, deve ser de mero amparo à mulher grávida e não uma lei que torne a gravidez uma rendosa e cômoda profissão, fazendo o patrão como o holandez , pagar o mal, ou o bem que não fez!"*[223]

Controversas, as opiniões de Street não deixaram de ser questionadas, questionamento que, em grande parte, iria fundamentar as críticas que lhe eram dirigidas, sobretudo na imprensa anarquista, conforme já foi dito. Entre essas críticas, encontramos uma ferrenha, em relação ao sistema de educação que vigorava em suas escolas na vila e ao próprio uso da religião no ensino para construir seres dóceis, sendo bons alunos, bons cristãos e bons operários "submissos" ao patrão, ao controle capitalista e, é claro, a seus interesses. Conforme exemplificamos abaixo:

> *"Mil virgens rodeiam o vosso patrão e defendam o padre Bastos. E que dizer das escolas! Os gastos enormes que ele fez só para ter o gosto de ver os nossos filhos instruídos! Sim. Instruídos não te estejas a rir. Tenho lá na escola uma rapariga há coisa de um ano e queria que tu visses como esta instruída! Já sabe a Santa Doutrina que é um gosto vê-la dizer o padre nosso, a ave-maria, o credo até estou em dizer que era capaz de rezar missa.*

[223] **O Estado de S. Paulo**, 19 de setembro de 1917, p.9/11. entrevista do industrial Jorge Street ao Jornal do Comércio do Rio de Janeiro, de 10 do mesmo mês.

> *Cantar, então não te digo: é hino a Virgem Maria, ao Epitácio, ao Street, ao Bandeira de Mello e mais uma porção que eu nem me lembro. Agora vê tu que se o nosso caro patrão não gastasse os seus ricos cobres, eu tinha que pagar uns 5000 reis por mês, e a rapariga só saberia o a,b,c; que a França é na Europa, e a terra gira sobre si mesma coisas estas sem importâncias comparadas com um padre nosso e um hino de louvor ao Sr. Street."* [224]

Nesse artigo, podemos perceber que os anarquistas consideravam a escola e a igreja pertencentes à vila operária como instrumentos da dominação burguesa. Segundo eles, os ensinamentos, visavam acima de tudo à perpetuação da moral e da disciplina.

Por outro lado, o comentário do Jornal do Commercio, enaltecia os feitos do Sr. Street, como obra benemérita, obra também expressa pela igreja, voltada:

> *"(...) para a alma, pois que não só de pão vive o homem, não é de todo essencial à religião, que nos enobrece, nos conforta, nos consola numa palavra, que só ela pode nos proporcionar, o alimento espiritual, divino, que é essencial ao homem?*
>
> *Indispensável é, pois que o operário não seja, nesse particular, de tanto vulto, colocado em posição inferior aos outros homens, e possa ter assim, comodamente, a sua igreja, o seu capelão e as suas festas religiosas.*

[224] **A Plebe** 17/07/1920

> *Que tudo isso seja possível, nós o podemos asseverar, porquanto tivemos há dias o imenso prazer de ouvir cabalmente realizado, aqui mesmo, em São Paulo, na grande Fábrica Maria Zélia, sabidamente dirigida pelo ilustre industrial Dr. Jorge Street.(...)"* [225]

Nessa matéria, o *Jornal do Commercio* exaltava as obras de Street, parabenizando-o pelo bom serviço feito em prol do operário, o que poucos industriais estavam fazendo. Abaixo transcrevemos trecho ainda mais significativo, publicado em meados de 1918 :

> *"Nem sempre os dirigentes das grandes empresas industriais se tem lembrado de que o operário não é uma simples máquina de ganho, mas sim, um ente dotado de inteligência e vontade, que deve ser tratado com respeito, interesse e carinho, se se quer obter dele a confiança, o respeito, a obediência e a disciplina. Assim compreendendo, a Companhia Nacional de Tecidos de Juta, que tem a sua frente homens de valor, pensou em dotar as suas fábricas de todo o conforto possível para os seus operários, dando-lhes as regalias que pode assim estimulá-los para o bem. E preparar uma futura geração de operários, modelo para o que não tem poupado esforços.*
>
> *Já estão estabelecidos o serviço religioso, o serviço médico, e ontem foram inauguradas as escolas para os filhos dos operários, cuja sede é na fábrica Maria Zélia, sita no Belenzinho.*
>
> *(...) Não podemos deixar de felicitar ao distinto presidente da Companhia Nacional de Tecidos de*

[225] **Jornal do Commercio** 01/05/1919

> *Juta e seus dignos auxiliares de direção e trabalho, que tão compreendem que das boas relações entre patrões e empregados dependem a cessação do eterno conflito do Capital e Trabalho."* [226]

O jornal ***A Obra,*** por sua vez, publica ácidas críticas em relação à exploração do trabalho infantil nas fábricas de tecidos em geral, com destaque para a fábrica de Tecidos de Juta, na pessoa de D. Zélia Street, quando esta é agraciada com a cruz "Pro Ecclesia et Pontífice". O teor da matéria, datada de junho de 1920, justifica a longa transcrição:

> *"(...) A classe dos operários tecelões, uma das mais sacrificadas na exploração capitalista, infeliz multidão de trinta mil seres humanos, entre os quaes se encontram milhares de crianças de ambos os sexos; triste prole que anêmica, esgotada pelo trabalho e pela penúria, trabalha junto as máchinas nessas fábricas de tecidos e de cadáver, alimentando de pó e de frangalhos de estopa, deixando entre as engrenagens dos teares, fragmentos do esquelético organismo, e, passando a pão negro, folhas de couve cruas e água fria, foi neste momento ultrajada pelo chefe da igreja católica Apostólica Romana.*
>
> *(...) Exma senhora - tenho a grande satisfação de levar ao conhecimento de V.exa que o nosso santíssimo padre, e papa Benedicto XV, conhecedor das beneméritas instituições devidas a acrysolada caridade de V.exa, em prol dos operários da Companhia nacional de Tecidos de Juta, dignou-se*

[226] **Jornal do Commercio** 09/07/1918

*agraciar a pessoa de V. Exa, em prol dos operários da Companhia Nacional de Tecidos de Juta, dignou-se agraciar a pessoa de V.exa com a cruz "Pro Ecclesia et Pontífice". Sua santidade com esse ato dá uma prova não somente de fraternal solicitude para com os operários, cujo bem estar tanto almeja e tão amiudamente tem inculado ao devotamento de todos os bons...*

*(...) Ninguém ignora que os operários do Sr. Street são os mais escravizados. Nas vilas deste industrial o operário está submetido a um regulamento quarteleiro, a obrigações de cárcere.*

*E a Senhora Zélia, não se envergonha de receber as mencionadas distincções compradas com o ouro sugado aos seus escravos.*

*(...) Se Benedicto XV se condoe da sorte dos operários, porque não vão trabalhar com elles nos teares, substituindo os que já estão alquebrados?"*[227]

Como é possível observar, a imprensa anarquista não considerava como benfeitorias as melhorias implantadas por Street na Vila, vistas como sendo mais um engodo, uma enganação aos operários que eram extremamente explorados, dando a entender que eram feitas com o suor do povo, que recebia baixos salários Na opinião do jornal,, em vez de agraciar com títulos, a igreja deveria lutar por melhores salários para os trabalhadores e pelo fim da exploração. D. Zélia, por sua vez, deveria se sentir envergonhada por essa homenagem, pois esta não estava fazendo bem algum, pelo contrário, era sustentada pelo trabalho

[227] **A Obra** - 8/06/1920

exaustivo desses operários. Ao invés disso, por que não convencia seu marido a remunerar melhor os operários?

Em 1919, o jornal *O Combate* publica uma carta não assinada, mostrando as irregularidades ocorridas na Fábrica Sant'Anna, de Jorge Street, como a demissão ilegal de um funcionário, o fato de se contratar mulheres para os serviços devido ao salário menor que o dos homens, o seviciamento e espancamento de menores. A carta afirma ainda que a demissão deveria ser obra do gerente e que este ia contra as ordens de Street, que recomendara que o funcionário demitido fosse recontratado. Percebemos que a idolatria em relação a Street existia. O operário o defende dizendo que este procura escutá-los, mas o problema era o Gerente. Transcrevemos, abaixo, a carta datada de 22 de maio:

> *'Senhor Redator – Pelo fato do vosso jornal ter sido até agora o defensor dos operários, dirigimo-vos estas linhas, porque não podemos influenciar sobre fatos que se passam na Companhia Nacional de Tecidos de Juta'.*
>
> *A diretoria da Companhia tem melhor boa vontade em conciliar os operários, mas isto é ocultamente destruído pelo prepotente gerente dr. Coelho. Uma das condições que pedimos para a volta ao trabalho é a reintegração do nosso colega Casemiro Augusto, tão injustamente despedido pelo famigerado gerente. Hoje o nosso diretor, dr. Jorge Street, compareceu na fábrica e nos dirigiu a palavra, dizendo-nos, entre outras coisas, que o lugar do nosso colega Casemiro Augusto estava a sua disposição, isto é, ele estava reintegrado no seu lugar. V.S. vê, por este fato, a boa vontade da parte do dr. Street em conciliar as coisas. Pois bem, o que fazia o senhor gerente no mesmíssimo instante*

*ocultamente? Dava ordem ao célebre subdelegado Schmidt para que prendesse o infeliz Casemiro Augusto!*

*Isto parece incrível, mas é a realidade! V.S. deve pensar na gravidade do fato e publicar estas linhas para que se tomem providências.*

*Não é só este fato que pesa na conduta da gerência. Temos outros bastante graves, como sejam, a só admissão de mulheres como operárias, devido aos seus pequenos salários e, no entretanto, produzindo o mesmo trabalho que os homens. O seviciamento dos menores por operárias privilegiadas pelo senhor gerente, somente pelo fato de serem bonitas. Os menores são espancados barbaramente, dando ocasião a cenas das mais degradantes, e isto tudo com permissão e ciência do dr. Coelho*

*Uma sindicância por parte da digna diretoria viria por termo a tudo isto que relatamos, pois uma tal situação de terror não pode continuar."* [228]

A essas críticas somam-se aquelas relativas ao papel da igreja e a política de educar as crianças a serem seres dóceis, devendo freqüentar a igreja e ser abençoados por Deus que, segundo *A Plebe,* fazia-se à custa da exploração dos operários.

*"A fábrica Maria Zélia afim de que os negócios corram bem com o auxilio de Deus e dos padres, possue uma capella, onde se celebram funções funambulescas do ritual padrecal.*

*O masmarro que ali pontifica parece, entretanto, que tem o espírito mau dos supersticiosos consigo e que o diabo o tomou a sua conta para o*

[228] **O Combate** – 24/05/1919

> *irreconciliar com o Czar das alturas sideraes. Credo! Al renuncio!*
>
> *(...) Pois o tal papa hóstias das dúzias, o urubu humano das alfurjas religiosas, ministrou no dia 26, da mez passado, comunhão geral as crianças operárias da escola que a Cia da Juta sustenta 'a custa... dos seus empregados.*

*Aquilo foi um sucesso! Foi uma coisa de arromba, em razão da qual o padreca teve a coragem de vomitar novas sandices contra as organizações obreiras e de aconselhar as crianças a freqüentar a igreja para viverem de bem com Deus, os patrões e a polícia:*

> *No último domingo, o espetáculo continuou desta vez, porém no cinema do coração de Jesus. A pequenada gostou, aplaudiu... mas os Paes, estafando-se nas fábricas e que estavam pagando aquele luxo e contribuindo para o embrutecimento dos entes que lhes são caros.*
>
> *Ora, porque não pegam os trabalhadores num cacete e dão cabo dos chifres a um marmanjo desse jaez?"* [229]

Apesar da aparente ausência de conflitos na mini-cidade Vila Maria Zélia, o jornal anarquista *A Plebe* denunciava também o espancamento de menores pelos fiscais da vila por motivos banais, contrariando o modelo perfeito defendido pela elite burguesa, conforme destacamos abaixo :

"Brutalidade

> *(...) Em companhia de outros menores, Oswaldo de Almeida, de 13 anos de idade, morador a rua Maria*

[229] **A Plebe** 19/10/1919.

*Zélia, rua nº 3, casa 52, brincava ontem, às 16 horas, em um campo aberto no interior daquele estabelecimento, quando ali apareceu o zelador do mesmo, de nome José Cardoso, que com modos violentos, ordenou que se retirassem imediatamente.*
*Não sendo atendido com a presteza que exigia, Cardoso investiu contra eles, atirando os tamancos que trazia nos pés, um dos quais foi atingir o menino Oswaldo, partindo-lhe os dentes da frente.*
*Socorrido pela Assistência, Oswaldo narrou depois o sucedido ao comissário de serviço na Central, que iniciou um processo contra o agressor.*" [230]

Além disso, em 1922, o próprio Jornal do Commercio publicava notícia sobre uma tentativa de assassinato entre trabalhadores da fábrica de Juta e moradores da Vila Maria Zélia. Mesmo com todo o controle para disciplinar a conduta do operário, as transgressões aconteciam e isso tudo bem longe dos caminhos que "os levariam aos vícios e moral duvidosa". Vejamos:

***"Agressão à bala***
***Um moço gravemente ferido***

*Ontem à noite, no jardim da vila, deu-se uma cena de sangue.*
*No coreto tocava uma banda de música. Grande era a multidão que cercava a banda de música. Nela se contava um grupo de rapazes, cujo divertimento era dirigir pilhérias e graçolas às moças que lhes passavam próximo.*
*Do grupo destacava-se por seu atrevimento o operário José Marques, de 20 anos, português, o*

[230] **Jornal do Commercio** 21/08/1925

*qual não se cansava de endereçar às raparigas os ditos mais chulos que lhe advinham à boca.*

*Repentinamente passaram junto ao agrupamento duas mocinhas, seguidas por um rapaz, igualmente operário. Era Feliciana de Jesus e uma sua amiga, acompanhada pelo irmão Sebastião Barreiro, de 26 anos, solteiro. A presença do moço junto das duas passeantes não conteve a desfaçatez de José Marques, que foi direito a Feliciana, a quem disse uma graça bastante pesada. O irmão de Feliciana, Sebastião, indignou-se contra o atrevido e reverberou-lhe o procedimento, mas verificando que os companheiros de José Marques tomavam atitude hostil, sacou de um revólver e desfechou um tiro contra o grupo. A bala foi atingir José Marques nas costas, do lado esquerdo, prostrando-o gravemente ferido.*

*Imediatamente o criminoso foi preso pelos populares, João Giro, Joaquim Silva e Bruno Meneguelli, e apresentado ao delegado de serviço na Central, dr. Carlos Pimenta, que compareceu no local do crime, acompanhado do médico legista dr. Paiva Lima, e pelo médico da Assistência dr. Carvalho Braga.*

*José Marques, cujo estado era assaz grave, recebeu os cuidados destes médicos e foi internado na Santa Casa.*

*Contra Sebastião Barreiro foi lavrado auto de flagrante pelo escrivão Mario Magalhães.*

> *O inquérito sobre o fato prosseguirá na delegacia do Brás a cargo do dr. André Lino de Assis."* [231]

Apesar da prisão do autor do atentado, meses depois um novo caso acontecia no recinto daquela que era considerada o modelo ideal de habitação para os mais pobres:

> *"(...) Ontem pela manhã, Adelino Maura, para arremate de uma contenda provocada por motivos fúteis, disparou seu revolver contra o português Fernando Santos , de 23 anos, casado, residente a Vila Maria Zélia, na fábrica de tecidos da companhia nacional de Juta , indo à bala feri-lo no rosto, arrancando-lhe dois dentes.*
>
> *No momento de ser agredido, Fernando Santos estava ao lado de sua mulher e de um filho, na companhia dos quais se dirigia para a fábrica, onde todos trabalham.*
>
> *Com estampidos acudiram outros operários que foram em socorro do ferido, pois o agressor já tinha conseguido fugir."* [232]

Não encontramos relatos de outros casos de violência no recinto da vila, mas podemos concluir que os conflitos existiam. Fica a idéia de que seriam casos isolados de indivíduos que não aceitavam o controle, meros desvios de comportamento. Por que não existem relatos desses fatos em outros jornais? Por que o próprio *Jornal do Commercio* narrou o fato e depois o deixou no esquecimento? Esses fatos, muitas vezes, se quer chegavam ao conhecimento da população.

---

[231] **Jornal do Commercio** 22/05/1922
[232] **Jornal do Commercio** 13/07/1922.

Apesar de Street sempre procurar amenizar os conflitos para impedir a greve, elas ocorriam. Porém, os operários sempre confiavam que Street acharia uma solução e consideravam que este não sabia do ocorrido, sendo a culpa sempre do gerente. Conforme noticiava O Combate :

***"A greve na Fábrica de Tecidos de Juta***

*Tendo o dr. Jorge Street, que se acha no Rio, telegrafado aos paredistas dizendo satisfazer as suas reclamações, para confirmar as quais s.s. viria a São Paulo na próxima quarta-feira – aqueles resolveram voltar ao trabalho só neste dia, reservando-se para então lhe fazerem sentir quanto se torna inconveniente à continuação no emprego de matérias de má qualidade nas manufaturas, pelo prejuízo que isso acarreta aos operários.*

*Os paredistas pediram ainda ao dr. Street a reintegração no seu lugar dum companheiro transferido para outra seção da fábrica e formularão um protesto contra o gerente, por exercer perseguições a esmo e por ter tentado, há dias, agredir uma operária.*

*A greve pode, pois considerar-se solucionada de acordo com os desejos do operariado, a quem o dr. Street mais uma vez reconheceu a justiça que lhe assistia."*[233]

A imprensa anarquista não atacava somente Street, mas o padre da igreja, que era, segundo sua opinião, colaborador na estratégia de exploração dos pobres operários.

[233] O **Combate** 07/07/1919

> *"(...) No feudo Maria Zélia ,*
> *um escândalo em foco.*
> *Referimo-nos a fábrica Maria Zélia, ao cujo redor a companhia nacional de Juta construiu uma cidadela isolada inteiramente do convívio social e onde a vontade patronal, tendo por servidores seus capatazes e o padre da igreja da vila, impera discricionariamente, de maneira absoluta, encontrando –se os que por necessidade ali vivem numa situação de escravos livres."*[234]

Podemos perceber que esta é uma crítica clara quanto ao papel do padre, que deveria ser, na opinião dos anarquistas, exclusivamente religioso, não de controle do operário e de sua vida. Este utilizava sua influência religiosa para ditar normas de boa conduta a fim do operário poder viver em paz com Deus e obrigando-o a ir à missa, como no caso das crianças que eram castigadas pela professora caso faltassem aos serviços religiosos. A vida do trabalhador era, portanto, controlada em todos os momentos, devendo o mesmo, seguir as regras próprias da vila, seja no lazer, na fábrica ou na Igreja.

Em outro momento encontramos denúncia mais grave, que vai além da dominação espiritual. Trata-se do caso de um padre que abusou de uma professora :

> *"(...) É o bastante lembrar o caso do padre com a professora na fábrica Maria Zélia, estando hoje o padre na lapa e a professora não sabemos onde..."*[235]

---

[234] **A Plebe** 18/02/1920.
[235] **Jornal Operário** 12/07/1920.

No mesmo jornal consta, ainda, um caso de perseguição a uma operária, pois esta se recusava a entrar para o Centro Católico. O jornal aproveita a oportunidade para criticar a função da fábrica "moralizadora":

> *"(...) Pois então me dê licença que fale claro e relate o que se passa na sua bem moralizada fábrica, onde o mestre e o representante da União Católica, Pinheiro Joaquim de Carvalho, vulgo gasolina, já, há dias, que persegue uma menina, pretendendo forçai a entrar para um tal centro muito suspeito e onde a honestidade das moças operárias não se encontra lá muito a salvo...*
>
> *Lede este interessante dialogo:*
>
> *- Você é católica?*
>
> *- Sou, sim senhor.*
>
> *- Vai 'a igreja aos domingos?*
>
> *- Não vou, não.*
>
> *- Então, não reza?*
>
> *- Rezo, mas é em minha casa.*
>
> *( o homem ficou imbatucado)*
>
> *- mas é preciso ir também a igreja ouvir missas.*
>
> *- Não Sr. As que vão 'a igreja não vão rezar, vão namorar os moços ou mesmo os padres.*
>
> *- Pois filha, Isso são coisas da vida; quem é que não tens namorado? Está me parecendo impossível que você não tenha...*
>
> *Olhe, entre para o Centro que eu lhe arranjarei um bonito namorado... Você é linda... E lá logo o arranja.*
>
> *- Fico-lhe obrigada, mas não quero, quando eu quiser, eu mesmo o arranjarei. O Sr vá arranjar para a suas filhas.*

> *Ao receber esta resposta, o burro corcoviou, mas o arreio não está.*
> *- Pois olhe, sua malcriada, ou você entra para o centro católico ou vai para a rua. Isto tudo você aprendeu lá na rua Joli. Com os anarquistas, mas eu vou ensinar a você e a todos os outros que pensam desta forma.*
> *E após vomitar uma porção de insultos, retirou-se furioso o denodado propagandista dos católicos."*[236]

A fala dos anarquistas, exposta acima, nos mostra que a moral imposta pelos industriais, em especial na fábrica de Street, ia além dos limites do trabalho na fábrica, interferindo nas concepções religiosas dos trabalhadores, no controle de seu tempo livre. Ao mesmo tempo em que pregavam a moralidade, os representantes e executores da moral burguesa, nem sempre agiam de forma correta. O controle indiscriminado sobre todos os momentos da vida dos operários era feito como meio de evitar o contato com as idéias anarquistas, o que fica claro no texto.

Em 1929, há denuncia de, entre os funcionários da fábrica Sant'Anna, aconteceu um acidente de trabalho e este não foi comunicado aos órgãos competentes, como exigia a lei. Não podemos esquecer que nessa época Street já não era mais dono da vila e nem da Companhia nacional de Tecidos de Juta. Destacamos abaixo o relato do jornal *O Combate* :

> *"Sofreu esmagamento da mão esquerda na Fábrica Sant'Anna*
> *Estranhável: o fato não foi levado a conhecimento da polícia Gertrudes Rodrigues, operária, casada, de 30 anos, moradora em Vila Esperança, empregada da Fábrica Sant'Anna, de propriedade da Companhia Nacional de*

[236] idem

> *Tecidos de Juta, sita a rua Borges de Figueiredo.*
> *Ontem á tarde, Gertrudes, quando trabalhava, foi apanhada pela engrenagem de uma máquina, sofrendo, em conseqüência, o esmagamento da mão esquerda.*
> *Verificando o acidente, a vítima – não se sabe porque motivo – foi removida diretamente para o Sanatório de Santa Catarina, onde ficou em tratamento, não sendo o fato levado, como de rigor, ao conhecimento da polícia, para ser aberto o imprescindível inquérito, de acordo com a lei de acidentes de trabalho.*
> *Só hoje, às 11 horas, é que o delegado de plantão na Polícia Central foi cientificado do ocorrido, por intermédio de um parente da vítima."* [237]

O Combate noticia o fato, surpreso e admirado com esse acontecimento nas dependências da ex-fábrica de Street, que não era considerado como um patrão indesejável pela imprensa em geral.

Um outro fato que nos chama a atenção é que, apesar de uma estrutura tão bem montada na vila de Street, acontece o desabamento de um coreto, em 1922, ferindo vários menores :

> *"(...) Disputava-se, ontem á tarde, no campo da Fábrica Maria Zélia, no Belenzinho uma importante partida de futebol. A numerosa assistência era composta, em sua maioria de*

[237] **O combate** 29/05/1929

*menores, uns filhos de operários, e outros residentes nas imediações.*

*Às 15 horas , mais ou menos, foi o jogo subitamente interrompido pela enorme pancada de água que desabou por sobre a cidade. A pequenada correu abrigar-se num coreto de madeira erguido perto do campo, que ficou logo repleto. Talvez devido a sua falta de segurança , por causa da chuva e do vento que soprava com violência, o coreto desabou estrepitosamente, causando grande pânico e ferindo vários menores."*[238]

Esse artigo nos mostra que na mini-cidade Maria Zélia, a vida de seus moradores, operários e outros não deixava de correr riscos. O resultado do desabamento foram escoriações no cotovelo direito de Antonio Cabreira, contusões no abdômen de Caetano Foreno, fratura no punho esquerdo de Abílio Augusto Fragata, etc. [239] Por sorte, os ferimentos não foram graves.

Em 1929, o jornal *O Combate*, que sempre defendeu os operários, mas jamais havia feito críticas em relação ao industrial Jorge Street, quando do não pagamento dos salários dos operários, critica-o veementemente, como destacamos abaixo:

***"(...) O calote oficializado***
***Jorge Street até hoje não pagou os seus operários tecelões?***

*O que nos vieram informar até a presente data, a fábrica de tecidos de algodão da rua Catarina Braida, de propriedade do capitalista Jorge Street, não pagou a seus operários o ordenado que lhes é devido de um mês e meio de trabalho, tendo fechado*

[238] **Jornal do Commercio** 16/01/1922
[239] idem

*as portas do importante estabelecimento com o pretexto da falta de algodão... Quando, o que se presume, é que a falta tenha sido de "arame"...*

*São nada menos de 1500 operários, entre os quais grande número de mocinhas que viram, nesta derrapada financeira do sr. Street, os seus esforços de longos dias de trabalho engolidos pelo calote oficializado.*

*Dizemos oficializado porque a polícia não abandonou até hoje o edifício da grande fábrica, fazendo guardá-lo por vários soldados da Força Pública, protegendo assim a propriedade do dinheiroso industrial contra uma suposta de ataque por parte dos tecelões caloteados que, ao contrário do que se dá com seu patrão, não tem quem garanta os seus haveres.*

*A polícia, cumprindo um dispositivo legal concernente à garantia da propriedade, devia, para ser coerente no que toca a mesma propriedade, intervir no caso pelo lado também do interesse justo dos operários, fazendo com que o sr. Street pagasse os seus salários.*

*Ou isto ou então que o sr. Jorge Street declare falida de uma vez a fábrica da rua Catarina Braida e não prolongue mais o estado de incerteza em que se acham os seus operários, que vem sendo há dois meses tapeados e sem meios de acudir as suas necessidades.*

*Eis aí um caso característico de falência em que a ajuda especial empana com mão de mestre..."*[240]

---

[240] **O Combate** 12/03/1929**.** Destacamos que na época da ocorrência desse fato O Sr. Street não era mais proprietário da Vila e nem da CNTJ (Companhia Nacional de Tecidos de Juta).

Percebemos que o jornal denuncia não somente o não pagamento de salários, mas o acusa de usar de sua posição para não ter a propriedade agredida, tendo a presença de policiais permanentes na fábrica e questionando-o a respeito do direito dos operários, aos quais sequer foi dada uma satisfação.

A vila recebeu algumas visitas ilustres como a do General Badoglio, embaixador italiano, em visita ao país em 1924, conforme noticia o jornal do Commercio [241], que percorreu todas as suas dependências e proferiu inúmeros elogios. Percebemos que o modelo da Maria Zélia encantava o mundo e era motivo de inúmeros elogios ao seu criador, o Sr. Street.

Há nessa mini-cidade, por motivos ignorados, até uma tentativa de suicídio, quando a vila já pertencia ao grupo Scarpa, conforme relatamos abaixo :

*"Os Desesperados*

*Na vila operária Maria Zélia, a operária Ludovina Alberto, de 27 anos de idade, residente a avenida Celso Garcia 544, tentou suicidar-se, às 7 horas e meia de ontem, desfechando um tiro no ouvido direito.*

*Ao local compareceu o dr. Ávila Gonçalves, comissário de plantão na Central, que tomou as necessárias providências sobre o caso.*

*Após os primeiros socorros, Ludovina foi removida para a Santa Casa em estado grave.*

*São ignorados os motivos que a induziram a este gesto de desespero.*

*Sobre o fato foi aberto inquérito."* [242]

[241] **Jornal do Commercio** 30/05/1924
[242] **Jornal do Commercio** 20/06/1926

Não encontramos noticias sobre o desfecho do caso, mas é surpreendente tal ato num espaço que procurava dar todas as condições para uma vida tranqüila.

### 3.3 – Recordações de D. Cinta

Pretendemos abordar alguns aspectos da Vila Maria Zélia através das experiências vividas por Dona Cinta, conforme já foi dito, uma moradora ilustre da vila, na qual viveu dos 10 aos 92 anos vivenciando todas as suas etapas: foi aluna, operária e, posteriormente, apenas moradora da vila. Seus filhos e netos queriam que ela fosse morar com eles ou próximo a eles, mas ela dizia preferir ficar sozinha com suas coisas e em sua casinha na Rua Paris nº 6, onde era admirada e querida por todos. Viveu a vida intensamente, com muita alegria e sabedoria, permanecendo extremamente lúcida na velhice, com pequenos problemas decorrentes da idade somente.

Essa mulher cheia de energia, coragem e sabedoria, não apenas vivia na Maria Zélia, mas constitui a própria história da vila. É impossível falar da vila sem falar de D. Cinta , cujo mundo se traduzia na Vila Maria Zélia. Havia na fala de Dona Cinta uma verdadeira ligação com a vila. Ela nos contou que durante muito tempo cuidou das flores do jardim. Atualmente, o jardim da vila foi renomeado para homenagear essa ilustre moradora, que tinha nele uma de suas grandes paixões.

**Figura nº 17 - Homenagem a D. Cinta - Jardim das Rosas – Fonte arquivo próprio ( 2006)**

D. Cinta nasceu em Santa Rosália, em 1909, onde passou parte de sua infância, até por volta dos cinco anos. Logo após foi morar em Votorantin onde seu pai fazia o jogo do bicho e seus irmãos trabalhavam numa fábrica de tecidos em Sorocaba. Eram tecelões, viviam do dinheiro do jogo do bicho e do trabalho de seus irmãos. Todos moravam numa casa da vila da fábrica, que possuía apenas três ou quatro quarteirões, tendo como equipamentos a escola e uma igreja, sendo o aluguel descontado do salário. Como toda vila operária, se ocorresse uma greve os trabalhadores perdiam o trabalho e a casa. D. Cinta nos contou que sua família ficou sem trabalho e sem moradia por esse motivo , tendo que procurar um local para morar.

Em 1919, após a greve em Votorantin, a família veio morar na Vila Maria Zélia:

> *"(...) A minha mãe vinha fazer compras em São Paulo e numa dessas vezes ficou sabendo através de*

> *uma amiga que a Fábrica Maria Zélia estava contratando pessoas para trabalhar e que dava casas, então veio conversar com o pessoal da fábrica e eles mandaram trazer a mudança. Minha mãe ficou tão feliz, que não deu um pulo, para não cair.''*[243]

Na época da vinda de D. Cinta e sua família para a Maria Zélia faziam parte da família desta nove pessoas (o pai, a mãe, 3 irmãos e 4 irmãs), mas somente três irmãos e uma irmã vão trabalhar na fábrica, sendo que ela e a irmã África passam a freqüentar a escola, sendo os pais idosos para trabalhar.

Após a vinda de sua mãe, muitos amigos de Votorantin vêm para a Vila: *Eles vinham tudo, passam o dia na casa de minha mãe, arrumavam o emprego e no outro dia bem cedinho voltavam pra trazer as coisas tudo...''*[244]

Em geral vinham famílias inteiras de Votorantin para morar e trabalhar na Maria Zélia, mas segundo D. Cinta, boa parte dos moradores solteiros da Vila, vieram de lá.

A vila representava um paraíso para Cinta, pois fornecia tudo o que precisava, sem ter que sair de lá para nada, pois Jorge Street pensara em tudo. Era considerado um pai que tudo prevê:

> *"Ele criou essa vila para nós.*
>
> *Ele fez isso para nós*
>
> *Foi o único que fez alguma coisa para o operário...''*[245]

D. Cinta nos contou que quando começou a estudar na vila já tinha dez anos e entrou no segundo ano. Era um tanto distraída e vivia levando

---

[243] Depoimento D. Cinta Ramos Amantea ( entrevista realizada entre 1999-2001)
[244] Idem
[245] ibidem

bronca da professora, por isso abandona a escola no terceiro ano, não chegando a concluir o curso primário.

> *"(...) Eu não gostava de estudar né.*
>
> *No estudo a gente gasta dinheiro*
>
> *e no trabalho a gente ganha dinheiro.*
>
> *(...) queria fazer a lição rápida, para não levar a lição para casa e fazia errado, então ficava de castigo."* [246]

A idéia de disciplina nas fábricas, ordem e produção estão presentes na fala de D. Cinta:

> *"(...) nos ganhava por dia trabalhado e que tudo dependia do fio se era bom, a produção rendia. Tinha uma serie de regras, não podia conversar, mas mesmo assim tinha gente que fazia corpo mole e deixa os mestres loucos da vida."* [247]

D. Cinta considerava-se uma operária muito esperta. Dava uma boa produção, tanto que eles pagavam o valor que ela pedia pelo pano. Produzia mais que os homens casados e com isso ganhava mais, deixando-os loucos de raiva. A caderneta dela passava por todos os teares, tanto na Maria Zélia quanto em outras fábricas que trabalhou. Era considerada a operária modelo.

As regras impostas pela Companhia Nacional de Tecidos de Juta não eram vistas por ela como exageradas, faziam parte da disciplina que deveria ter na fábrica e na vila. A idéia de higiene era incorporada por ela no dia a dia de seu trabalho na fábrica Maria Zélia:

---

[246] ibidem
[247] Depoimento D.Cinta Ramos Amantea(entrevista realizada entre 1999-2001)

> *"(...) Eu cuidava muito bem de minha máquina, limpava bem e não deixava ninguém por a mão, queria ela brilhando e varria sempre o lugar dela né."*[248]

Com relação à professora, afirmava que D. Sebastiana era muito brava e, como ela não acompanhava a leitura, ficava de castigo, que era de pé perto da porta. Na vila só existia o curso primário, pois o ginásio era pago e somente para os filhos de ricos. Logo que passou a trabalhar, estudou a noite só um pouquinho, depois largou. As meninas aprendiam a bordar, costurar, tudo que se adequava à visão da mulher dona de casa.

Na opinião de D. Cinta, uma das melhores coisas que Street fez foi o baile:

> *"No baile tinha orquestra. Aos domingos ficava a banda no coreto e quando parava a orquestra toca a banda, se alternando, pois muitos pais não deixavam as filhas irem ao baile. Muitos pais eram ignorantes achavam que o baile era assim, assado."*[249]

O baile constituía a grande diversão dos operários, a oportunidade de conhecerem outras pessoas e, é claro, de se divertirem, poderem mostrar os seus encantos, a produção da roupa, o detalhe do laço no cabelo, detalhes que influem na auto-estima da pessoa. Era o momento mágico para muitas moças, apesar da proibição de muitos pais.

A vila possuía muitas festas, mas as tradicionais eram as festas Juninas e as festas de aniversários do casal Street, onde, segundo D.Cinta:

---

[248] Idem
[249] Depoimento D. Cinta Ramos Amantea (entrevista realizada entre 1999-2001)

> *"(...) ele era como um de nós , nos éramos servidos por suas filhas. Ele fazia toda aquela festança na casa dele de campo, onde os homens jogavam futebol ou dançam e nos ficávamos dançando, onde as filhas deles vinham sempre servindo doces, refrigerante. Quando íamos embora a banda saia tocando e os bondes tudo enfileirado..."*[250]

O momento do aniversário dos patrões, em 04 de abril e 22 de dezembro, era visto como se todos pertencessem a uma mesma família. Essa imagem era vista por D. Cinta e por muitos operários. Até hoje celebram missas em memória dos benfeitores, como se fosse um ato de gratidão.

> *"No aniversário dele ao invés de ganhar presente, ele é que nos dava. Ele não queria nada. Na festa tinha doce tudo, era doce grande, que comprava tudo na confeitaria."* [251]

Segundo D.Cinta, Jorge Street fez a vila para os operários, queria que todos tivessem uma moradia, pois ele desejava o bem do operário. Uma das regras para morar na vila era trabalhar na fábrica. Nem todos que trabalhavam na fábrica moravam na vila. Muitos não o desejavam pois se assustavam com as regras impostas e com a idéia de "prisão" que representava. No entanto, a maioria via com bons olhos essa iniciativa de Street e muitos vinham de longe, do Brás, da Penha para obter o emprego e a casa.

> *"(...) Alguns consideravam a fabrica uma prisão. Mas para a maioria não você levantava e já tava na fábrica, não pegava condução. O Street dava*

---

[250] idem
[251] Depoimento D. Cinta Ramos Amantea (entrevista realizada entre 1999-2001)

*emprego, para todos que vinham na sua fábrica pedir."*[252]

Os equipamentos de trabalho eram fornecidos por Street como o uniforme :

*"Para trabalhar tinha uniforme, a gente ia de vestido de algodão ou usava o vestido que tinha lá ou colocava um avental por cima, tinha que ter bolso para colocar o lenço e a tesourinha para cortar a peça, cada um tinha a sua e não podia emprestar."*[253]

D. Cinta negava a existência de conflitos tanto na época de Street como de Scarpa, nos contando que houve pequenas paralisações, mas que tinham que voltar a trabalhar, pois não ganhavam os dias parados eram descontados do salário. [254]

A Tecelã Cinta divide a vida na vila em duas partes: na época de Street e depois dele. Na primeira parte possuía tudo que era necessário para se viver com dignidade, segundo ela, como uma escola, armazém, trabalho, igreja, médico, uma moradia e um espaço que permitia uma vida tranqüila e com segurança. Após a época de Street diz que tudo ficou mais difícil, pois tinham que trabalhar longe, fazer compras fora da vila, as escolas fecharam e o famoso baile que tantas alegrias lhe proporcionou acabou. Mas acima de tudo percebemos em sua fala, que o carinho, a proteção, a atenção que Street dispensava aos seus operários não existia mais. Scarpa já não tratava os operários da mesma forma e começava a cortar muitos dos benefícios concedidos por Street.

*"(...) Quando era dos Street tudo era em abundância, tinha campo de futebol, a noite tinha*

---

[252] idem
[253] idem
[254] Idem

*coreto no jardim, tinha banda tocando. Nós tínhamos tudo na Vila.*

*(...) Ele era muito humano fazia tudo para as crianças... Ele um homem que tinha muito dinheiro, mas dava tanta atenção para os operários.*

*(...) Já o Scarpa começou a cortar, cortou os varredores na igreja, ao redor da escola...”*[255]

A vida após a saída de Street ficou mais triste como podemos ver na fala de D. Cinta:

*“(...) Quando soubemos que a fábrica havia sido vendida ficamos de boca aberta.*

*(...) Uns choravam daqui, outros dali...”*[256]

Porém, a fidelidade dedicada aos antigos patrões faz com que continue a morar na vila, aliada aos fatos de que não tinha onde morar e de que o aluguel era mais barato do que pagariam em uma moradia fora da vila operária.

A vila para Dona Cinta representava a lembrança de um tempo bom que viveu. A luta para tentar resgatar esse tempo vivido está presente na continuidade em manter viva a memória dos antigos patrões, celebrando missas em seus aniversários natalícios, na rememoração desse tempo em entrevistas que concedia aos meios de comunicação e no fato de nunca querer sair da vila, como se perdesse esse encanto, essa luta.

Atualmente, o espaço da Vila proporciona aos moradores uma vida tranqüila, pois possui uma guarita que, mediante mensalidade de moradores e da

---

[255] Depoimento D.Cinta Ramos Amantea (entrevista realizada entre 1999-2001)
[256] **Jornal Voz do Bairro** 12 a 25/março de 2000 p.4

Goodyear, permite uma certa sensação de segurança. As instalações já não existem mais, apenas a igreja permanece, mas os laços de amizade e o sonho de restaurar alguns equipamentos e reviver o passado, os unem e fazem com que lutem para que a Maria Zélia não viva só no passado, seja importante no presente.

Infelizmente, Dona Cinta partiu sem ver o seu desejo realizado, mas a semente foi plantada e outros moradores lutam pela continuidade do espaço que ela tanto amava e da memória dos idealizadores o casal Street - que, segundo ela, tiveram um sonho interrompido, que era dar uma vida melhor para os operários.

> *"(...) Só não espero ver o dia em que os muros vão ser derrubados e a Maria Zélia vai acabar..."* [257]

[257] Depoimento D. Cinta Ramos Amantea in Jornal da Tarde 30/08/1998

# CONSIDERAÇÕES FINAIS

## Os Movimentos de Revitalização e os Conflitos atuais

Alguns moradores da Vila Maria Zélia são hoje muitos ciosos da importância histórica do espaço onde vivem, lutando para restaurar e preservar esse patrimônio.

A vila é considerada um marco da industrialização de São Paulo, também tido por muitos como revolucionário, pelo que oferecia aos operários. Infelizmente, a situação atual da vila é triste, pois não existe conservação, os prédios que abrigavam o armazém e a sapataria estão caindo, enquanto os demais estão em péssimo estado, com janelas destruídas. Em 1992, a vila foi tombada pelo Condephaat , mas isso não resolveu a situação, pois faltava conscientização de parte dos moradores e apoio financeiro para que ocorresse a conservação. O resultado que vemos é desolador, o cenário é de devastação, mesmo com o seu tombamento, deixando evidente o descaso dos políticos com a própria história de São Paulo.

No Brasil é comum o prédio ser tombado, mas não restaurado, pois segundo a arquiteta Antonia da Luz , que faz parte do Departamento de Crítica e Tombamento : " *O órgão que tomba não é obrigado a restaurar*" [258]. O processo de restauração é caro e, como os moradores não possuem recursos para isso, muitos reformam a casa à sua maneira. Embora qualquer mudança em um monumento tombado seja proibida, mesmo assim os moradores modificam a fachada das casas e sua estrutura.

Os prédios da vila, que durante muito tempo permaneceram abandonados, eram de propriedade do INSS e colocavam em risco a vida dos moradores devido ao seu precário estado de conservação. Após longa batalha, os moradores conseguiram que o INSS doasse os terrenos dos prédios que lhe

[258] Revista da folha , 9 /11/ 2003. p.13.

pertenciam desde 1931 para que possam ser restaurados. Os prédios encontram-se bem danificados, devido aos longos anos de abandono, mesmo com toda a estrutura forte de sua construção, podendo cair e provocar estragos enormes. Atualmente, a vila é exclusivamente residencial. A maioria de suas residências originais foi destruída ou descaracterizada com a construção de sobrados. Há apenas algumas ruínas, como as escolas dos meninos e meninas, o armazém e a antiga sapataria que, mesmo com a ação do tempo e do homem, insistem em permanecer de pé. Só não se sabe até quando....

**Figura nº 18 Escolas das meninas Ruínas ( 2006)**

**Figura nº 19 - Armazém I Ruínas (2006)**

**Figura nº 20 - Casa em ruinas ( 2006)**

**Figura nº 21 - Armazém II- ruinas (2006) (2006)**

Fonte  arquivo pessoal 2006

***Figuras 22 e 23 casas com características originais - quase na totalidade (2006 )***

**Figura nº 24 - Casa do Sr. Raul Motta que divide a vila e a fábrica Goodyear(antiga CNTJ)- Fonte própria ( 2006)**

**Figura nº 25 – Antiga casa do prefeito da Vila Maria Zélia Fonte própria (2006)**

Desde 1981 os moradores lutam pela restauração da Vila Maria Zélia, constituíram uma organização a SAVMZ (Sociedade Amigos da Vila Maria Zélia) que, através de festas e mensalidades de seus sócios, organiza eventos e luta pela sua restauração, buscando empresas que tenham interesse em apoiar a revitalização. Uma das idéias é transformar os prédios em um centro cultural, incluindo um museu do trabalho. Este tipo de iniciativa já foi realizado na Itália e Argentina[259].

**Figura nº 26 Sr. Edelcio, Sr. Raul e Sra Gilda – moradores da Vila Maria Zélia . ( arquivo pessoal 2006)**

A vila faz parte do Plano Diretor Regional da Subprefeitura da Mooca – bairro localizado na zona leste da capital – e está como Zona de Proteção Cultural, pertencendo à pauta de resoluções do Fórum de Desenvolvimento Local desta subprefeitura para que sejam encontradas soluções para o problema.

[259] **Comentários de Paulo Salomão** (Vice-Presidente da SAVMZ) in revista da folha - 9/11/2003 - pg. 15

Os conflitos já começaram a acontecer, pois os moradores se dividem. Temem o projeto da prefeitura e o impacto que isso possa causar devido a sua grande movimentação, pois o projeto prevê excursões turísticas ao local e há o receio de que a vila não possa suportar essa demanda. Todos querem a restauração, mas uma parte não aceita essa idéia do Museu do Trabalho e da oficina profissionalizante, preocupados com o impacto que isso possa causar. A prefeitura, por sua vez, acusa-os de defenderem apenas os seus próprios interesses, pois segundo Rosana de Freitas, *"o projeto de revitalização será bom para todos, uma vez que geraria emprego e renda para a região e inclusive para os moradores da vila."*[260]

A proposta da prefeitura é possibilitar aprendizado às pessoas desempregadas, como cursos de panificação, marcenaria, leitura e atendimento especializado aos idosos. A prefeitura já conseguiu a posse do terreno que antes pertencia ao INSS e pretende reservar um espaço para rememorar a história do INSS e da Vila Maria Zélia, entre outros temas.

O impasse continua. De um lado, temos a defesa de uma vida tranqüila, mas apenas com a restauração, posição defendida por Paulo Salomão (vice-presidente da SAVMZ); por outro, temos o apoio à proposta da prefeitura, defendida por Elide Albertini, que acredita que o museu para a vila atrairia oportunidades para os moradores[261]. Há adeptos das duas propostas, precisa-se entrar num consenso para conciliar os interesses de ambos.

Percebemos que as divergências surgem no espaço criado para a perfeita harmonia, provando que os conflitos existem e precisam ser solucionados. É necessário que haja um consenso, onde prevaleça a qualidade de vida, mas associada com a preservação histórica.

Mesmo com tudo isso, a Vila Maria Zélia guarda em seus antigos moradores e em seus prédios decadentes toda a força da história de um lugar criado pelos impulsos idealistas de um empresário, que marcaram época na vida paulistana

---

[260] **Folha de São Paulo** – 5/10/2004 – *Reforma de Vila operária gera controvérsias.p.5*
[261] idem

proletária do início do século XX. E hoje serve de registro para o ser humano repensar a falta de cuidado com sua história.

O espaço da Vila Maria Zélia sempre foi muito requisitado e, voltando no tempo, podemos perceber que o local já foi utilizado para inúmeros eventos, como filmes, comerciais, peças de teatro, novelas etc.

Um lado triste na utilização desse espaço é que o local serviu de presídio político nos anos de 1936/1937, durante o governo Vargas, tendo mantido presos ilustres tais como Caio Prado Junior, Quirino Pucca , Abdon Prado Lima, Fulvio Abramo, Paulo Emilio Salles Gomes, entre outros .

Mas, deixando a tristeza de lado, o espaço já rendeu boas gargalhadas e contou com a participação de muitos moradores quando da realização do filme *O Corintiano*, onde o artista Mazzaropi retratou cenas típicas do cotidiano mostrando as histórias de seu povo.

**Figura nº. 27 - Casa onde foi gravada cenas do Filme O Corinthiano. Fonte própria (2006)**

Na atualidade, o espaço já foi utilizado para a gravação da novela *Tiro e Queda, de comerciais de TV* e nele recentemente *foi* encenada a peça *Higiene*. A referida peça utilizou vários espaços da vila para sua apresentação, que retrata a própria história do início da construção das vilas operárias, contando não só

com a participação, mas com o apoio dos moradores, que se solidarizaram e ajudaram no que foi possível. Como retrata o folheto *Higiene*:

> *"(...) A Vila representada pelos seus moradores e seus espaços, principalmente os mais velhos, mostrou-se ávida para revelar seu estado, dividir sua história. E através do teatro, fizemos nossas interferências, não como eventos pontuais, mas no dia a dia da Vila Maria Zélia. Tornou-se hábito um morador ver um personagem correndo entre uma rua e outra, escutar canções repentinamente e sair cantarolando a mesma sem saber por quê. (...)"* [262]

A época é outra, os personagens vão e vêm e a história da Vila Maria Zélia continua sua viagem no tempo....

[262] **Folheto Hygiene** - ANNO IV- GRUPO XIX DE TEATRO. NUM. 2

**LOCAIS DE PESQUISA**

Arquivo do Estado de São Paulo

Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo

Arquivo Edgard Leuenroth- Unicamp

Arquivo Histórico Municipal Roberto Simonsen

Biblioteca do Departamento de História – Geografia FFLCH-USP

Biblioteca da Faculdade de Saúde Pública - USP

Biblioteca do Museu Paulista – USP

Biblioteca Municipal Mario de Andrade (São Paulo)

Biblioteca de História da Pontifícia Universidade Católica

Biblioteca da Universidade Metodista de São Paulo

Biblioteca Roberto Simonsen

Biblioteca de História da Unicamp

## FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### 1. FONTES

**A. Documentação oral:**

Entrevistas com a Senhora Cinta Ramos Amantea , realizadas entre os anos de 1999 a 2001, com duração total de 28 horas e armazenadas num total de 14 fitas VHS

**B. Documentação manuscrita e datilografada:**

1. Arquivo do Patrimônio Histórico da Prefeitura Municipal de São Paulo

Pasta Maria Zélia.

SCARPA, Nicolau (ed.). *Lembranças da Vila Scarpa*, 1926.

2. Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo

Documentos referentes à Congregação das Irmãzinhas da Imaculada Conceição: 1923 – 1928.

**C. Documentação impressa:**

**1. Relatórios:**

- Relatório da comissão de exame e inspeção das habitações operárias e cortiços no Distrito de Santa Efigênia , 1893. apresentado ao cidadão Dr. Cesário Motta Junior . M.D. Secretário dos negócios do Interior do Estado de São Paulo. **Fonte** :. Relatório apresentado ao Senhor Doutor Presidente do Estado de São Paulo pelo Dr. Cesário Motta Junior; Secretário de Estado dos Negócios do Interior em 28 de março de 1894.Sp, Tip. A vapor de Vanorden G Comp., 1894.

. Centro Industrial do Brasil. Relatório da Diretoria do Centro Industrial do Brasil para ser apresentado a Assembléia geral Ordinária do ano de 1925 (1921-1925) Rio de Janeiro. Tip do Jornal do Commercio 1925.

**2. Anais:**

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. **Anais,** São Paulo, 30ª sessão ordinária 16/08/1911, emenda da comissão de finanças ao projeto 46, de 04/08/1911, de autoria do vereador Sampaio Viana.

**3. Legislação:**

SÃO PAULO (Estado). Decretos n. 233, de 02/03/1894; n. 2142, de 14/11/1911.

SÃO PAULO (Estado). Coleção de Leis e Decretos, 1911.

SÃO PAULO (Município). Código de Posturas Municipais, 1886.

SÃO PAULO (Município). Leis n.1098, de 08/06/1900; n. 3427, de 19/12/1929.

CENTRO DOS INDUSTRIAIS DE FIAÇÃO E TECELAGEM DE SÂO PAULO (CIFTSP). Circular n. 395, de 26.12.1924.

## 2. ARTIGOS DE PERIÓDICOS

BENSEN, Ricardo. A feroz urbanização de São Paulo. **Histórica**. São Paulo**,** n. 13, p. 43 – 50, jan./fev./mar. 2004.

CORDEIRO, Simone Lucena. Moradia popular na cidade de São Paulo (1930-1940): projetos e ambições. **Histórica**. Revista Eletrônica do Arquivo do Estado. Diosponível em <http://www.Histórica.Arquivo.estado.sp.gov.br/>. Acesso em: 01 abr. 2005. 08 p.

GUIMARAENS, Dulce Maria Pamplona. **Festa de fundação**: memória da colonização nas comemorações do IV Centenário da Cidade de São Paulo. **Revista de História.** São Paulo, UNESP, n. 13, p. 121-131,1994.

PICCININI, Walmor J. História da Psiquiatria: higiene mental e imigração. **Psychiatry on line Brasil**. Disponível em: http://www.polbr.med.br/ . Acesso em: 01 abr. 2005.

**SANTOS**, Ricardo. **Lobato, Os Jecas e a Questão Racial no Pensamento Social Brasileiro**. Disponível em: http://www. Achegas. net. /Acesso em 02 ago/2005.

**SCHICHI,** Maria Cristina da Silva. **Vilas Significam distância entre patrões e operários**. Disponível em : http://www.comciencia.br. /Acesso em 09.08.2004.

SOUZA, P. et ali. Inquérito sobre alimentação popular em um bairro de São Paulo. **Revista do Arquivo Municipal**. São Paulo: Departamento de Cultura e Recreação, n. 17, 1935.

## 3. LIVROS, DISSERTAÇÕES E TESES:

BASTOS, Francisco. Mons. **Reminiscências de um pároco na cidade**. São Paulo. Ed. Paulinas, 1973.

BATALHA, Cláudio. **O movimento operário na Primeira República**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

BERTUCCI, Liane Maria. **Influenza, a medicina enferma**. Ciência e prática de cura na época da gripe espanhola em São Paulo. Campinas, Editora da Unicamp, 2004.

BLAY, Eva Alterman. **Eu não tenho onde morar**: vilas operárias na Cidade de São Paulo. São Paulo: Nobel,1985.

BONDUKI, Nabil G. - **Origens da habitação operária no Brasil**. São Paulo: Estação Liberdade,1998.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. São Paulo: T.A, 1979.

CHALOUB, Sidney. **Cidade febril**: cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

COLUCCI, Sandra Regina. **Mães, médicos e charlatães**: configurações culturais e múltiplas representações dos discursos médicos sanitaristas. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica, 2001. **(**Dissertação de mestrado**).**

DEAN, Warren. **A industrialização de São Paulo**. São Paulo: Difel, 1971.

DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo de. **A Vida fora das fábricas**: cotidiano operário em São Paulo (1927-1934). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Indústria, trabalho e cotidiano**: Brasil, 1880 -1930. São Paulo: Atual, 1991.

ENCÍCLICA RERUM NOVARUM. Tradução de Carlos Laet. Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1950.

HARDMAN, Francisco Foot, LEONARDI, Victor. **Historia da indústria e do trabalho no Brasil**: das origens aos anos vinte. São Paulo: Ática,1991.

GARCIA, Carla Cristina. **As outras vozes**: memórias femininas em São Caetano do Sul. São Paulo: Hucitec, 1998.

GATTAI, Zélia. **Anarquistas Graças a Deus**. Rio de Janeiro: Record, 1979.

GOULARTI FILHO, Alcides (org). **Memória e cultura do carvão em Santa Catarina**. Florianópolis: Cidade Futura, 2004.

IYDA, Massako. **Cem anos de saúde pública**: cidadania negada. São Paulo. Editora da Unesp, 1994.

KOWARICK, Lucio. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LAMBERT, Hercídia Mara Facuri Coelho. **Festa e participação popular**: São Paulo início do século XX. **Revista de História**. São Paulo, n. 13, p. 121 - 130, 1994.

LAVIOLA, Marlene Cárdia. **Os primórdios da intervenção governamental no campo da habitação popular até os anos 30**: um estudo centrado na cidade de São Paulo. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica, 1995. (Dissertação de mestrado}

LOBATO, Monteiro. **Obras completas.** São Paulo: Brasiliense, 1957.

MATTOS, Maria Izilda Santos de. **Trama e poder**: a trajetória e polêmica em torno das indústrias de sacaria para o café (1888 – 1934). 2.ed. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1996.

MARINS, Paulo Garcez **"Habitação e vizinhança**: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras". In: SEVCENKO, N. (org.) História da vida privada no Brasil. República: da Belle Époque à Era do Rádio V. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MASCARENHAS, Rodolfo S. **Contribuição para o estudo da administração em São Paulo**. São Paulo, Universidade de São Paulo, 1949. (Tese de livre-docência)

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral**. São Paulo: Loyola, 1996.

MELLO, Francisco Figueira. Habitações coletivas em São Paulo. Boletim da Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, v. IX, n. 4, jun. de 1926. (3ª série)

MERHY, Emerson Elias. **O Capitalismo e a Saúde pública**: as emergências das práticas sanitárias no Estado de São Paulo. Campinas: Papirus, 1985.

MOURA, Esmeralda Blanco Bolsonaro de . **in Infância Operária e Acidente do Trabalho em São Paulo,** Priore , Mary Del (org) História da Criança no Brasil. 5ª ed. – SP, Contexto, 1998.

MORAES, Evaristo de. **Idéias Sociais de Jorge Street**. Brasília: Senado Federal, 1980.

MOTA, André. **Tropeços da medicina bandeirante**. São Paulo, Universidade de São Paulo, 2001. (Tese de doutorado)

PENTEADO, Jacob. **Belenzinho 1910**: retrato de uma época. São Paulo: Carrenho Editorial, 2003.

_____. **Memórias de um Postalista**. São Paulo: Martins, 1970.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história**: operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra,1988.

PETTA, Luiza Nicolina de. **A Fábrica e a Cidade até 1930.** São Paulo: Atual Editora, 1995.

PINTO, Maria Inês Machado Borges. **Cotidiano e sobrevivência**: a vida do trabalhador pobre na cidade de São Paulo (1890-1914). São Paulo: Edusp, 1994.

PRATA, F.Horta. **Higiene da habitação**. Salvador, 1918. (Tese de doutorado).

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Variações sobre a técnica do gravador no registro da informação viva**. São Paulo, CERU/USP, 1983.

RAGO, Luzia Margareth. **Do Cabaré ao Lar**: utopia da cidade disciplinar (1890-1930). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

_____ e MOREIRA, F.P. Eduardo. **O que é Taylorismo**? São Paulo: Brasiliense, 1993.

RIBEIRO, Maria Alice. **História sem fim**: inventário da saúde pública. São Paulo: Hucitec, 1994.

ROLNIK, Raquel. **A cidade e a lei**: legislação, política urbana e territórios na Cidade de São Paulo. São Paulo: Studio Nobel, 1997.

_____. **Cada um no seu Lugar**. São Paulo, inicio da industrialização: geografia do poder. São Paulo, Universidade de São Paulo, 1981. (Dissertação de mestrado)

SANTOS, Carlos José Ferreira dos. **Nem tudo era italiano**: São Paulo e pobreza (1890 -1915). São Paulo: Anna Blume, 1998.

SILVA, Maria Alice S., GARCIA, Maria Alice L. FERRARI, Sônia C.M. **Memórias e Brincadeiras**. São Paulo: Cortez, 1989.

SILVA, Zélia Lopes da. **A domesticação dos trabalhadores nos anos 30**. São Paulo: Marco Zero, 1990.

TEIXEIRA, Palmira Petratti. **A fábrica do sonho**: trajetória do industrial Jorge Street. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

TELAROLLI JÚNIOR, Rodolfo. **Poder e saúde**: as epidemias e a formação dos serviços de saúde em São Paulo. São Paulo: Editora da UNESP,1996.

VARON, Conceição de Maria Ferraz. **E a historia se repete**: vilas operárias e os conjuntos residenciais dos IAPS. São Paulo, Universidade de São Paulo, 1989. (Dissertação de mestrado)

VASSALO, Ligia. O Cortiço e o Rio de Janeiro. **Revista Ipotesi**. Juiz de Fora, v. 4, n. 1, jan.- jun. 2000.

## 4. JORNAIS:

*O Estado de São Paulo*, São Paulo, 05/12/1894; 18/12/1894; 18/08/1914; 28/02/1920.

*Estadão Leste*, São Paulo, 07 jan. 2005.

*Folha de S. Paulo*, *São Paulo,* 05 out. 2004; 09/11/2003.
*Jornal do Commercio, São Paulo,* 1918 - 1929.

Jornal *Voz do Bairro,* São Paulo, Bairro Belém, 12 - 25 mar. 2000.

*Metrô News Leste*, São Paulo, 12 - 25 mar. 2001.

## 4.1 JORNAIS OPERÁRIOS:

*A Batagglia* 11/05/1912 , *Ago*/1912

*A Obra,* São Paulo, 08/06/1920.

*A Plebe,* São Paulo**,** 19 /10/1919; 17/07/1920; (1918 – 1929] ; 23 Set.1933.

*A voz do Trabalhador,* São Paulo, 15/2/1914.

*Jornal Operário*, São Paulo, 2/07/1920.

*O Operário,* 1921-1926.

*O Combate*, 24/05/1919; 20/06/1926; 07/07/1919; 29/05/1929; 12/03/192.

*La Barricata* 20/12/1912

**5. REVISTAS:**

*O Parafuso*, 1921.

*Ser Médico*, 2004.

**6. FOLHETOS:**

*A embaixada da morte –S/d.*

*Folheto Hygiene Grupo XIX de Teatro. Num 2 – anno IV. . São Paulo 2005.*